YNÁ ANDRIGHETTI

MULHER E TRABALHO
A Operária Têxtil Paulistana

Dissertação de Mestrado apresentada à
FFLCH da Universidade de São Paulo.
Departamento de Geografia.

SÃO PAULO
1987

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

Mulher e Trabalho
A Operária Têxtil Paulistana

Yná Andrighetti

Orientador:
Profa.Dra. Rosa Ester Rossini

Dissertação de Mestrado
1987

ÍNDICE

	página
INTRODUÇÃO	1
PRIMEIRA PARTE	
1. Considerações sobre o Crescimento da Capital Paulistana	4
1.1. A Estruturação do Espaço da Cidade de São Paulo	17
2. Breve Análise da Indústria Têxtil	
2.1. A Expansão da Indústria Têxtil e sua Concentração em São Paulo	26
2.2. A Modernização do Setor Têxtil	46
2.3. A Indústria Têxtil e a Força de Trabalho da Mulher	51
SEGUNDA PARTE - O Universo da Investigação Empírica	
1. A Pesquisa de Campo	68
2. A Operária Têxtil Paulistana	73
2.1. Caracterização Geral das Trabalhadoras Têxteis	
2.1.1. Idade e Estado Civil	75
2.2. Mobilidade Espacial	83
2.3. Trajetória Profissional das Operárias Têxteis	86
2.4. A Reprodução da Força de Trabalho	
2.4.1. A Escolaridade	88
2.4.2. As Condições Salariais	95
2.4.3. A Cooperação como Estratégia de Sobrevivência e os Papéis Sociais	104
2.4.4. Saúde e Trabalho	111
2.4.5. Habitação	116
2.5. A Operária Perante o Processo de Produção	130
2.5.1. Condições de Trabalho: Relações de Dominação e subordinação	130
2.5.2. Aspirações e Estratégias de Sobrevivência	137
2.6. A Operária Têxtil e sua Organização de Classe : O Sindicato	144
2.7. A Operária Têxtil frente ao Trabalho	148
CONSIDERAÇÕES FINAIS	152
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	157

Introdução

"El único medio para conocer una situación es hacer una investigación social, una investigación sobre la situación viva de las diversas classes sociales".

Thiollent (1)

Este trecho reflete a nossa preocupação ao iniciarmos o trabalho, o desejo de conhecer a situação dos trabalhadores, no caso, um segmento da classe operária, a mulher na indústria têxtil paulistana, a sua realidade concreta.

Entretanto, ao escolhermos nosso tema de pesquisa, não pensamos, em momento algum, isolá-lo do todo, pois a categoria analisada — o fenômeno — tem suas especificidades, mas faz parte de uma totalidade, e só adquire sentido nesta relação de interação e conexão das partes com o todo. O fato é reflexo de um determinado contexto, inscrito num determinado momento histórico e concebido numa sociedade particular.

Para tanto, já tínhamos um certo conhecimento, uma certa compreensão empírica baseada na superficialidade dos fenômenos, na nossa familiaridade com os mesmos, delineado em nossa mente pela percepção imediata da realidade. Isto não basta, é preciso buscar a essência, pois como afirma Kosik: "O homem sempre vê mais do que aquilo que percebe imediatamente". (2)

É necessário descobrir a realidade total e concreta, embora saibamos que não chegamos a isso senão de "uma maneira parcial e limitada e, para tanto, devemos integrar, no estudo dos fa

(1) THIOLLENT, M. (1982) Crítica Metodológica, Investigación Social e Enquete Operária. São Paulo, Editora Polis, 3a. edição.

(2) KOSIK, K. (1976) Dialética do Concreto. Rio de Janeiro. Paz e Terra.

tos sociais, a história das teorias sobre esses fatos e, por outro lado, ligar o estudo dos fatos de consciência à sua localização histórica e à sua infra-estrutura econômica e social". (3)

Nossa investigação pretende contribuir para o entendimento das relações de trabalho concretizadas no cotidiano da operária têxtil da cidade de São Paulo que vivencia a contradição aparente da lógica capitalista. A idéia de estudar a trabalhadora têxtil apresentou-se para nós como um ponto de partida na busca de tal entendimento.

Procuramos ao pesquisar a especificidade dessa categoria, não apenas descrever sua situação como trabalhadora, mas compreendê-la enquanto manifestação concreta das contradições estabelecidas pela relação capital/trabalho no seio da capital paulistana.

O fato de pretendermos estudar o trabalho da mulher constituiu-se num ponto inicial para analisarmos São Paulo sob o ângulo do trabalho, uma vez que este é a essência do desenvolvimento do capital.

Tal procedimento nos leva a verificar que por detrás da população trabalhadora, das classes sociais, existe uma imensa gama de contradições que vão se materializar na forma de apropriação do espaço urbano, fruto das relações que se estabelecem pela divisão do trabalho no interior do processo de produção, no qual as classes sociais são efeitos específicos de determinado modo de produção e onde as relações sociais se organizam em torno de um mecanismo fundamental de exploração — proprietários e assalariados no modo de produção capitalista.

A cidade de São Paulo, metrópole por excelência do capital e do trabalho, fundamentada pela sua supremacia industrial, comanda o processo de acumulação de capital no país, reproduzindo no seu espaço urbano o perfil da distribuição da renda ,

(3) GOLDMANN, L. (1952) *Sciences Humaines et Philosophie* , PUF .
In: PEREIRA, L., Classe Operária, Situação e Reprodução. São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1978.

revelando na paisagem e nas condições de existência, uma série de contradições e desigualdades, associando crescimento econômico com acentuação pauperização da maioria dos trabalhadores e com a conseqüente deterioração dos padrões urbanos de vida.

— Um estudo concreto sobre um segmento da classe operária e sua inserção no desenvolvimento da formação social capitalista brasileira, implica numa análise histórica da cidade de São Paulo, o que nos conduz a desvendar a gênese do processo de acumulação de capital no país e, conseqüentemente, o movimento histórico de nossa industrialização, com ênfase dada para a indústria têxtil, seu crescimento e modernização, bem como a organização do espaço da capital paulistana.

O espaço geográfico é o espaço do capital, e produto do trabalho social historicamente determinado, sendo o modo de produção, a categoria determinante sob a qual deve ser entendida a produção do espaço e as relações nele determinadas.

As cidades, como produto do trabalho industrial, materializam as condições gerais da produção capitalista, fornecendo a mão-de-obra necessária para a reprodução do capital, parcela da população que vende a sua força de trabalho para sobreviver e para realizar a sua reprodução, ao mesmo tempo em que está realizando a reprodução do capital.

Desse modo é que vemos a trabalhadora têxtil, como participante do processo de acumulação de capital na cidade, que se constitui no centro hegemônico do capitalismo no Brasil e cujo trabalho se objetiva na paisagem.

PRIMEIRA PARTE

1. Considerações sobre o Crescimento da Capital Paulistana

— Para entendermos o processo de crescimento da cidade de São Paulo, bem como a sua organização espacial, é preciso que investiguemos a sua inserção no sistema capitalista.

O modo capitalista de produção, conforme a época e o estágio em que se encontra, vai agindo sobre a organização espacial, impondo divisões do trabalho que trazem grandes e profundas repercussões na sociedade e na própria organização do espaço, com vistas a satisfazer as suas necessidades e a sua expansão.

— Através de toda a história colonial, a cidade de São Paulo destacou-se como centro do sistema de comunicações do planalto. Segundo Caio Prado Jr., todos os caminhos, fluviais ou terrestres, que cortavam o território paulista, aí se articulavam, dando-lhe uma posição central na grande encruzilhada do planalto, e, constituía-se, ainda, no ponto intermediário das comunicações entre este e o litoral. (4)

Martins também afirma que, desde o século XVII, algum tipo de economia exportadora existira em São Paulo, ligada principalmente à exportação da cana-de-açúcar, e, posteriormente (no século XIX), do algodão. (5)

Para Matos, nas duas primeiras décadas do século passado, a cidade de São Paulo representava uma espécie de entreposto comercial em contato permanente com o porto de Santos e a zona agrícola do interior onde prosperava a lavoura canavieira. No entanto, tratava-se de um núcleo urbano modesto, mesmo em relação aos padrões da época, contando com uma população inferior à

(4) PRADO Jr., Caio (1966) "A Cidade de São Paulo - Geografia e História". In: Evolução Política do Brasil. São Paulo, Brasiliense, 5a.edição, p.102

(5) MARTINS, José de Souza (1979) O Cativo da Terra. São Paulo, Livraria Editora de Ciências Humanas.

10 mil habitantes. (6)

No último quartel do século XIX, São Paulo começou a despontar no cenário brasileiro, e, já, em finais do mesmo, atingia o segundo lugar entre as cidades mais populosas do país, sendo ultrapassada apenas pelo Distrito Federal, atual cidade do Rio de Janeiro.

Ao abordarmos o tema sobre o desenvolvimento da cidade de São Paulo, cumpre destacar a marcante influência do café, porém, conjugada a outros fatores decorrentes do momento histórico em que ele penetrou e se expandiu pelo Estado.

O café penetrou no Estado de São Paulo, pelo Vale do Paraíba. No entanto, o escoamento do produto dava-se pelo porto do Rio de Janeiro, já, então, um grande porto exportador brasileiro. Daí, a cafeicultura atingiu a zona central do Estado, avançando, posteriormente, para oeste. Isto ocorreu aproximadamente nos anos 60, quando o produto já começava a ser exportado pelo porto de Santos.

Em finais do século, Santos tornou-se o maior exportador brasileiro de café. Se, por um lado, o comércio cafeeiro localizava-se, particularmente, em Santos, boa parte do produto era comercializado em São Paulo, tornando o sistema capital/porto, o eixo da comercialização do produto.

A cidade de São Paulo, capital da Província, já possuía um sistema de crédito, casas bancárias e uma burguesia comercial que cresceu muito com o café. Conforme afirma Singer, havia uma relação muito estreita entre o negócio bancário e o café; o crédito necessitado pelos fazendeiros era obtido via bancos ou através dos comissários que descontavam os títulos junto aos bancos, tornando-se intermediários comerciais e de crédito. Ainda, os próprios fazendeiros tornaram-se fundadores ou diretores de bancos, estabelecendo-se, desse modo, em São Paulo, um movimentado mercado de capitais. (7)

(6) MATOS, O. Nogueira de (1958) "São Paulo no século XIX" .Cap. II. In: A Cidade de São Paulo . vol.II . São Paulo , Companhia Editora Nacional, p. 43

(7) SINGER, Paul (1974) Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana. São Paulo, Companhia Editora Nacional, p.33

Então, já podemos falar não apenas em produção cafeeira, mas, sobretudo, em economia cafeeira, em desenvolvimento do capital cafeeiro.

Desse modo, ia-se preservando o padrão de realização do capitalismo no Brasil, definido pela subordinação da produção ao comércio, como ocorrera em todo o período colonial. (8) Este era o papel que cabia ao país na divisão internacional do trabalho e na acumulação do capital internacional.

A expansão do café, do Vale do Paraíba para a região central deu-se numa época em que se delineava, em nosso país, a passagem do trabalho escravo para o trabalho assalariado, desenvolvendo-se, assim, relações de produção onde o fator trabalho constituiu-se em um fator de lucratividade, pois, com a abolição da escravatura, desapareceria uma das principais formas de imobilização de capital.

Os investimentos iniciais necessários ao abastecimento da força de trabalho para o café passava para o governo que se encarregava da subvenção da imigração estrangeira. (9) Por outro lado, a imigração concorreria com a habilidade técnica do trabalhador europeu, bastante superior ao nacional.

Se, o objetivo principal do governo ao trazer imigrantes, seria o de enviá-los para as fazendas cafeeiras a fim de suprir a mão-de-obra crescente que o setor demandava, nem sempre eles aí permaneciam. Conforme dados da época, em 1879, dos 424 imigrantes subvencionados, 198 permaneceram na capital; no ano de 1883, dos 3955 imigrantes, 1322 ficaram em São Paulo, capital. Por outro lado, nem sempre, o imigrante aceitava as condições impostas pelos fazendeiros e, ao findar o contrato, parcela significativa deixava as fazendas, procurando melhores condições em outras, ou se deslocava para as cidades. Neste último caso, iriam

(8) MARTINS, José de Souza, op.cit., p.13

(9) Logo após a abolição da escravatura, o governo federal vai tomar providências no sentido de incrementar a imigração estrangeira, particularmente para as áreas cafeeicultoras de São Paulo. Entretanto, pouco a pouco, tal tarefa passa para o governo estadual, ao qual se deve, possivelmente, a vinda da maior parte do contingente imigratório para o Estado. Veja-se SINGER, Paul, op.cit., p.55

engrossar a população destas, constituindo-se em força de trabalho para a indústria que despontava. (10)

Outro fator que influenciou no crescimento populacional e no desenvolvimento econômico de São Paulo foi a fixação, na cidade, de inúmeras famílias de fazendeiros, que passaram a gastar, a se utilizar dos serviços, comércio, artesanato, e da indústria leve já instalada.

— Assim, a capital, dispunha dos principais mercados de fatores — o de capital e o de trabalho — que teriam papel fundamental no desenvolvimento industrial da cidade.

— Em fins da década de 80 (do século passado), outro fator veio se conjugar para o crescimento industrial: o Encilhamento, período em que ocorreu uma intensa atividade econômica em São Paulo.

No ano de 1888, por uma lei bancária, os bancos particulares tinham o direito de emitir, o que acarretou uma oferta muito grande de dinheiro, bem como, o alargamento do raio de ação dos bancos que favoreciam o adiantamento aos fazendeiros, participavam da fundação de empresas comerciais e industriais, e, entravam para a especulação cambial, numa euforia nunca antes vista em nosso país. Estas foram as características do Encilhamento, período de tumultuoso crescimento econômico que terminou com o "crack" bancário de 1900. (11)

Tal fato resultou em São Paulo, na criação de uma rede bancária capaz de mobilizar poupanças, o que se tornou imprescindível ao desenvolvimento posterior da cidade. O brusco declínio de câmbio, que então se verifica, ainda, iria reforçar a próspera situação da indústria; e, o rompimento do equilíbrio conservador do Império abriria as portas para uma política de mais consciente amparo à produção do país. (12)

(10) SINGER, Paul , op. cit.,pp. 36/37

(11) SINGER, Paul , ídem , p. 35

(12) PRADO Jr., Caio (1979) História Econômica do Brasil. São Paulo, Brasiliense, 22a.edição, p.260

Para Singer, este período correspondeu, na prática, à uma intensa mobilização de recursos, criando-se pela primeira vez, em nosso país, condições propícias ao desenvolvimento industrial. Desse modo, a indústria, ao término do Encilhamento, encontrava-se solidamente estabelecida, principalmente, a têxtil. Os interesses da indústria foram conseguindo influência crescente junto aos poderes públicos, obtendo crédito barato e abundante, e, ainda, uma política aduaneira favorável com taxaço elevada sobre a importação de similares. As tarifas alfandegárias foram sucessiva e grandemente elevadas, e, já, desta vez com a finalidade de protecionismo industrial. (13)

O Encilhamento representou fator de prosperidade e de desenvolvimento da produção, pois, o decreto visava a proteção alfandegária, e, crédito fácil, resultando na proliferação de sociedades anônimas — fábricas, estabelecimentos rurais, empresas comerciais, bancos, etc. Entre 1890 e 1895 foram fundadas 425 fábricas, com inversão de mais de 200.000 contos, ou seja, 50% do total investido no começo do período, enquanto que as já instaladas expandiram o seu estoque de capital, muito embora parte da nova capitalização tomasse a forma de dividendos das ações. (14)

Se, o café, levou São Paulo ao desenvolvimento capitalista, e, não, as demais regiões por onde passou, isto deveu-se ao momento histórico do desenvolvimento das forças produtivas.

Em resumo, o complexo exportador cafeeiro, ao acumular, gerou o capital-dinheiro que se converteu em capital industrial e criou as condições necessárias à essa transformação. (15)

Cumprê lembrar que, foi, devido ao café, que se formou em São Paulo uma boa rede de vias férreas, ligando a capital paulistana ao interior do Estado e ao, então, Distrito Federal; a

(13) SINGER, Paul, op.cit., p.46

(14) PRADO Jr., Caio, op.cit., p.260

(15) MELLO, J.M.Cardoso de (1982) O Capitalismo Tardio. São Paulo, Brasiliense, p.101

criação e ampliação dos serviços públicos (iluminação a gás, em 1872; serviço telefônico, em 1884; serviço de bondes, em 1872 ; calçamento de ruas, etc.) e, a inauguração, no início deste século, da primeira usina hidrelétrica.

No entanto, tal produto criou condições, propiciou a acumulação de capital e o crescimento da cidade, fundamentalmente até inícios do século XX, pois, nas primeiras décadas deste século, a indústria passava a comandar o desenvolvimento, e, conforme afirma Singer (...) "é indubitável, portanto que o crescimento vertiginoso que São Paulo apresenta no nosso século é o fruto de sua industrialização... o atual desenvolvimento de São Paulo se confunde com o de sua indústria". (16)

São Paulo começou a despontar no cenário brasileiro no último quartel do século XIX, período que corresponde, também, à gênese da industrialização da cidade. De acordo com Cardoso de Mello, o período que se estendeu de aproximadamente 1880 até 1930, assinalou o nascimento e a consolidação do capital industrial brasileiro, e, é nesse período que São Paulo vai se consolidar como centro hegemônico do país. (17)

Nas primeiras décadas deste século, mais precisamente até fins da década de 20, cada vez mais os excedentes da massa de capital gerado pelo complexo agricultura/exportação acabaram sendo transferidos para as atividades industriais, beneficiando a indústria paulista e alterando o padrão geral de acumulação de capital do país.

— A indústria foi se desenvolvendo e foi modificando o espaço da cidade de São Paulo, e o espaço brasileiro, e, nesse quadro, destacavam-se as indústrias têxteis e alimentares, as chamadas de bens de consumo leve. Cardoso de Mello procura explicar as causas que fizeram desses setores, os mais desenvolvidos durante as primeiras décadas de nossa industrialização.

(16) SINGER, Paul , op.cit., pp.40/41

(17) MELLO, J.M.Cardoso de , op. cit., p.114

— Para o autor, tais indústrias não cresceram apenas em função da proximidade da zona produtora de matérias primas , do aumento do mercado de consumo, das proteções alfandegárias , mas por apresentarem tecnologia relativamente simples, não necessitarem de grandes economias de escala, e, fundamentalmente , pela abundante oferta de força de trabalho (o que a tornava barata) que trazia como consequência uma baixa relação capital / trabalho, elevando a níveis bastante compensadores a rentabilidade do capital. (18)

Como vimos em páginas anteriores, a capital paulistana podia oferecer, graças à acumulação do capital cafeeiro , inúmeras condições para que este, ao se transformar em capital industrial não precisasse procurar longe, o local para a sua reprodução. Por um lado, a cidade apresentava condições para a reprodução do capital, por outro, este, ao se reproduzir, iria ocasionar o crescimento daquela.

O padrão de crescimento industrial do país sofreu transformação após o início da década de 30, em virtude da queda relativa dos investimentos financeiros dirigidos ao setor agrário, especificamente o café (crise de 1929) sendo os excedentes transferidos para as atividades urbanas, o que iria beneficiar sobremaneira a indústria paulistana, que já se encontrava em franca expansão.

Mello, em seu trabalho , O Capitalismo Tardio , analisa essa fase como sendo um período de expansão econômica fundada em novas bases, possível porque já dispúnhamos de certa capacidade de acumulação e pelas medidas de política econômica que sustentaram relativamente a capacidade para importar, e a reservaram, até 1937, para a ampliação da indústria leve de bens de produção, o que exigiu a sobreutilização da capacidade produtiva da indústria de bens de consumo para assalariados . (19)

(18) MELLO, J.M.Cardoso de , op.cit. p. 102

(19) MELLO, J.M.Cardoso de , ídem, pp. 109/110

A conjugação de fatores fizeram com que a indústria brasileira, e, de modo particular, a indústria paulistana (que já se podia considerar como centralizadora do processo de acumulação), tomassem um impulso nunca visto, e, a cidade de São Paulo, assumisse nas décadas posteriores, posição ímpar na economia brasileira, ao mesmo tempo que passava por uma fase de intenso crescimento econômico e populacional.

De simples entreposto comercial, em meados do século passado, não passando de um modesto núcleo urbano, onde a zona rural e a urbana do município se mesclavam, as chácaras invadindo áreas diretamente adjacentes ao "centro" da cidade (20), São Paulo, se transformava, em pouco mais de meio século, na principal cidade brasileira.

Isto é resultante do movimento do capital, como explica Singer, seria ingênuo supor que, por estar a cafeicultura localizada, na época, em São Paulo, o capital tenha preferido investir na indústria paulista, pois, como se sabe, o capital não tem "pátria", nem vinculações regionais, colocando-se onde a possibilidade de acumulação é maior. Os cafeicultores que investiram na indústria paulista sabiam que a taxa de lucros aí seria maior que no restante do país, sendo, pois, a elevada lucratividade, o ponto de atração. Uma área do país, que se desenvolve mais do que as outras, atrai recursos destas últimas porque remunera melhor os capitais que recebe, aumentando, desse modo, as vantagens relativas da parte mais rica e acelerando a transferência de recursos. Nesse caso, o grande beneficiário deste processo foi São Paulo. (21)

— Durante este século, e, basicamente, após a década de 30, foram-se interligando os mercados regionais, formando-se um mercado nacional, ao mesmo tempo em que foi se acentuando a hegemonia da indústria paulista. Como afirma Lopes: "condições e

(20) SINGER, Paul , op. cit. , p.26

(21) SINGER, Paul , idem , pp. 57/58

políticas favoráveis à industrialização redundam em última instância em benefício da região mais rica em recursos e de maior grau de desenvolvimento, aumentando, assim, as disparidades regionais e a concentração industrial". (22)

Com o desenvolvimento industrial do Centro-Sul comandado por São Paulo, e a acumulação de capital decorrente, processou-se uma redefinição da divisão do trabalho a nível nacional, com a criação do "espaço econômico capitalista nacional unificado". (23)

Há uma mudança da política econômica, que agora se centrava na viabilização da reprodução do capital industrial via proteções alfandegárias, taxas de câmbio subestimadas, como também, havia uma política de amplos subsídios que favoreciam a região que despontava, os incentivos passavam a privilegiar o Centro-Sul, atraindo grandes inversões de capital, acentuando, cada vez mais, as disparidades regionais.

As contradições da reprodução do capital e das relações de produção entre as "regiões" brasileiras, e, mais especificamente, entre as principais "regiões", no início do processo de acumulação do capital industrial, acarretou a estagnação de uma e o crescimento da outra: o Nordeste passava a ser o grande supridor de mão-de-obra para o Centro-Sul, e, por outro lado, os diferenciais da taxa de lucro começavam a drenar o capital que ainda se formava no Nordeste, inviabilizando, ainda mais, a reprodução do capital na região.

Em meados da década de 30, ocorreu uma expansão industrial, além do desenvolvimento dos ramos já existentes, com a diversificação introduzida pela indústria leve de bens de produção. O capital nacional não dispunha de bases para a implanta-

(22) LOPES, J.R.B. (1978) Desenvolvimento e Mudança Social. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 4a.edição, p.12

(23) OLIVEIRA, F. de (1978) Eleqia para uma Re(li)qião. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2a. edição, p. 37

ção de indústrias pesadas (esta demanda economias de escala, grande volume de investimento inicial, tecnologia avançada, etc.), e, o capital estrangeiro, até aproximadamente a década de 50, atravessava uma situação conjuntural, que não lhe favorecia os investimentos no exterior (período posterior à Grande Depressão, período das Guerras Mundiais).

Por outro lado, sabemos que uma empresa internacional não pretende correr sozinha os riscos e as incertezas da implantação de indústrias pesadas com taxas esperadas de lucro, negativas ou muito baixas. O grau de complementariedade dos ramos industriais básicos exigiria que "pacotes" de investimentos fossem realizados conjuntamente por várias empresas — o que só poderia ocorrer, se houvesse uma coordenação de forças superior, exatamente num período desfavorável a este tipo de intervenção dos países capitalistas centrais. (24)

Isto nos esclarece os motivos pelos quais foi limitada e lenta a implantação da indústria de bens de produção em nosso país, como também, o porquê do papel de destaque que coube ao Estado, no alargamento das bases produtivas do capitalismo, quer como empresário na indústria de base, quer proporcionando a infra-estrutura (energia, transportes, etc.).

A partir da década de 50 houve uma modificação na estrutura industrial do Brasil. Se, até então, a economia brasileira vivia na dependência do capitalismo mundial (exportações, crises, etc.), passou a desenvolver-se como parte integrante do processo de expansão do capitalismo em escala mundial ocorrendo uma profunda penetração do capital transnacional em nossa economia em associação com o Estado, sob a forma de financiamento direto, incentivos fiscais, infra-estrutura, etc. (25)

(24) MELLO, J.M. Cardoso de (1982), po. cit., p.116

(25) "O Governo Federal incentivou a entrada de capitais estrangeiros diretos, seja através da Instrução 113 da SUMOC, baixada pelo governo de transição que sucedeu ao suicídio de Getúlio Vargas, e, que chegava ao exagero de discriminar contra as empresas nacionais, em favor das estrangeiras, até os grandes incentivos cambiais, tarifá-

Os poderes públicos investiram maciçamente em energia, transportes, insumos básicos, sendo que tais recursos foram se concentrando na região liderada pela cidade de São Paulo, crescendo, desse modo, o peso relativo da cidade enquanto local de investimentos estrangeiros e espaço construído capaz de fazer circular o valor aí criado.

De um modo geral, pode-se afirmar que o período caracterizou-se pelo desenvolvimento da indústria automobilística, de material de transporte, da indústria química, de máquinas e ferramentas, metalúrgica, eletrodomésticos, e de algumas indústrias de base, tais como, petróleo, alumínio e chumbo. Em resumo, essa fase leva o país à auto-suficiência no que se refere à importação de bens de consumo leves e pesados e a um grande salto no campo da indústria de base e de equipamentos industriais.

Tal situação se concretizou ainda mais após o Golpe militar de 64, que manteve uma política de rápida industrialização com base em capital e tecnologia estrangeiros, propiciando grandes monopólios e enorme concentração de renda em detrimento da maioria da população.

O desenvolvimento capitalista no Brasil ingressou numa fase especial: concentração e centralização do capital, articulação do capital monopolista com o poder estatal em conformidade com as demais determinações do imperialismo. Desenvolveram-se as forças produtivas e as relações de produção, ao lado dos monopólios favorecidos pelo próprio Estado, com sua política fiscal, creditícia e tarifária, além de seus investimentos diretos no sentido de dinamizar a acumulação capitalista nos setores privados, tanto nacionais, quanto internacionais.

A maneira pela qual o Estado favoreceu a acumulação monopolista, trouxe, como consequência, o desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção, bem como, a cres-

rios, fiscais e creditícios que o Governo Federal proporcionou para a instalação da indústria automobilística, da indústria naval, da mecânica pesada, etc." In: PEREIRA, L.C. Bresser (1980). Desenvolvimento e Crise no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 10a.edição, p. 51

cente subordinação real do trabalho ao capital, principalmente , com as condições de produção em larga escala.

No entretanto, tal modelo de progresso econômico concentrou-se nas cidades, e teve como locus, por excelência, a capital paulistana. Esse novo padrão de acumulação industrial dirigiu-se para São Paulo, pois a cidade dispunha de uma rede de serviços e infra-estrutura urbana relativamente desenvolvidas, possuía, ainda, indústrias que poderiam fornecer os insumos básicos necessários aos conglomerados que se instalavam, e, possuía boa localização, mercado consumidor e oferta de mão-de-obra (qualificada ou não).

Assim, a cidade adquiriu características metropoli-tanas, passando a desempenhar o mais importante papel econômico em todo o país, subordinando as demais regiões brasileiras.

Para fundamentarmos o crescimento de São Paulo , no que se refere a industrialização, podemos analisar a tabela 6 sobre a distribuição do valor da produção industrial do país, por Estados, de 1907 à 1980.

Uma vez deflagrado o sistema de concentração de ca-pitais e de força de trabalho, São Paulo, constituiu-se no cen-tro hegemônico do processo de acumulação do país, passando a co-mandar a produção industrial brasileira, o capital financeiro, o poder decisório. E, graças, ao papel de centro da acumulação, a-gora já oligopolista (desde a década de 60), vai aprofundar a divisão do trabalho, moldando as demais regiões brasileiras como produtoras de artigos primários, consumidoras de sua produção in-dustrial, e fornecedoras de reserva de mão-de-obra.

Por outro lado, os grandes grupos econômicos, com o excedente acumulado na região mais dinâmica do país, vão se apro-veitar das facilidades e isenções para penetrarem nessas regiões, utilizando-se, ainda, de mão-de-obra abundante e barata, obtendo lucros que serão canalizados para o Centro-Sul e para o exteri - or.

Se, a capital paulistana, como expressão máxima da acumulação capitalista do país foi comandando toda uma redefini-ção territorial, a nível nacional, essa mesma acumulação foi a-

carretando mudanças em sua paisagem.

A indústria exerce um papel dinâmico no sistema produtivo capitalista, e, por consequência, na organização espacial. É, a atividade produtiva, por excelência, que vai organizar todo o espaço, em função de suas necessidades e exigências.

No caso da metrópole paulistana, tal atividade ocasionou a metamorfose da cidade, o espaço paulistano foi sendo organizado e reorganizado em função de seu crescimento e de suas necessidades.

Em decorrência do que procuramos analisar, podemos afirmar que existe estreita solidariedade entre o processo de industrialização brasileira e o crescimento econômico da capital paulistana, e, que tal crescimento reflete-se na sua organização espacial, o que procuraremos mostrar no capítulo seguinte.

1.1. A Estruturação do Espaço da Cidade de São Paulo

O crescimento econômico via, principalmente, desenvolvimento industrial, acarretou uma modificação na fisionomia da capital paulistana: o seu espaço foi sendo organizado em função das novas necessidades do capital.

— Se por um lado, foram se instalando inúmeras indústrias, por outro, a capital passava a abrigar considerável contingente populacional constituído pela força de trabalho empregada nas indústrias. E, tal fato, vai acarretar toda uma produção e reprodução do seu espaço.

— A cidade teve a sua população aumentada e muito. O operário começou a tornar-se parte considerável da paisagem urbana, sendo constituído basicamente por imigrantes. Somente a título de exemplo, em 1901, existiam na cidade de São Paulo, aproximadamente 8 mil operários, dos quais 5 mil eram estrangeiros, e, em sua maioria, italianos. (26)

Conforme Aureliano Leite, de 1889 a 1901 "(...) entra no Estado, a fabulosa soma de 907.789 imigrantes, assim distribuídos: italianos, 618.721; espanhóis, 108.658; portugueses, 86.289; austríacos, 19.437; de diversas nacionalidades, 37.912 e brasileiros, 36.763". (27)

Muito embora, torne-se difícil saber exatamente qual o número de imigrantes que se fixou na capital, as estatísticas da época apontam para um vertiginoso crescimento demográfico da cidade, que, certamente, deveu-se ao fator industrialização, ou melhor, à acumulação do capital industrial.

(26) F.IBGE (1962) Guia do Estado de São Paulo - A Região da Capital Paulista. São Paulo, Publicação do Diretório Regional do C.N.G.

(27) BARBOSA, M.C.Bicudo (1985) "Algumas Anotações sobre a Gestão do Estado no Processo de Urbanização de São Paulo". Trabalho apresentado no Simpósio: A Metrópole e a Crise, São Paulo, FFLCH - USP.

Intensifica-se o ritmo da produção, circulação e consumo, e com ele altera-se a dinâmica demográfica.

O brusco aumento da população paulistana pode ser verificado na tabela 1 .

Tabela 1

Crescimento da População da Cidade de São Paulo
1972 - 80

Ano	Nº Habitantes
1872	31 385
1886	47 694
1890	64 934
1900	239 820
1920	579 033
1934	1 060 120
1940	1 337 644
1950	2 198 096
1960	3 825 351
1970	5 978 977
1980	8 493 226

Fonte: HOGAN, Daniel J., In: Berlinck, M. E. (1972), p. 50
FIBGE, Censo Demográfico, 1980

Com certeza, esse vertiginoso crescimento, o qual podemos verificar na figura 1 , vai resultar numa série de modificações no espaço da cidade.

CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO DA CIDADE DE SÃO PAULO 1872/80 (MIL HAB)

FONTE: Hogan, Daniel J. in
-Berbinck, M. E. 1972
-Censo Demográfico, F. IBGE, 1980

organização: M. Antonieta
T. R. Bastos
desenho: M. Beatriz M. Mauad

Até a segunda metade do século XIX, a cidade de São Paulo ocupava uma área semelhante à da época colonial, sendo a colina histórica entre o Tamanduateí e o Anhangabaú, praticamente, a verdadeira cidade, rodeada por chácaras: no próprio triângulo, situavam-se as casas de comércio, as oficinas e as residências.

Nas duas últimas décadas do século passado, com o desenvolvimento da atividade cafeeira, assentada no trabalho assalariado, já se esboçava uma nova ocupação do espaço da cidade que passava a ser o locus da realização do capital cafeeiro, criando condições para a produção e o consumo.

A partir de 1880, houve a expansão da área urbana, com o loteamento de inúmeras chácaras adjacentes ao centro, e, na última década do século, a população paulistana quase que quadruplicou, em um período que correspondeu exatamente à época da grande "euforia econômica", que fez proliferar os estabelecimentos industriais, demandando desse modo, a presença de elevado contingente de mão-de-obra.

O brusco aumento da população paulistana acarretou a expansão da cidade, e a ocupação gradativa dos "vazios" ao longo das estradas de ferro, onde vários núcleos foram surgindo para abrigar a classe operária.

— As fábricas procuraram instalar-se nos vales do Tietê e Tamanduateí, seguindo, em geral, o traçado das ferrovias, distribuindo-se pelo Brás, Belenzinho, Tatuapé, São Miguel Paulista; ao longo dos trilhos da Central do Brasil; ainda, pelo Brás, Pari, Moóca, Ipiranga, São Caetano e Santo André, acompanhando a Santos-Jundiaí; e, pela Barra-Funda, Água Branca, Lapa e Osasco, servidas pela Santos-Jundiaí e Sorocabana.

Ocorreu ainda, o rejuvenescimento de antigos núcleos como Santo Amaro, Pinheiros e Itaim.

Conforme Wilhelm, tal ocupação sobrepôs-se à anterior, decorrente das estradas de ferro, a qual já havia se sobreposto à ocupação determinada pelos vales. Tal fato pode ser explicado pela possibilidade que ainda existia, de adensamento, uma vez que cada uma das ocupações anteriores era descontínua, obede

cendo ao processo de preenchimento de vazios, assim como, ao ciclo de especulação dos loteamentos. (28)

É importante salientar o papel de destaque representado pelas ferrovias, abertas inicialmente para o escoamento do café, na organização do espaço da cidade de São Paulo, no início de seu crescimento industrial, pois, além de oferecer eixos à expansão metropolitana, provocou uma estruturação de pequenos centros de desenvolvimento locais, representados pelas estações.

Além disso, a topografia também constituiu-se em importante fator na organização do espaço da metrópole paulistana, impedindo ou facilitando a ocupação: a Serra da Cantareira, ao norte, impedia a expansão; a topografia acidentada do nordeste, dificultou um pouco a ocupação dessa área, ao mesmo tempo, que as várzeas e os baixos terraços, locais de passagem das ferrovias, e mais baratos em decorrência das enchentes, passavam a abrigar a classe trabalhadora. Já, os espigões, longe das inundações, foram ocupados pelas classes mais abastadas, mais para o sentido Sudoeste e Oeste.

Os primeiros bairros residenciais finos surgiram nos topos aplainados das colinas, em loteamentos das antigas chácaras: a Rego Freitas, a do Arouche, a dos Campos Elíseos, a Consolação, a Santa Ifigênia, etc. (29)

Já se definia a ocupação do espaço conforme a posição ocupada pelos indivíduos no sistema produtivo. Se, por um lado, os trabalhadores constituíam parte integrante dos bairros ditos "fabris", ocupando as várzeas, por outro, iam-se formando bairros tipicamente residenciais, dando preferência às partes mais elevadas do maciço e das colinas centrais.

Em princípios deste século, destacava-se o bairro de Higienópolis, que abrigava a aristocracia cafeeira, e, surgia, acompanhando o espigão, a Avenida Paulista, basicamente ocupada pelas fortunas provindas não só do capital cafeeiro, como do capi-

(28) WILHEIM, J. (1965) São Paulo, Metrópole 65. São Paulo Difel, p. 14

(29) WILHEIM, J., op.cit., p.13

tal comercial e industrial. Quanto ao primeiro, o seu nome já deixava clara a preocupação com a higiene e saneamento, constituindo-se num bairro sadio para se morar. (30)

Da Avenida Paulista, pelas escarpas até a várzea do Pinheiros, formaram-se novos bairros, e, a própria várzea seca passa por um processo de ocupação, desta vez, pela burguesia; inicialmente surge o Jardim América e demais bairros "jardins", apresentando características diferentes, com "cunho acentuadamente anglo-saxão", devido à origem da empresa responsável pelo seu loteamento: a Cia. City.

Conforme Saraiva: "Coube à City, de capitais ingleses, iniciar a construção dos bairros-jardins em São Paulo, a partir de 1915. Antes da Primeira Grande Guerra, comprou essa empresa extensas áreas de terrenos nas zonas urbana e suburbana, investindo desde logo, importantes somas em obras de terraplanagem, arruamentos e pavimentação. Em, 1916, achava-se completamente arruado o Jardim América, e, outros se lhe seguiram: Jardim Europa, Pacaembu, Alto da Lapa, Bairro Siciliano e Alto de Santana". (31)

O solo urbano, parte integrante da produção dos imóveis urbanos construídos, tornava-se valorizado, atraindo investimentos de capitais nacionais e estrangeiros.

A estrutura das classes sociais refletia-se na estruturação do espaço urbano, onde a paisagem refletia e estampava em seus contrastes, as desigualdades sociais.

Aroldo de Azevedo, em A Cidade de São Paulo sintetiza a organização do espaço da capital conforme as diferenças sociais: "Como acontece em todas as grandes cidades, os contrastes existen

(30) A denominação Higienópolis é bastante expressiva, significando que o bairro era salubre e higiênico, assim como os demais bairros de elite, em contraposição aos bairros operários onde proliferavam doenças e onde as taxas de mortalidade eram bastante altas, em consequência da falta de condições higiênicas.

(31) SARAIVA, A. Barros (1926) "As recentes criações urbanas em São Paulo"- Arquitetura no Brasil". In: A Cidade de São Paulo. Vol V, São Paulo, Companhia Editora Nacional, p. 124.

tes dentro do 'mosaico' paulistano chegam a ser chocantes. De um lado, as alamedas en^ombreadas e os amplos espaços ajardinados do Jardim América ou do Jardim Europa; de outro, os quarteirões compactos, densamente povoados, do Brás ou da Moóca. Que diferença entre as mansões senhoriais da Avenida Paulista ou da Avenida Higienópolis e as habitações estandardizadas das 'vilas' operárias de muitos trechos da área periférica! Ou, ainda, entre o conforto dos edifícios de apartamentos e a sordidez dos porões mal arejados ou dos 'cortiços' onde impera a promiscuidade." (32)

A cidade de São Paulo, crescia de modo espantoso e desordenado, em ritmo bastante acelerado, refletindo a prosperidade econômica do Estado e de sua capital, porém, sua desordenação aparente era fruto da especulação imobiliária.

Até a primeira década deste século, a expansão processou-se paulatinamente, graças ao desmembramento de antigas chácaras ou à localização de indústrias acompanhando as ferrovias. Na década de 20, a área urbana paulista poderia ser assim delimitada, segundo Petrone: (...) " a) um bloco compactamente edificado, limitado ao norte pelas vias férreas, a leste pelo Anhangabaú, a oeste, pelo vale do Pacaembu e ao sul pelo espigão da Avenida Paulista; b) uma área compactamente edificada, a leste do Tamanduateí, compreendendo o Brás, a Moóca e o Belém; c) uma área pequena, porém populosa, situada na várzea do Tietê, além das vias férreas, compreendendo o Bom Retiro, a Luz e a baixa Casa Verde; d) uma área a oeste do vale do Pacaembu, compreendendo Perdizes, Vila Pompéia, Água Branca e Lapa; e) uma zona de bairros novos, situada nas vizinhanças da margem esquerda do Tietê e da colina da Penha; f) o Ipiranga, então bairro-subúrbio, localizado parte na várzea e parte nas vertentes do Tamanduateí; g) uma zona irregular, nucleada pelo centro da cidade, entre o vale do Anahngabaú e a Aclimação; h) a zona localizada a sudeste do espí

(32) AZEVEDO, A. de (1958) "São Paulo, Cidade Trimilionária" In: A Cidade de São Paulo, Vol I, São Paulo, Companhia Editora Nacional, p. 19.

ção da Avenida Paulista, compreendendo Cerqueira Cesar, Pinheiros e Jardim América; i) uma zona situada ao sul da Avenida Paulista, constituída principalmente pelo Paraíso, Vila Mariana e rudimentos de Vila Clementino; e, finalmente, j) uma pequena área ao norte do Tietê, com o antigo núcleo de Sant'Ana". (33)

A cidade se expandiu e, além do surgimento de novos bairros, antigas povoações foram se incorporando à malha urbana, e, a ocupação do solo urbano já se caracterizava pela desorganização dos loteamentos, pela ocupação descontínua.

Ao terminar a primeira metade do século, a cidade de São Paulo já se destacava no conjunto das cidades brasileiras, apresentando caracteres de uma metrópole.

Mas, o espaço, como produto da atividade humana está sempre sofrendo transformações, sempre em processo de mudança, e, a cada momento histórico, ele vai sendo organizado e reorganizado. (34)

Durante a fase de industrialização do pós-guerra, e o conseqüente aumento populacional, acentuam-se os problemas típicos de nosso processo de crescimento: os vazios continuam a ser preenchidos, a cidade se adensa, os loteamentos continuam a exigir medidas desordenadas para atendimento a curto prazo, problemas não resolvidos por parte dos serviços públicos. (35)

O crescimento espantoso da cidade nas últimas décadas segue, regra geral, a mesma lógica. A população operária cada vez mais é empurrada para os locais mais distantes, verificando-se o acentuado processo de periferização das camadas trabalhadoras com sua marca de segregação social e espacial.

(33) PETRONE, P. (1958) "São Paulo no século XX". In: A Cidade de São Paulo, VolII - A Evolução Urbana- , São Paulo , Companhia Editora Nacional, p.123.

(34) CARLOS, A.F. e ROSSINI, R.E. (1982) "Estruturação do Espaço (Formas em nível Regional: População". FFLCH - USP, p. 3

(35) WILHEIM, J. , op. cit. , p.14

Como afirma Jacobi, (...) "o espaço urbano é produzido e consumido dentro de uma dinâmica vinculada ao processo de divisão social do trabalho e, cada parcela de terra urbana detém um valor demarcado, em função de sua localização e de sua potencialidade de uso". (36)

A distribuição espacial da população no contexto do crescimento "caótico" paulistano reflete a condição social dos habitantes da cidade, espelhando ao nível do espaço a segregação imperante no âmbito das relações econômicas. Conforme Meyer: (...) "para realizar seus objetivos, a cidade cresce atendendo de forma eficiente os interesses econômicos e muito precariamente os interesses dos habitantes. (...) seu espaço é organizado, configurado, ocupado, apropriado, por um grupo com um sistema econômico, social e ideológico bem definidos". (37)

Valorizado pois, o solo passou a ser mercadoria e, foi sendo estruturado conforme as determinações da acumulação capitalista.

Se considerarmos o espaço geográfico como "espaço social", como produto histórico que reflete concretamente as relações sociais de produção num dado momento histórico, entenderemos a produção do espaço da metrópole paulistana. (38)

O dinamismo industrial que se concentrou na capital paulistana a partir da década de 1950, desencadeou um padrão periférico de crescimento urbano, onde as áreas centrais, melhor equipadas, destinaram-se às camadas de maior poder aquisitivo segregando a camada trabalhadora para as áreas mais distantes. Tal padrão de assentamento provocou um aumento de nove vezes da mancha urbana nas três últimas décadas. Somente na década atual foram in

(36) JACOBI, P. "Exclusão Urbana e Lutas pelo Direito à Moradia"
In: Espaço e Debates nº7, São Paulo, out/dez.82, p.54

(37) MEYER, R.M. Prosperi (1978) "Segregação Espacial", Cap. 6.
In: A Luta pelo Espaço, Rio de Janeiro, Vozes, pp.152/153.

(38) CARLOS, A.F. e ROSSINI, R.E., op.cit., p.5

corporados 480 km² de áreas periféricas que permanecem desprovidas dos principais serviços urbanos necessários à reprodução da força de trabalho. (39)

Se, por um lado, a capital paulistana, centro nervoso da acumulação de capital do país, acomoda em seu espaço urbano os meios de produção e de gerência das grandes empresas, por outro, concentra a mão-de-obra disponível para as diversas qualificações exigidas pela produção. E, esta mão-de-obra se produz e re produz, ao mesmo tempo que participa da produção, distribuição e consumo.

O modelo econômico implantado nas duas últimas décadas, associou crescimento econômico com pauperização da maioria dos trabalhadores e deterioração dos padrões urbanos de vida.

A metrópole paulistana, que há mais de meio século ocupa lugar hegemônico no processo de acumulação de capital no país, tem visto a cada momento a piora da qualidade de vida de seus habitantes.

A qualidade de vida da população tem uma expressão es pacial: a habitação, os meios de transporte, a educação, a saúde, o saneamento básico, o lazer, etc. são organizados conforme os in teresses da classe dominante, dano caracteres próprios à paisagem da metrópole.

Constatamos no decorrer do capítulo, que o espaço da capital foi sendo produzido e reproduzido via consolidação do ca pital industrial e do desenvolvimento acelerado da indústria paulista. Como tal processo iniciou-se com a indústria têxtil, procu raremos ,a seguir, fazer uma breve análise da expansão da referi da indústria, bem como da sua concentração em São Paulo.

(39) KOWARICK, L. e CAMPANÁRIO, M. (1985) "São Paulo — Metrópole do Subdesenvolvimento Industrializado: Conseqüências Sociais do Crescimento e da Crise Econômica". Trabalho apresentado no Simpósio: A Metrópole e a Crise, São Paulo, FFLCH - USP , p.13

2. Breve Análise da Indústria Têxtil

2.1. A Expansão da Indústria Têxtil e sua Concentração em São Paulo

- A maquinofatura se iniciou no Brasil, efetivamente, com a fiação e tecelagem do algodão, setor que até recentemente representou parte substancial de nossa produção industrial.

As primeiras fábricas de fiação e tecelagem foram fundadas em meados do século XIX, de modo especial na Bahia e no Rio de Janeiro, sendo o maior destaque pertencente ao primeiro estado.

O algodão arbóreo, de fibra longa era uma planta nativa do Nordeste, constituindo-se em artigo de artesanato local, utilizado para a produção de tecidos grosseiros, produzidos em teares manuais, e sua fibra era exportada em larga escala para a Europa, desde o século XVIII. (40)

Em consequência da Revolução Industrial Inglesa e do avanço da industrialização têxtil desse país, a demanda do algodão crescia com muito vigor. Assim, conforme a divisão internacional do trabalho, vários países se constituíram em abastecedores do mercado inglês, tais como: o Egito, o Peru, a Índia, o sul dos EUA, e, o Brasil, representado pela região Nordeste. De um modo mais marcante, durante a Guerra de Secessão, tal região experimentou sensível avanço em suas exportações, em substituição à produção norte-americana. Conforme afirma Francisco de Oliveira: "O Nordeste agrário não açucareiro, converte-se num vasto algodoal, desde o Maranhão à Bahia. No entanto, a produção ficava à mercê da demanda européia, e, basicamente inglesa, pois não havia, no

(40) O algodão de fibra longa, nativo do Nordeste brasileiro fora na época, premiado em Liverpool. Veja-se: STEIN, S. (1979). Origens e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil - 1850/1950. Rio de Janeiro, Editora Campus, p. 57

país de então, indústrias que pudessem utilizá-la em épocas de crises da demanda internacional. (41)

A Bahia era a Província brasileira que apresentava maiores condições para a instalação de indústrias, dispunha de a bundante matéria prima, além de um certo desenvolvimento em com-paração com as outras áreas, pois era a sede da capital do país, possuía excelente sistema portuário, grande população de escravos e trabalhadores livres (consumidores de tecidos grossos), fornecimento de energia hidrelétrica, sendo, ainda entreposto comercial, e, dispondo de um certo capital ai acumulado. (42)

Em meados da década de 60, do século passado, o Brasil contava com 9 fábricas de tecidos, sendo do total, 5 no Estado da Bahia, 2 no Rio de Janeiro, 1 em Minas Gerais e 1 em Ala-goas. Duas décadas depois, o país já contava com 48 indústrias do gênero (43), assim distribuídas:

(41) OLIVEIRA, F.de , op. cit., p.47

(42) STEIN, Stanley J. , op. cit. , p.35 e ALBUQUERQUE, R.H.P.L. Capital Comercial, Industria Têxtil e Produção Agrí-
cola . São Paulo-Brasília , Editora Hucítec e CNPq ,
1982, p. 101

(43) Já em fins do século XVIII, a Bahia exportava algodão bruto para o exterior.

Tabela 2

Brasil
Distribuição Espacial das Indústrias Têxteis
1866 - 1885

Províncias	1866	1875	1885
Maranhão	-	1	1
Pernambuco	-	1	1
Alagoas	1	1	1
Bahia	5	11	12
Rio de Janeiro	2	5	11
São Paulo	-	6	9
Minas Gerais	1	5	13
Total	9	30	48

Fonte: Albuquerque, R.H.P.L. (1982), p.101

A tabela é bastante indicativa da tendência à mudança do eixo econômico no decorrer dessas duas décadas, do Nordeste para o Centro-Sul, pois embora houvesse crescido o número de estabelecimentos na Bahia, podemos observar que o Centro-Sul representado pelo Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais detinha cerca de 33% dos estabelecimentos têxteis do país, e passaram, então, a concentrar cerca de 70% do mesmo.

Tal crescimento refletia a importância política e econômica da região logo após a década de 50, com o deslocamento do eixo econômico, da capital administrativa para o Rio de Janeiro, além do crescente comércio com o café. O Distrito Federal passaria a ser o centro hegemônico de então, liderando com São Paulo e Minas Gerais, a produção têxtil do país.

A construção de estradas de ferro ligando a capital

do Império a São Paulo e Minas Gerais após a década de 1860, constituíu-se, também, num fator de extrema importância para o deslocamento da supremacia da Bahia no que se refere ao setor têxtil para a região Centro-Sul.

Entre 1880/84 surgiram no Brasil, 150 indústrias e de 1885/89, existiam 636 estabelecimentos industriais contando com aproximadamente 54 mil operários (dos quais 90% eram estrangeiros). O capital empregado na indústria vai evidenciar a importância da indústria têxtil, sendo a seguinte a sua distribuição:

Tabela 3

Brasil
Capital Empregado na Indústria
1889

setor	%
Têxtil	60,0
Alimentícia	15,0
Produtos Químicos	10,0
Madeiras	4,0
Vestuário/Toucador	3,5
Metalurgia	3,0
Outros	4,5

Fonte: Simonsen, R.C., (1973) p.16

Entre 1890/95 foram fundadas 432 indústrias no país. Os dados estatísticos disponíveis são poucos, mas em 1907, o Censo Industrial do Brasil divulgou os seguintes resultados: 3.250 estabelecimentos industriais, sendo o Distrito Federal, o líder, com 33,1% da produção, seguido por São Paulo, que detinha, 16,5% da mesma.

O setor têxtil algodoeiro duplicou a sua produção física entre 1905 e 1910, ocorrendo ainda, a duplicação dos fusos, dos teares, da potência instalada e do número de operários. (44)

A capacidade produtiva do setor têxtil algodoeiro cresceu entre 1910/15 em mais de 40% nas tecelagens e em 48% nas fiações, o que significava uma integração do parque têxtil paulista.

Em 1919, a produção brasileira de artigos têxteis já satisfazia 75% do consumo interno do país, os tecidos importados de consumo corrente haviam sido praticamente excluídos do mercado nacional e a fatia restante era representada pelos produtos ditos "de melhor qualidade". A produção que, de início, era consumida por um mercado local ou regional, passava graças ao desenvolvimento dos meios de comunicação, a abastecer o mercado interno.

Os dados estatísticos sobre o aumento do número de fábricas e equipamentos da indústria têxtil, no período de 1905 / 1921, poderão nos dar uma idéia do crescimento e das transformações ocorridas nesses anos, conforme podemos verificar na tabela 4.

(44) CANO, Wilson (1977) Raízes da Concentração Industrial em São Paulo. Rio de Janeiro, DIFEL, p.p.182

Tabela 4

Brasil
Crescimento das Indústrias Têxteis de Algodão
1905 - 1921

Ano	Local	Fábricas		Fusos		Teares		Trabalhadores	
		f	%	f	%	f	%	f	%
1905	DF	10		209.200		7.360		8.216	
	RJ	11		115.560		3.776		6.024	
	SP	18		110.996		3.907		6.269	
	MG	30		45.382		2.295		3.098	
	Outros	41	37,0	253.790	35,0	9.082	34,0	15.552	40,0
	Total	110	100,0	734.928	100,0	26.420	100,0	39.159	100,0
1915	DF	23		338.326		11.562		16.045	
	RJ	23		176.610		5.405		8.280	
	SP	51		378.138		12.743		18.338	
	MG	53		131.486		4.321		9.028	
	Outros	90	37,0	488.066	32,0	17.103	33,0	30.566	37,0
	Total	240	100,0	1.512.626	100,0	51.132	100,0	82.257	100,0
1921	DF	14		411.000		13.000		19.000	
	RJ	23		180.000		6.000		12.500	
	SP	55		415.900		14.700		25.000	
	MG	60		130.000		5.800		18.000	
	Outros	89	37,0	384.400	25,0	19.708	33,0	34.460	32,0
	Total	242	100,0	1.521.300	100,0	59.208	100,0	108.960	100,0

Fonte: Adaptação de Stanley, S. (1979) p. 111.

Podemos notar, a marcante concentração da indústria têxtil brasileira, nas duas primeiras décadas do atual século na região Centro-Sul, que representava mais de 60% da produção brasileira, como também, o crescimento da referida indústria em São Paulo.

Em 1920, o Recenseamento Geral da República demonstrou existir, 13.336 estabelecimentos industriais no país, sendo mais de 30% em São Paulo que, nessa época, já ultrapassava o Rio de Janeiro, respondendo sozinho por 31,5% do valor produzido no Brasil, enquanto que o Rio de Janeiro tinha a sua participação diminuída para 20,8%. (45)

Ressaltamos no capítulo anterior que várias foram as causas que contribuíram para o crescimento industrial de São Paulo e do Brasil: o capital acumulado na região, o imigrante cuja presença representava força de trabalho e mercado de consumo, o sistema de transportes, os favores dos poderes públicos, o surgimento de uma nova fonte de energia, a elétrica (46). No entanto, no caso específico da indústria têxtil, vale lembrar que a abundância de matéria prima na região constituiu-se em mais um importante fator que permitiu o seu desenvolvimento.

Analisaremos, então, a produção de algodão em nosso país. É importante salientar que o Brasil já havia se destacado como notável fornecedor de matéria prima para as indústrias têxteis inglesas, no período de 1780 até aproximadamente, a segunda década do século XIX. A partir de então, embora continuássemos a exportar, a Grã-Bretanha dava preferência ao algodão cru produzido nos EUA, Egito e Índia. Tal produção era proveniente, principal-

(45)STEIN, S. , op. cit., p.111

(46) "O estabelecimento de usinas hidrelétricas por empresas estrangeiras nos grandes centros urbanos do Rio de Janeiro e São Paulo, sobretudo após 1905, ofereceu às fábricas de tecidos uma alternativa energética muito mais barata e segura que o uso direto da água e as dispendiosas máquinas a vapor utilizando carvão". In: Stein, S., op.cit.,108.

mente, das Províncias do Nordeste (Pernambuco, Maranhão, Alagoas Ceará e Bahia) e, com a pequena procura de nosso algodão, nos anos 80 do século passado, reduziu-se, aí, a superfície cultivada com o mesmo, tendo o produto desaparecido completamente, em alguns Estados.

Após a década de 60, abria-se um período de expansão do cultivo de algodão na Província de São Paulo, influenciado basicamente pelo capital industrial sediado em Londres, na sua busca incessante de novas fontes de matérias primas e ao capital comercial, conhecedor de todas as rotas e de todas as possibilidades de ganho na esfera da circulação que o Brasil poderia oferecer. (47)

Na segunda metade do século XIX, a indústria algodoeira inglesa já se encontrava madura, as dificuldades com a inovação das máquinas estavam superadas, faltava-lhe penetrar na produção da matéria prima, garantir a alta produtividade, o baixo custo e a qualidade desse insumo. Para atingir tal objetivo, criava-se em 1857, a Manchester Cotton Supply Association, sendo então, que se pode localizar a grande articulação explícita do primeiro surto exportador relevante da cotonicultura paulista. Tal órgão, após a Guerra de Secessão tentou uma produção no Egito e incentivou a de São Paulo. Concluíram que a Província tinha condições de fornecimento do produto, pois haviam sido encontradas, às margens do Tietê, amostras que, enviadas para Londres, a fim de serem analisadas, suscitaram grande interesse por parte dos ingleses, tanto que após dois meses, a citada Associação enviava para São Paulo dois quintais (cerca de 8 arrobas) e um descaroçador de algodão. Em seguida, o cônsul inglês, no Brasil, recebia uma tonelada de sementes que repassou ao então presidente da Província para que fossem distribuídas aos agricultores.

De 1867 a 1873, a Província passava a exportar 20% de toda a produção brasileira. No entanto, sanados os problemas internos nos EUA, estes recuperaram a posição de liderança no mercado internacional, havendo retração nas exportações brasileiras, mesmo

(47) ALBUQUERQUE, R.H.P.L. de (1982) Capital Comercial, Indústria Têxtil e Produção Agrícola. São Paulo-Brasília, Editora Hucitec e CNPq, pp. 38/39.

porque eram crescentes as queixas da má qualidade dos fardos, das fibras arreventadas. (48)

Nesse sentido, o desenvolvimento de uma indústria de algodão seria uma saída para a crise da produção. Incentivados pelos preços baixos da matéria prima, pela possibilidade de importação de máquinas de fiar e de teares, com mercado de consumo e de mão-de-obra crescentes, criaram-se em São Paulo só no ano de 1874, seis fábricas de tecidos. Por outro lado, a ascensão da indústria têxtil em São Paulo se achava ligada ao advento do trabalhador livre e à sua ligação com o capital cafeeiro, já abordado em capítulo anterior.

Como afirma Albuquerque: "Nesse esquema agregado, a indústria têxtil entra como um lugar privilegiado de reinversão alternativa de lucros, gerados em muitas 'fontes', mas unificados sob a necessidade de se reproduzirem e ampliarem enquanto capital e, também, como setor passível de reprodução ampliada quase completamente endógena, pela capacidade de realizar a produção através da massa de salários crescente neste sistema". (49)

O autor se refere ao termo "lugar privilegiado", tanto pela proteção tarifária e de sobretaxas, que se acentuaria após 1890, como pela "liberdade de crédito" e facilidades de constituição de empresas, vigentes no período do Encilhamento.

O poder de integração econômica da indústria têxtil ao complexo exportador cafeeiro vai resultar numa expansão crescente da produção, que fez São Paulo possuir em 1915, o mais importante parque têxtil do Brasil.

Ao se iniciar a década de 20, a importância do setor têxtil no conjunto brasileiro já estava bem caracterizada. De 242 estabelecimentos registrados em 1921, passava-se para 354, em 1927; no mesmo período, o número de fusos cresceu 59%, o de tea -

(48) Em 1864, chegou-se ao ponto de cada fardo brasileiro ser aberto antes de ser efetuado o pagamento. In: Albuquerque, R.H.P.L.de, op. cit., p.52

(49) ALBUQUERQUE, R.H.P.L.de, op. cit., p.128

res, 33%; só o aumento da percentagem de pessoal ocupado foi mais modesta, de 17%, pois as máquinas obsoletas haviam sido trocadas por outras mais modernas e, que necessitavam de menor número de trabalhadores. (50)

As duas décadas e meia de prosperidade da indústria têxtil no Brasil, começaram a dar mostras de esgotamento quando dos anos que antecederam a Depressão de 29. Após a crise, o desequilíbrio econômico dos países centrais difundiu-se rapidamente no Brasil, atingindo a população rural e urbana, empresas agrícolas e industriais. Entretanto, enquanto o mercado interno para os produtos industriais do algodão não "dasabou", os fabricantes não pararam de expandir sua capacidade produtiva e sua produção.

A situação da indústria algodoeira foi se agravando pouco a pouco e, a solução só foi encontrada para o seu reerguimento quando ocorreu a lenta recuperação da economia mundial e a intervenção do Estado protegendo a indústria têxtil brasileira.

No início dos anos 30, os grupos industriais em ascensão dos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, onde os proprietários das indústrias têxteis de algodão exerciam considerável influência, suplantaram a ascendência da oligarquia agrária na política, ocorrendo um processo de integração indústria-governo, no decorrer da década. (51)

Em 1931, apesar das proteções tarifárias, a indústria têxtil enfrentava problemas ligados à superprodução e transcorridos 6 anos (1931/37) de restrição às importações de teares (52),

(50) STEIN, S., op. cit. , p.120

(51) A título de exemplo do poderio dos industriais da época, sabe-se que conseguiram que o Governo proibisse a importação de novas máquinas têxteis, sendo mantidas as importações de apenas peças de reposição. O objetivo era o de consolidar o seu poderio, eliminando novos concorrentes.

(52) Cf. RODRIGUES, J.A. , (1978) ao iniciar a década de 30, com as dificuldades impostas pelo Governo para a importação de máquinas industriais, surgem as primeiras indústrias de teares em São Paulo (Irmãos Ribeiro, Irmãos Andrichetti, e Coltro), oferecendo grandes vantagens para a compra, graças ao financiamento das máquinas, o que não era pos

(baseada no pressuposto de que o país ressentia-se da superprodução de tecidos de algodão), ficou evidente que a indústria têxtil algodoeira, havia, na verdade, expandido a sua produção . Entre 1931 e 1938, a produção de tecidos aumentou cerca de 50% e não conseguia encontrar saída no mercado interno.

— Em 1939, com a deflagração da Segunda Guerra, o problema parece ser contornado, grande parte da produção passava a ser vendida ao mercado internacional, sendo desembarcada para os países beligerantes. Finalmente, quando os produtos europeus e japoneses desapareceram do mercado mundial, ocorreu o "boom" provocado pela guerra.

Os industriais de tecidos de algodão atingiam o seu período áureo. Os industriais brasileiros passavam a exportar os seus tecidos não apenas para os países latino-americanos mas ainda, para a Europa e o Oriente Médio. A exportação abriu novos rumos e então, a indústria têxtil brasileira conseguiu, ao longo do tempo, superar as suas crises.

No decorrer de três anos, período de 1940/43, a produção têxtil brasileira quase dobrou e o Brasil passou a ocupar a posição de segundo produtor do hemisfério ocidental. A América Latina e os EUA constituíram-se em nossos principais compradores.

— A efêmera preeminência do Brasil nos mercados latino-americanos de tecidos durante a Segunda Guerra levou os grandes industriais têxteis brasileiros a agirem como "imperialistas" econômicos .(53) Eram comuns as reclamações de preços muito altos e de qualidade inferior de nossos tecidos, enquanto que o mercado interno encontrava-se sub-abastecido e com os preços bastante elevados.

sível quando importadas, dando relativo impulso ao sistema conhecido como "façonismo", regra geral executado em casa, com mão-de-obra familiar. In: RODRIGUES, J.A. , "Façonismo: um sistema de Trabalho da Indústria Têxtil - O Exemplo de Americana" , Geografia das Indústrias nº 6 , São Paulo , USP/IG, p.13

(53) STEIN, S. , op. cit. , p.173 .

Tal expansão devia-se, principalmente, à falta de competidores, daí o fator de a indústria brasileira não procurar produzir em condições competitivas, no que se refere a preço e/ou qualidade.

No entanto, logo teve início nos países latino-americanos, o esforço pela retomada industrial, principalmente, na Argentina, México, Chile e Venezuela, ocorrendo ainda, a retomada pós-guerra dos EUA e Inglaterra. Desse modo, novamente, o Brasil foi perdendo os seus principais compradores.

Nessa época, os industriais brasileiros insistiam em obter dos poderes públicos, subsídios para a exportação de tecidos, o aumento do mercado interno para tecidos através do incremento do poder aquisitivo de certas camadas sociais, e ainda , pleiteavam o financiamento governamental para a modernização e reequipamento das indústrias existentes, com vistas a tornar a produção brasileira competitiva.

O Estado de São Paulo, em finais dos anos 40, detinha aproximadamente 50% dos estabelecimentos têxteis do país, empregando mais de 30% dos trabalhadores do setor.

A tabela 5 nos dá uma visão dessa concentração em São Paulo, comparando-o aos demais Estados, que produziam tecidos em larga escala, no território brasileiro.

Tabela 5

Brasil
Distribuição da Indústria Têxtil
1949

Local	Nº Fáb.	%	Nº Trab.	%
SP	486	56,3	72.335	32,3
DF	28	3,2	23.981	10,7
MG	121	14,0	27.011	12,0
RJ	48	5,6	17.164	7,6
PE	27	3,1	31.510	14,1
Outros	154	17,8	52.251	23,3
Total	864	100,0	224.252	100,0

Fonte: Albuquerque, R.H.P.L. (1982), p.137

— No que se refere à cidade de São Paulo, no mesmo ano, a indústria têxtil foi responsável por 26,7% da produção industrial, sendo o ramo mais importante de todo o seu parque industrial.

A indústria têxtil, sem dúvida alguma, representou a gênese da hegemonia do capital industrial no país, porém, após os anos 50 ocorreu uma redefinição do setor industrial. Entre 1946/55, houve no Brasil, um desenvolvimento da ordem de 122% do referido setor, mas outras indústrias iam despontando. Em 1959, o ramo têxtil passava para o segundo lugar quanto ao valor da produção na cidade de São Paulo, respondendo apenas por 13,8% desta.

As indústrias de Material de Transporte e de Material Elétrico, que detinham em 1949, apenas 5,9% do produto industrial da capital paulistana, em 1959, elevam o percentual para 16,5%.

No caso brasileiro, entre 1948/55, as indústrias ditas tradicionais, tais como, alimentícia e têxtil cresceram respectivamente, 77% e 61%, ficando ambas abaixo da média, enquanto que a metalúrgica teve um aumento de 172%, e a química, de 608%. (54)

Segundo Singer, a participação dos cinco ramos mais importantes que produziam bens de consumo, diminuiu de 47,3% em 1949, para 34,9%, em 1959, na cidade de São Paulo, enquanto que a indústria de bens de produção elevava a sua participação de 34,9% em 1949, para 42,7% em 1959. (55)

Portanto, o crescimento da cidade nos últimos decênios se dá em consequência do crescimento industrial do país. A economia nacional encontra-se completamente integrada, e São Paulo se beneficia como centro hegemônico do processo de industria-

(54) STEIN, S. , op. cit. , p.173

(55) SINGER, P. , op. cit. , p. 59

lização do país.

Desde as primeiras décadas do atual século, com a integração dos mercados regionais, a indústria mais forte no país, no caso, a de São Paulo, começou a penetrar nos outros mercados, superando pela concorrência a sua produção industrial e firmando a sua hegemonia no mercado brasileiro.

Retomaremos, neste momento, alguns aspectos relativos à industrialização e formação do mercado nacional.

Os dois últimos decênios do século passado e os primeiros deste (aproximadamente 1930), foram marcados pela gênese e consolidação do capital industrial. Tal processo de industrialização passava a ser o motor da acumulação geral do país. A partir de então, o desenvolvimento industrial caracterizou-se pela implantação dos bens intermediários e de capital, concentrando-se em partes reduzidas do território nacional, no Sudeste, e, particularmente, na cidade de São Paulo.

Ao iniciar-se a década de 30, São Paulo e o Rio de Janeiro (incluindo-se a cidade do Rio de Janeiro - Distrito Federal e o Estado) concentravam aproximadamente 60% da produção industrial do país, sendo marcante o dinamismo de São Paulo e a estagnação do Rio de Janeiro. (56)

— Desse modo, já se delineava uma expressiva divisão inter-regional do trabalho a nível nacional, com marcante concentração industrial no Estado de São Paulo.

No entanto, tal concentração no Sudeste, e, particularmente, em São Paulo, resultou fundamentalmente da competição desencadeada entre os setores têxtil e alimentício, que até então, encontravam-se dispersos pelo país, desde o período agrário-exportador e, posteriormente, com a implantação de novos ramos industriais.

(56) GOLDENSTEIN, L. e SEABRA, M. (1982) "Divisão Territorial do Trabalho e Nova Regionalização" in Revista do Departamento de Geografia nº1. São Paulo, FFLCH-USP, p.30

A partir do momento em que São Paulo passa a liderar a produção industrial do país, o funcionamento da economia de mercado passou a acentuá-la de modo muito marcante. O sistema de crédito drenava capitais nacionais e internacionais para a cidade, onde os lucros seriam maiores, os investimentos públicos também se canalizam para a área de maior desenvolvimento (57), a população afluí com grande intensidade, proporcionando, desse modo, inegáveis vantagens de escala.

A cidade, com seu parque industrial, que nos dias de hoje extravaza em muito seu limite territorial, lidera a produção do Estado e faz com que o mesmo se destaque na produção industrial do país, ao mesmo tempo que vê diminuída a participação das demais unidades da Federação.

A tabela 6 , nos mostra de modo bastante claro, a supremacia do Estado de São Paulo, que detinha em 1980, 52,84% do valor da produção industrial do país, enquanto que a maioria dos demais Estados, no decorrer do século tiveram a sua participação diminuída.

(57) Na etapa monopolística ocorre uma intensa fusão entre o Estado e o capital monopolístico.

Tabela 6

Brasil
Distribuição do Valor da Produção Industrial por Estados
1907 - 1980

Estado	1907 %	1920 %	1938 %	1958 %	1975 %	1980 %
DF (RJ)	33,1	20,8	14,2	11,4	-	-
DF (Brasília)	-	-	-	-	0,1	0,1
SP	16,5	31,5	43,2	55,0	55,6	52,84
RS	14,9	11,0	10,7	7,7	7,3	7,1
RJ	6,7	7,4	5,0	6,6	12,6	10,3
PR	4,9	3,2	1,8	3,1	4,2	5,0
MG	4,8	5,5	11,3	5,6	7,6	8,6
PE	4,0	6,8	4,2	2,8	2,2	2,0
BA	3,2	2,8	1,7	1,5	2,1	3,4
PA	2,7	1,1	0,7	0,6	0,4	0,6
AM	2,0	0,1	0,2	0,3	0,5	1,2
SC	2,0	1,9	1,8	2,1	3,0	4,0
AL	1,0	1,6	0,7	0,5	0,4	0,4
MA	0,7	0,7	0,3	0,2	0,2	0,2
SE	0,6	1,2	0,6	0,2	0,1	0,2
MT	0,5	0,2	0,2	0,3	0,1	0,1
MS	-	-	-	-	0,2	0,3
CE	0,4	0,8	0,9	0,6	0,7	0,8
PB	0,4	1,1	0,8	0,6	0,4	0,4
GO	0,2	0,1	0,2	0,3	0,6	0,7
PI	0,1	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1
RN	0,1	0,6	0,4	0,3	0,3	0,3
ES	0,1	0,7	0,2	0,2	0,6	1,0
Outros	1,1	0,7	0,8	-	0,7	0,4

Fonte: Lopes, Juarez R.B., (1978)
F. IBGE - Censo Industrial, 1980

Por outro lado, gostaríamos de salientar que a indústria têxtil, no decorrer da última década veio perdendo ainda mais a sua liderança, no conjunto das indústrias brasileiras, em função das transformações ocorridas em nossa estrutura industrial, perdendo a sua posição de destaque, com o surgimento de novos ramos industriais.

De acordo com o Anuário Estatístico do Brasil, a indústria têxtil ocupava em 1979, o sétimo lugar quanto ao valor da produção, sendo ultrapassada pelas indústrias química, de produtos alimentares, metalúrgica, material de transporte, material e elétrico e mecânica, o que vai demonstrar ainda, certa expressão no conjunto da economia brasileira.

Na tabela 7, podemos verificar tal afirmação, bem como, constatar a diversificação e a evolução dos diversos setores da indústria brasileira, durante a década de 70.

Tabela 7

Brasil
 Valor da Produção Industrial
 Em Cr\$ 1.000 - 1970/79

Ano	Ind.Alim.	Ind.Química	Ind.Metal.	Ind.M.Transp.	Ind.Mat.Elét.	Ind.Mec.	Ind.Têxtil
1970	7.265.345	5.308.566	5.161.428	7.138.273	3.528.275	2.993.884	4.892.888
1971	9.654.057	7.175.122	6.827.993	10.502.045	4.879.486	5.257.858	6.985.103
1973	41.575.941	38.567.844	38.800.734	28.380.813	15.698.509	23.013.609	29.017.142
1974	83.058.343	77.247.870	74.611.905	46.827.365	26.693.519	38.772.316	41.038.689
1976	176.205.288	185.692.630	153.266.153	100.530.921	59.515.980	91.116.015	120.751.155
1977	276.031.635	273.775.145	233.973.719	147.820.407	89.114.271	136.077.276	88.527.000
1978	411.579.115	406.788.114	347.557.031	218.026.773	140.135.774	337.823.576	289.880.606
1979	663.117.963	699.795.756	590.271.665	338.399.507	223.135.774	207.364.925	175.802.337

Fonte: F. IBGE - Anuários Estatísticos do Brasil - 1972 a 1983

Ocorreu, além disso, uma redefinição no que se refere ao número de pessoal ocupado na indústria brasileira, na década em questão. A tabela 8 vai nos mostrar que, ainda, no início dos anos 70, a indústria têxtil, liderava a oferta de empregos, sendo seguida de perto pela indústria de vestuário e de material de transporte. No entanto, nesses dez anos, passou para o quinto lugar, sendo ultrapassada pelas indústrias alimentícias, metalúrgica, mecânica, e do vestuário.

Tabela 8

Brasil
Pessoal Ocupado na Indústria
1970 - 80

Ano	Ind.Têxtil	Ind.Vest.	Ind.M.Transp.	Ind.Alim.	Ind.Mat.Elét.	Ind.Mec.	Ind.Metal.	Ind.Quim.
1970	157.909	122.135	121.602	84.221	78.827	77.272	65.941	61.296
1971	157.567	133.137	147.710	84.713	93.035	96.348	130.932	66.828
1973	354.304	205.494	214.074	399.158	175.108	289.350	354.981	137.093
1974	370.941	239.136	204.434	412.080	195.628	337.002	405.347	138.963
1976	350.757	308.646	221.448	354.304	193.092	396.865	455.471	134.009
1977	345.629	320.454	224.541	472.118	210.913	431.081	475.574	143.006
1978	327.506	363.377	249.740	390.096	235.783	457.856	487.069	115.805
1979	337.682	384.104	264.470	402.850	229.459	486.833	509.218	130.438
1980	395.792	427.192	264.853	566.833	242.017	515.237	526.672	165.022

Fonte: F. IBGE - Anuários Estatísticos do Brasil - 1972 a 1983
Censo Industrial - 1980

2.2. A Modernização do Setor Têxtil

O setor têxtil caracterizou-se até recentemente (em torno de 1950) por ter sido uma das atividades manufatureiras que requeriam menor conhecimento técnico. Entretanto, nestas três últimas décadas passou por uma evolução tecnológica caracterizada pela modernização de seus equipamentos e processos produtivos. Tal modernização encontrou barreiras não só nos fatores internos da dinâmica econômica, mas também na disponibilidade de inovações tecnológicas para essa indústria nos mercados produtores externos.

— Uma das características da indústria têxtil tem sido a estabilidade e as poucas inovações criadas para as várias etapas de transformação.

Desde a primeira metade do século passado, quando a produção de tecidos passou a ser organizada de modo manufatureiro, até recentemente, o processo de transformação das fibras em tecidos prontos tem ocorrido através de três etapas conexas, porém independentes entre si: fiação, tecelagem e acabamento. Trata-se de um processo descontínuo, apesar de toda a inovação tecnológica ter se esforçado para criar condições de continuidade entre as etapas principais. (58)

(58) * A independência das fases principais e das operações internas a cada uma delas decorre do fato de que cada etapa elabora um produto final, embora em condições pre-determinadas pelo sistema de produção. Por exemplo, a Fiação subdivide-se em Preparação a Fiação —abridores, batedores, cardas (limpeza e paralelização), passadores e maçarocqueira (paralelização e estiramento) para fios cardados, e penteadeira, para fios penteados (eliminação das fibras mais curtas, homogeneização) — e Fiação propriamente dita, em que as fibras são transformadas, nos filatórios, em fios contínuos de diâmetro (titulagem) determinado. A Tecelagem subdivide-se em Preparação a Tecelagem —conicaleiras (enrolamento dos fios em bobinas maiores e de maior capacidade), urdimento (preparação do rolo de entrada no tear), engomagem, espuladeira (preparação da espula, rolinho de fios que entra na lançadeira do tear convencional), reme

Economicamente, a descontinuidade do processo é um dos fatores responsáveis pela lenta modernização da indústria têxtil; as possibilidades de reduzir-se os custos globais de produção são dadas por um conjunto de alternativas tecnológicas relativamente independentes entre si.

Por outro lado, as próprias inovações tecnológicas no setor não se caracterizam por mudanças revolucionárias nos processos, mas, por simplesmente modificações e aperfeiçoamentos mecânicos sobre os princípios básicos de fabricação e de desenho do equipamento. A título de exemplo, desde a sua invenção, em meados do século passado, o tear automático com lançadeira, vem mantendo, a grosso modo, sua forma clássica de desenho e funcionamento, embora no início deste século tenha recebido uma inovação no que se refere ao recarregamento automático da lançadeira, sem interrupção do movimento da máquina para a troca manual das espulas.

As principais inovações no tear, durante muito tempo, consistiram em aumentar a sua velocidade, em introduzir um mecanismo de parada automática quando da ruptura de um fio e da troca automática das espulas. No entanto, o fio de algodão puro, o mais utilizado até os anos 50 deste século acarretou um problema decorrente de sua fragilidade, dificultando o desenvolvimento de velocidades mais altas nas máquinas.

Nos tempos atuais, com o progresso alcançado na utilização de novas fibras sintéticas (indústria química), com novas técnicas de produção, principalmente no campo dos tecidos de

teção (montagem dos fios do urdimento no quadro de liços do tear) e Tecelagem propriamente dita. O Acabamento subdivide-se, por sua vez, em operações de beneficiamento — mercerização, alveijamento do tecido cru, tinturaria, secagem, estamparia, vaporização e Acabamento propriamente dito, onde são aplicados tratamentos especiais com o objetivo de, por exemplo, fixar a largura definitiva do tecido, dar-lhe características de impermeabilização, pre-encolhimento, etc". In: PEREIRA, V.M.C. (1979) O Coração da Fábrica - Estudo de Caso entre Operários Têxteis. Rio de Janeiro, Editora Campus, p. 50.

malha e nos processos de acabamento, como ainda, na automação do processo de fios, a indústria têxtil adquiriu um alto grau de sofisticação que podemos encarar como a grande transformação da citada manufatura,

O surgimento dos fios sintéticos, na década de 50 nos EUA e Europa e, nos anos 60, no Brasil, permitiu um incremento da produtividade da máquina, o que não acontecia com o aperfeiçoamento da tecnologia, que só aumentava a produtividade do trabalho (59)

Desse modo, a indústria química com a produção de fibras sintéticas, mais resistentes, auxiliou a indústria têxtil a resolver um de seus problemas: estimulou a sua inovação tecnológica; foi acelerada a simplificação do processo de produção de fios e se automatizaram as operações para tecê-los. Houve o aumento da velocidade de operação, aumentando muito a produção e reduzindo o desequilíbrio entre o aumento da produtividade do trabalho e da máquina.

Outras mudanças tiveram lugar: com o lançamento pela indústria química, de fibras manufaturadas de melhores características físicas e preços mais baixos, houve uma verdadeira revolução nos hábitos de vestir e estimulou o desenvolvimento do ramo, malharia. Por outro lado, as necessidades da vida moderna, sobretudo nos grandes centros, levaram o consumidor a preferir peças de vestuário já confeccionadas, desenvolvendo assim, outro ramo da indústria manufatureira que, muitas vezes, é confundida com a própria indústria têxtil: a indústria do vestuário.

Um outro ramo que surgiu, foi a indústria dos tecidos aglomerados, especialmente voltada para os tecidos de uso industrial ou tecidos para o fabrico de peças descartáveis (fraldas, roupas de cama de hospitais, toalhas, etc.), já consolidado nos países centrais, e, em franca expansão no Brasil.

As previsões apontam que os "não-tecidos" ampliarão a fatia que ocupam no mercado, em muitos lugares, particularmente,

(59) SPREAFICO, L. (1970) A Transferência da Tecnologia na Indústria Têxtil e do Vestuário. São Paulo (mimeo), p.14.

se as suas propriedades puderem ser aperfeiçoadas a ponto de esteticamente, se apresentarem semelhantes às estruturas típicas dos tecidos planos ou de malha. Naturalmente, o baixo preço do "não - tecido", devido à velocidade em que são produzidos, constitui um fator preponderante em favor dos mesmos. São produzidos através de fibras coladas umas às outras sob a forma de um véu, no qual se utiliza um tipo de solução adesiva. (60)

Essa evolução tecnológica, procurando adaptar o setor às novas exigências do mercado, à disponibilidade de novas matérias-primas, às novas relações entre o custo dos fatores produtivos, criou ainda, uma nova atitude empresarial por parte do industrial têxtil, o que significou um abalo na estrutura do ramo tradicional, acomodado a práticas seculares de produção.

Não podemos esquecer que este momento da evolução da indústria têxtil, que exigiu a aplicação de vultuosos capitais, se deu em consonância com a maciça entrada de capital estrangeiro na produção de bens manufaturados no país.

O aparecimento das fibras sintéticas, além de provocar renovações tecnológicas na indústria têxtil, vinculou-a às indústrias química e petroquímica e, sendo estas de capital internacional, ocasionaram um aumento da dependência da manufatura têxtil às grandes empresas multinacionais, uma vez que estas controlam uma das suas principais matérias-primas. Além disso, nos últimos tempos, tem ocorrido um processo de verticalização da referida indústria, que encampa desde a fiação até a confecção das roupas. Inúmeras multinacionais incluem-se nesse caso (em 1972, mais da metade das empresas têxteis pertenciam a grupos internacionais).

Cumprе lembrar que a internacionalização de nossa economia, já iniciada em meados dos anos 50, tomou expressão após 64, quando o Estado incentiva a formação de monopólios e oligopólios, sob o comando das corporações internacionais.

(60) Revista V.I.T. (Vestuário/Indústria/Tecnologia) Eco Editora Limitada. São Paulo, Ano II, nº16, Julho, p. 23. 1984.

Entretanto, é curioso salientar que o capital estrangeiro nesse setor da indústria de transformação vem se dirigindo para os dois setores extremos da produção, ou seja, para o fabrico de matérias primas e para a confecção. Ocorre uma marcante heterogeneidade técnica e de desempenho entre o conjunto dos estabelecimentos têxteis.

A pesquisa tecnológica na indústria têxtil vem objetivando fundamentalmente descobrir um processo contínuo de produção que elimine o transporte, a interferência humana e a acumulação de material entre as operações principais. Ainda não se conseguiu conjugar toda a produção num processo contínuo e as descobertas recentes têm eliminado uma ou outra fase (com exceção feita aos chamados "não-tecidos").

Obviamente, a modernização da indústria têxtil ocorre da nas últimas décadas coincide com o grande afluxo de capitais estrangeiros em busca da maximização de seus lucros.

Como comenta Caio Prado: "O Brasil, como os demais povos de sua categoria, não conta senão como massa inerte de mão-bra, não é senão parcela insignificante num todo imenso em que se dilui e desaparece. A sua vida econômica não é função de fatores internos, de interesses e necessidades da população que nele habita; mas de contingências da luta de monopólios e grupos financeiros internacionais concorrentes. O que conta nele são os braços que podem ser mobilizados para o trabalho, as possibilidades naturais que seu solo encerra, o consumidor potencial que nele existe e que, eventualmente, uma campanha publicitária bem dirigida pode captar. Mas estes mesmos valores são por si, nada; porque contam unicamente como parcelas de um conjunto que abarca o mundo e somente nele representam algum papel." (61)

(61) PRADO, Jr., Caio (1970) História Econômica do Brasil. São Paulo, Brasiliense, 22a. edição, p. 279

2.3. A Indústria Têxtil e a Força de Trabalho da Mulher

Em nossa realidade, a situação da mulher é determinada pela configuração histórico-social capitalista. O seu aproveitamento como força de trabalho e a situação de sua desvalorização como tal, decorre de uma necessidade estrutural do sistema capitalista.

— Desde a sua implantação, a indústria têxtil, constituiu-se num dos ramos industriais que mais absorveu a mulher como mão-de-obra, obviamente, com maior ou menor intensidade, conforme a conjuntura econômica, a necessidade do capital, a maior ou menor oferta de força de trabalho no mercado.

Na segunda metade do século XIX, quando despontavam as primeiras tecelagens em nosso país, a mão de obra disponível nas cidades era bastante escassa, o que nos permite concordar com os dados do Censo de 1872, que apontavam um percentual muito elevado, 96,2%, de mulheres empregadas no setor têxtil. Os dados revelaram que dos 137.033 empregados, 131.886 eram do sexo feminino, e, no Estado de São Paulo, dos 10.256 operários têxteis, 9.544 eram mulheres. (62) É importante salientar que, nesse período, a referida indústria se caracterizava no Brasil, pelo caráter bastante artesanal de sua atividade.

Desse modo, a mulher inicia a sua atividade fabril, em um momento histórico, onde havia escassez de mão-de-obra masculina e a indústria têxtil, setor que iria se tornar o mais dinâmico da indústria brasileira por várias décadas, demandava crescente necessidade de trabalhadores, ao mesmo tempo que não exigia qualificação.

Em função da escassez na oferta de força de trabalho masculina, podemos afirmar que, as mulheres entraram no mercado

(62) ALBUQUERQUE, R.H.P.L. de, op. cit., p. 82

de trabalho, na qualidade de exército de reserva. (63)

Regra geral, o exército de reserva, ou a superpopulação relativa, vai ser maior ou menor conforme as determinações do capital. São, pois, parcelas da população, disponíveis para serem absorvidas pelo mercado de trabalho, quando este o precisar, sendo o dinamismo da economia que vai determiná-lo segundo as suas necessidades. Uma consequência inevitável da existência de um exército de reserva é o rebaixamento dos níveis salariais.

Se, por uma parte, a nossa organização industrial se desenvolveria, desde o início, definindo um salário muito baixo, aquém do custo da reprodução da força de trabalho, por outra, dados da época demonstravam que os salários eram inferiores, no caso das mulheres e das crianças, o que já delineava o caráter de complementariedade com que é encarado o trabalho feminino.

Os dados do Censo Industrial de 1920, nos indicavam que a média dos salários percebidos pelas mulheres adultas na indústria têxtil era de 3\$738, enquanto que os homens percebiam o valor de 5\$329. No caso de São Paulo, as mulheres recebiam 4\$684, e os homens, 5\$729 e, a título de comparação, um fundidor metalúrgico ganhava 8\$405, em média. No entanto, a mulher não participava dessa mão-de-obra. (64)

— Por outro lado, tal fato vai representar uma diminuição geral dos salários, desse modo, a mão-de-obra feminina era preferida, pois rebaixava-se o salário médio total.

Entretanto, à medida em que o setor industrial se ex

(63) Uma superpopulação relativa é uma das condições de existência do modo de produção capitalista, formando um exército de reserva sempre disponível, criando para as necessidades do capital, um material humano sempre pronto e independente dos limites do real aumento populacional. A oferta de força de trabalho resulta da dinâmica populacional e, principalmente, da dinâmica do capital.

(64) PENA, M.V.J. (1981) Mulheres e Trabalhadoras: Presença Feminina na Constituição do Sistema Fabril. Rio de Janeiro, Paz e Terra, p. 123.

pandia e a imigração acentuada de elementos estrangeiros e nacionais (65) supria a oferta do mercado de trabalho, a participação feminina declinava.

Já em 1920, a participação da mulher, caiu para 70% e continuou a declinar nas décadas posteriores. Nos anos 30, um fator de ordem institucional parece interferir na menor presença feminina na indústria têxtil, o: "Decreto 21.417 de 1932 estabelecia que sem distinção de sexo, a todo trabalhador de igual valor, corresponderia igual salário. A partir daí, todas as limitações que eram impostas ao trabalho feminino tornavam atraente aos capitalistas, a utilização da mão-de-obra masculina". (66)

Cumpre lembrar, que embora o decreto tenha colaborado para uma maior absorção de contingente masculino tal legislação não foi cumprida, e continua a discriminação salarial para o elemento feminino.

Mesmo não havendo uniformidade entre os dados estatísticos apresentados pelas diversas fontes, podemos constatar, de acordo com os Censos Econômicos e Industriais da F.IBGE, a diminuição da participação da mulher no setor têxtil:

(65) O deslocamento do eixo econômico para o Centro-Sul gerou uma estagnação da economia de outras áreas, basicamente do Nordeste, que passava a contar com uma população, que não sendo absorvida pelo mercado de trabalho local, migrava à procura de condições de vida melhores. Tal fato agravou-se nas primeiras décadas deste século, coa a ocorrência também de fatores de ordem natural (as secas).

(66) PENA, M.V.J., op. cit., p.154.

Tabela 9

Brasil
Participação Feminina no Setor Têxtil
1940 - 1975

Ano	%
1940	65,1
1950	56,4
1960	49,1
1970	47,8
1975	45,0

Fonte: F. IBGE - Censos Econômicos - 1940, 1950, 1960, 1970
- Censo Industrial - 1975

Podemos perceber que nas décadas de 40 e 50 houve uma queda pronunciada da participação feminina no setor. Madeira e Singer, em seu trabalho, Estrutura de Emprego e Trabalho Feminino no Brasil, apontam uma queda geral da participação feminina no setor industrial, o que nos sugere que, principalmente, após os anos 50 — período de forte concentração do capital industrial — a expansão da indústria fabril eliminou grande parte da produção artesanal e no caso específico da indústria têxtil, o ramo passou, no período, por profundas transformações tecnológicas, que resultaram na queda do seu volume de emprego.

Nas décadas posteriores, a taxa de participação feminina continuou a cair, ao mesmo tempo em que aumentou significativamente a percentagem dessa mão-de-obra na indústria do vestuário, a indústria brasileira que ofereceu em 1975, a maior oferta de emprego às mulheres, dentre todos os ramos de nossa estrutura industrial. (67)

(67) MADEIRA, F.R. e SINGER, P. (1975) "Estrutura de Emprego e Trabalho Feminino no Brasil: 1920-70". In: Cadernos CEBRAP, 13. São Paulo, CEBRAP/Brasiliense, pp.39/41.

O serviço executado a domicílio é um recurso bastante utilizado pelas indústrias, basicamente do setor de vestuário. Ao mesmo tempo, que propicia aos donos dos meios de produção, oportunidade de extração maior de mais-valia (pagamento efetuado por produção, por unidades), livra-o, ainda, dos encargos sociais, permitindo que a mulher, em seu lar, continue a produzir os valores de uso, tão importantes para a reprodução da força de trabalho.

É bastante marcante a diminuição da taxa de participação feminina no setor têxtil, embora ainda apresentasse, em 1975, um percentual elevado (quando comparado com os demais ramos industriais) ocupando a quarta posição na absorção de contingentes femininos (45%), sendo ultrapassado apenas pelas indústrias de Vestuário/Calçados/Artefatos de Tecidos (65,8%), Farmacêutica/Veterinária (54,2%), e Fumo (53%), conforme tabela 10.

Tabela 10

Brasil
Emprego Masculino e Feminino na Indústria
1970 - 1975

Setor	Emprego - 1975			Aumento de Emprego 1970-75	
	Homens	Mulheres	% de Mulheres	Homens	Mulheres
Prod.Min.N.Met.	202.883	21.608	9,6	48.302	7.123
Metalurgia	350.095	26.357	7,0	139.001	14.000
Mecânica	331.383	9.750	2,9	184.896	5.800
Mat.Elec.Com.	102.035	51.221	33,4	30.248	25.922
Mat.Trans.	183.268	9.943	5,1	54.944	4.752
Madeira	141.554	8.085	5,4	41.264	5.268
Mobiliária	92.960	9.477	9,3	21.547	5.953
Papel e Pap.	56.918	15.674	21,6	11.343	4.398
Borracha	34.017	5.149	13,1	9.704	1.758
Couros/Peles	23.288	7.493	24,3	4.233	5.019
Química	91.896	9.081	9,0	17.454	2.462
Far./Vet.	10.596	12.546	54,2	663	1.827
Perf./Sab.	9.613	6.436	40,1	360	2.006
Mat. Plast.	47.687	20.520	30,1	20.035	11.912
Têxtil	167.366	137.210	45,0	3.859	-12.600
Vest./Calç./Tec.	90.219	173.860	65,8	32.166	92.704
Prod.Alim.	262.548	79.744	23,3	41.093	35.281
Bebidas	33.171	3.185	8,8	-3.466	289
Fumo	8.884	10.020	53,0	3.108	3.313
Ed.Graf.	71.202	13.198	15,6	10.664	3.870
Outras	97.500	29.800	35,8	8.308	9.037
Inds.Trans.	2.407.143	660.987	21,5	732.298	236.388

Fonte: Diesat 1980

Podemos constatar que entre 1970/75, o aumento de empregos para as mulheres, nos diversos ramos do setor secundário, a presentou-se, de modo geral, bastante inferior ao aumento de emprego para a força de trabalho masculina.

Se nos detivermos na análise da tabela 9, podemos perceber que apenas nos ramos de vestuário/calçados e artigos de tecidos, farmacêutica/veterinária e couros/peles houve maior oferta de empregos para as mulheres. Nos demais, embora com diferenças significativas entre si, todos integraram em seus quadros, efetivos maiores de homens.

Um fato bastante marcante, no período, 70/75, foi o caso representado pela indústria têxtil, pois constituiu-se no único setor em que ocorreram taxas negativas na oferta de emprego ao contingente feminino, apresentando decréscimo de mais de 12.000 em empregos, no período analisado, configurando, tal retração, a substituição da mulher pela máquina e pelo homem.

Se, a grosso modo, a mulher vem tendo menores oportunidades que o homem, no setor secundário das atividades econômicas do país, isto não significa que tenha havido uma queda de sua participação na população economicamente ativa brasileira. O que ocorreu, foi uma redefinição: ela passa a ocupar postos em outras indústrias, no entanto, com exceção dos setores de vestuário, fumo, alimentares (ditas tradicionais), nas demais, seu emprego dá-se a nível de escritório e muito pouco ligado à produção (excluindo-se, a de material elétrico e de comunicação).

Cumpre salientar que a mulher está participando cada vez mais da PEA do país. Em 1940, ela representava 19,7%, sendo que em 1980, sua participação aumentou para 27,5%, como podemos verificar na tabela 11 e figura 2.

Tabela 11

Brasil
Participação Feminina na PEA
1940 - 80 (em %)

Ano	%
1940	19,7
1950	13,6
1960	16,5
1970	22,3
1980	27,5

Fonte: F. IBGE - Censos Demográficos 1940 - 1980

Fig. 2

Se após os anos 50 ocorreu um maior engajamento da mulher no mercado de trabalho, no entanto, vem acontecendo uma modificação de sua participação pelos diversos setores de atividades, tendo sido marcante a saída do setor primário e a sua crescente inserção no terciário.

Após 1940, houve uma acentuada queda na percentagem de mulheres economicamente ativas no setor primário e nos 40 anos considerados, cresce de 43% para 70% sua participação no setor terciário. Com algumas variações conforme a década, o secundário apresentou, nos últimos anos, uma pequena elevação, depois de haver sofrido decréscimo entre os anos 50 e 70.

Tabela 12

Brasil

Participação da PEA Feminina nos Setores da Economia
1940 - 80 (em %)

Setor	1940	1950	1960	1970	1980
Primário	47	30	30	21	15
Secundário	10	16	12	10	15
Terciário	43	54	58	69	70
Total	100	100	100	100	100

Fonte: Diesat - 1983

Para Madeira e Singer, a PEA brasileira vem sendo engrossada pela participação feminina, principalmente, em função da urbanização, o que vai acarretar uma modificação no setor de participação, com maior ênfase ao terciário, pois após os anos 50 e 60, houve uma diminuição de empregos tanto de homens quanto de mulheres nas grandes propriedades agrícolas, o que pode ser explicado pela mecanização do campo. O êxodo rural e a consequente vinda de uma proporção cada vez maior de mulheres à cidade, coincide em meados deste século, com transformações estruturais na atividade manufatureira, que limita o ingresso da mulher nesse tipo de atividade. (68)

(68) MADEIRA, F.R. e SINGER, P, op. cit., pp.38/40

A figura 3 nos mostra o aumento da participação da PEA feminina no setor terciário , bem como as variações conforme o setor de atividades entre 1940 e 1980.

Fig. 3

Segundo os mesmos autores, outra transformação importante foi a da própria estrutura da indústria de transformação, na qual houve um incremento dos ramos de produção de bens intermediários e de capital que utilizavam em menor escala o trabalho da mulher em tarefas produtivas, enquanto que as indústrias de bens de consumo, que mais utilizam essa mão-de-obra, principalmente a de Fiação e Tecelagem, cresceram em ritmo menor.

No entanto, é no setor terciário que cresce sobremaneira a participação feminina. A terciarização do sistema econômico é a configuração na forma empírica da divisão capitalista do trabalho.

O modo de produção capitalista gira ao redor da produção e da realização do valor, ou seja, da articulação dessas duas esferas, que é fundamental na fase do capitalismo monopolista. Assim, a circulação adquire papel muito importante, crescendo e se dilatando no interior da divisão do trabalho, abrindo um leque crescentemente ramificado de serviços que absorve massa crescente de força de trabalho. (69)

As cidades vão sediar os níveis gerenciais, o capital financeiro, as transações comerciais, a publicidade, o assessoramento técnico etc., como também a massa trabalhadora que faz expandir os serviços de consumo coletivo. Desse modo, o terciário abre perspectivas para um grande número de empregos e vai permitir a integração no mercado de trabalho de um grande contingente de mulheres.

Para Eva Blay, (...) "não é o processo de urbanização que amplia a participação ativa da mulher na economia, mas, ele em conjunto com a diversificação da estrutura do mercado de trabalho passa a 'transferir' a presença do trabalho feminino a áreas antes não ocupadas por ele". (69)

A mulher, em resumo, como exército de reserva, se in -

(69) BLAY, Eva A. (1978) Trabalho Domesticado: A Mulher na Indústria Paulista. São Paulo, Editora Ática, p.142.

tegra nos setores onde o mercado de trabalho oferece oportunidades e sua participação reflete, exatamente, a estrutura econômica e o momento histórico do desenvolvimento das forças produtivas.

Tal situação pode ser constatada quando analisamos o caso brasileiro, não apenas a nível global, mas por unidades da Federação, pois, conforme o estágio do desenvolvimento das forças produtivas, a oferta de empregos por setores, vai apresentar uma variação muito grande e determinar a participação da mulher.

A título de ilustração, por exemplo, a percentagem de mulheres no setor primário da economia do país, é de 15%, enquanto que no Maranhão, é de 59%, em Alagoas, 38,4%, no Rio de Janeiro, 0,8%, e, no Distrito Federal, 0,8% .

A fim de destacar as especificidades, elaboramos a tabela 13.

Tabela 13

Brasil
 PEA Feminina Com 10a. e Mais Conforme o Setor de Atividade
 1980 (em %)

Localidade	Setor Primário %	Setor Secundário %	Setor Terc. %	Outros %
Brasil	15,0	15,0	65,0	5,0
AP/RO/RD/AC	9,2	3,6	78,2	9,0
AM	19,2	19,2	57,5	4,1
PA	22,6	7,0	65,4	2,0
MA	59,0	3,0	34,5	3,5
PI	28,1	8,6	57,7	5,6
CE	9,6	21,3	65,6	3,5
RN	11,4	13,7	69,5	5,4
PB	24,9	10,0	59,6	5,5
PE	30,2	8,3	57,3	4,2
AL	38,4	9,6	46,1	5,9
SE	28,1	6,9	58,1	6,9
BA	32,6	5,1	56,1	6,2
MG	9,1	9,2	76,3	5,2
ES	13,2	9,0	72,0	6,8
RJ	0,5	13,3	78,9	7,9
SP	16,3	25,8	61,0	6,9
PR	24,2	7,0	63,9	4,9
SC	16,4	24,2	54,2	5,1
RS	15,3	17,7	62,3	4,7
MS	7,0	3,6	83,1	6,3
MT	6,5	2,6	82,0	8,9
GO	3,1	4,7	84,7	7,5
DF	0,8	3,5	88,3	7,4

Fonte: F. IBGE - Censo Demográfico - 1980

No que se refere ao setor secundário, acima da média do país, estão os Estados de Santa Catarina, com 24,2%; São Paulo, com 25,8% , seguidos pelo Ceará, com 21,3%.

Os Estados de Santa Catarina e Ceará apresentam médias bastante elevadas em função do destaque de suas indústrias têxteis. No caso do primeiro, mais especificamente, no ramo de malharia, enquanto que o segundo, além das atividades propriamente têxteis, destaca-se no ramo de confecções.

O Estado do Amazonas, com 19,2%, já apresenta características diversas, onde a percentagem mais alta de participação feminina, prende-se ao fato do grande desenvolvimento do setor eletro-eletrônico, que exige um trabalho minucioso e repetitivo , além de mal remunerado. Quanto ao Rio Grande do Sul, cuja percentagem é de 17,7%, devido, em grande parte ao setor alimentício.

Ao Estado de São Paulo, cuja média atingiu quase 26%, cabe um estudo mais detalhado. De acordo com o Censo Demográfico, 1980, a participação feminina pelos diversos ramos industriais se distribuía do seguinte modo:

Tabela 14

São Paulo
Participação Feminina por Ramos Industriais e Valor da Produção
1980

Ramo Industrial	Valor Produção (em 1000)	f	% (a)	% (b)
Trans.min.ñ.met.	158.692.877	31.726	5,0	16,7
Metalurgia	679.102.285	56.220	8,9	25,5
Mecânica	497.403.644	26.168	4,1	11,9
Mat.el./Comun.	331.434.430	65.330	10,3	31,7
Transp.	563.288.474	40.043	6,3	11,6
Química	906.593.580	23.793	3,8	19,4
Farm./Vet.	68.715.420	15.576	2,5	39,4
Têxtil	320.058.356	123.987	19,6	46,7
Alimentício	533.038.637	66.605	10,5	22,7
Vestuário	172.965.565	126.053	19,9	76,8
Outros	-	57.550	9,1	2,6
Total	-	633.051	100,0	-

Ponte: F. IBGE - Censos: Industrial, Mão-De-Obra, Demográfico, 1980
(a) - % de trabalhadoras relativa a cada setor industrial

A grande participação da mulher fora do lar, deu-se no início da industrialização brasileira, representada pela indústria têxtil que, como já tivemos oportunidade de ressaltar, empregava massivamente tal força de trabalho. No entanto, no decorrer das modificações sofridas em nossa economia, tal participação foi também sofrendo alterações.

No decorrer do século e, principalmente, após a modernização do setor industrial brasileiro, a estrutura de empregos em nosso país passou por uma grande reformulação.

Como já comentamos anteriormente, a inserção da mulher no mercado de trabalho se dá conforme as necessidades do sistema produtivo e, portanto, de acordo com o momento histórico do capitalismo, numa determinada formação social.

Se o setor têxtil liderou por várias décadas, a absorção da força de trabalho feminina, fundamentalmente, após as inovações tecnológicas, pelas quais o referido setor passou, (após os anos 50), constatamos uma marcante alteração.

No que se refere ao quadro industrial do Estado de São Paulo, podemos perceber, que, em 1980, a percentagem era ligeiramente superior à feminina no setor têxtil. No entanto, o fato mais significativo foi a presença das mulheres na indústria do vestuário, que absorveu 76,8% da PEA feminina no setor, conforme os dados do Censo Industrial, o que podemos constatar na Tabela 14.

As transformações da economia, que ocorreram de modo acentuado no país e no Estado que mais se destaca na produção industrial brasileira, com as mudanças tecnológicas e estruturais, vão refletir na geração de empregos, reestruturando a participação da força de trabalho e aumentando a diferenciação, nas atividades ocupacionais.

Por outro lado, a participação feminina, é dada pelas determinações sociais, pesando sobremaneira, a sua condição de sexo, sendo a posição que esta ocupa, uma decorrência de sua condição de mulher.

Como afirma Eva Blay: "As mulheres podem ocupar todos

os postos da hierarquia ocupacional, mas preenchem em massa os postos menos qualificados e de pior remuneração". (70)

No caso do Estado de São Paulo, podemos perceber, conforme a tabela 14, que embora a participação feminina tenha se transferido de um setor para outro, de maneira geral, as indústrias que se apresentam mais produtivas e que melhor remuneram os seus trabalhadores, absorvem contingentes menores de mulheres. É o que ocorreu com o setor químico, que, em 1980 liderou o valor da produção do Estado e que, do total da PEA feminina no setor industrial, engajava apenas 3,8%. Fatos semelhantes ocorreram nas indústrias mecânica, de material de transporte e metalurgia.

Por outro lado, mesmo os setores ditos "tradicionais", como a indústria têxtil, vêm expulsando a mão-de-obra feminina, fato que ocorreu após a década de 50, como já comentamos anteriormente, em decorrência das transformações tecnológicas, pelas quais o setor passou.

No caso da indústria do vestuário, a dinâmica em São Paulo, tem sido a mesma que acontece no restante do país: o empregador utiliza-se de uma mão-de-obra não especializada e barata. O serviço é, em grande parte, executado a domicílio, devido, principalmente, ao caráter artesanal de muitas de suas fases. Nesse caso, a mulher coloca a família toda ajudando com o objetivo de aumentar a produção e, portanto, os ganhos; além disso, tal recurso libera o empregador dos encargos sociais e da manutenção dos empregados em épocas de fraca demanda.

Considere-se ainda, que tais setores — têxtil e vestuário — são os que em relação ao valor de produção empregam um número maior de pessoas, apresentando portanto, menores taxas de lucratividade por operário, oferecendo baixa remuneração. Assim, a força de trabalho feminina torna-se bastante adequada sob o ponto de vista da lógica capitalista.

Em nosso trabalho, temos como objetivo principal, es-

(70) BLAY, E.A. , op. cit., p. 173

tudar a trabalhadora da indústria têxtil paulistana, porém não seria possível isolá-la do restante das trabalhadoras e trabalhadores do Estado e do país, pois embora cada fenômeno tenha suas especificidades, só adquire sentido no todo que o determina.

Assim, procuramos analisar a força de trabalho feminina a nível mais amplo e a seguir abordaremos especificamente a trabalhadora da indústria têxtil da capital paulistana.

SEGUNDA PARTE

O Universo da Investigação Empírica

1. A Pesquisa de Campo

Nossa preocupação até agora limitou-se ao estudo dos aspectos mais gerais relativos à contradição trabalho/capital, num contexto mais amplo e, fundamentalmente teórico. No entanto, desde o início objetivávamos investigar o trabalho sob o ângulo do trabalho feminino.

Para tanto, fomos procurar na operária têxtil, elementos para analisar um segmento da sociedade, que desprovida de todo e qualquer meio de produção, só tem para sobreviver, a alternativa de vender a sua força de trabalho. (70A)

Nossa intenção, a princípio, era a de entrevistar as operárias em seu local de trabalho, mas, talvez por ingenuidade, não imaginávamos sequer as dificuldades de acesso que se apresentavam ao pesquisador, quando este tem como propósito, buscar elementos para analisar as relações de trabalho, no próprio local onde elas se concretizam, ou seja, na unidade de produção.

Procuramos várias indústrias, e então, surgiram os primeiros obstáculos: as empresas não recebem pesquisadores, por proibição expressa da Diretoria.

Por outro lado, não poderíamos entrevistar as funcionárias em horário de expediente (motivos óbvios, ligados à produção) e no caso do intervalo para almoço ou jantar, que são, regra geral, de 30 minutos, mal dá para o trabalhador chegar ao refeitório. Quanto aos horários de entrada ou saída, o problema residia,

(70A) A posse dos meios de produção, nas mãos de um pequeno número de pessoas, que se apropriam do trabalho dos outros, não nasceu com o capitalismo. Se pensarmos no sistema escravagista, no sistema feudal, respectivamente, o escravo e o servo, mantinham com os proprietários dos meios de produção uma relação de explorados/exploradores. No entanto, o capitalismo o acentuou ainda mais.

na disponibilidade de tempo da trabalhadora, pois, via de regra , ela chega em cima da hora e sai literalmente correndo, após longa espera nas intermináveis filas de revista.

Acrescente-se, ainda, o fato de que, se conseguíssemos entrevistá-las nesses horários, ainda assim, deveríamos obter o consentimento da Diretoria, pois nos avisaram que se algum trabalhador for pego dando entrevista na porta da fábrica, ele pode ser prejudicado e ameaçada de dispensa.

O fato se repetia, a cada indústria que procurávamos , quando nos sugeriram que fôssemos à FEI (Faculdade de Engenharia Industrial em São Bernardo do Campo), no Departamento de Engenharia Têxtil, onde os diretores possuem uma relação de antigos alunos, hoje engenheiros nas indústrias. Desse modo, teríamos acesso ao interior das mesmas.

De posse de tal relação, contatamos com vários dos referidos profissionais, que encaminhavam nosso pedido à direção , mas, a resposta era sempre negativa.

Fomos, então , ao Sindicato dos Trabalhadores Têxteis , o qual na figura de seu presidente, nos sugeriu que procurássemos o Sindicato Patronal, pois este poderia nos colocar em contato com os empresários e então, poderíamos obter a tão esperada permissão de entrada. O resultado: só promessas.

Não desistimos e conseguimos chegar a uma determinada indústria, através de relações de amizade, onde nos receberam atenciosamente, só que não poderíamos entrevistar pessoalmente as funcionárias. Solicitaram-nos que deixássemos o material, que o Departamento Pessoal se encarregaria de passá-lo às operárias. Isto desviaria, de certo modo, o sentido de nosso trabalho, mas... aceitamos.

Entretanto, não nos contentamos, pois sabíamos que isto comprometeria de várias maneiras, o nosso objetivo. Se, por um lado, as respostas poderiam ficar "comprometidas" por estarem passando pela "censura" do Departamento Pessoal, por outro, faltaríamos a riqueza do contato pessoal com as trabalhadoras.

Até então, só contávamos com isto!

Nesse ínterim, ou seja, enquanto aguardávamos a devolução do material, contatamos com um pessoal da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, ligado à Medicina do Trabalho e soubemos que, realmente, as indústrias colocam inúmeros obstáculos e que a equipe do referido Departamento, encarregada de percorrer as empresas, sempre defrontava-se com os mesmos problemas para o desenvolvimento de seus trabalhos de pesquisa. Além do que, ratificaram nossa preocupação quanto aos resultados "viciados" de um material coletado através da Direção dos estabelecimentos ou do Departamento Pessoal.

Sugeriram-nos que voltássemos ao Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem, mas não mais com o objetivo de conseguir auxílio para entrarmos nas fábricas, mas para que nos autorizassem entrevistar as operárias, ali, na própria sede, bastante freqüentada, em função da existência no local, de um Departamento Jurídico, um convênio Médico-Dentário, um setor de lazer (jazz, dança, ginástica). Desse modo, poderíamos conversar com pessoas providas das mais diversas indústrias e, sem vigilância ou pressão, uma vez que, em nenhum momento nos preocupávamos em identificar as operárias.

Percorremos dias e dias, semanas e semanas, aquelas salas, e fomos obtendo um material muito rico. Mesmo assim, percebíamos um certo receio, fruto da instabilidade à que está sujeito o trabalhador, e um medo muito grande de perder o emprego, o que fazia com que muitas não aceitassem conversar conosco.

As operárias que permitiam ser entrevistadas, em sua maioria, iniciavam o bate-papo, timidamente, até que fossem adquirindo confiança. Mesmo assim, não se identificavam e nem falavam à qual empresa pertenciam.

Ficamos sabendo que inúmeras unidades fabris proibem seus funcionários de freqüentarem a sede do Sindicato, ou participarem de suas atividades, ameaçando-os com demissão.

Entrevistamos, também, algumas trabalhadoras que não

eram apenas frequentadoras ou usuárias do Sindicato, mas pertencentes à Diretoria do mesmo, ocupando cargos suplentes.

Em meio às nossas entrevistas, soubemos que uma indústria bastante conhecida, que emprega um número superior a quatro mil funcionários, havia entrado em greve. Tal empresa já havia sido visitada, mas impedira o nosso acesso. Fomos, então, ao local, e fizemos algumas entrevistas.

Em seguida, após havermos adquirido a confiança da Diretoria do Sindicato, fomos com um pessoal do órgão, à porta de outra grande empresa, que conta com mais de dois mil funcionários e, com sua cobertura, conseguimos realizar mais algumas entrevistas, durante a troca de períodos.

Entrevistamos, ainda, algumas operárias em seu ambiente de trabalho, pois, uma indústria do Tatuapé, muito particular, onde o engenheiro têxtil, ocupa a função de Diretor, sendo o neto do fundador da mesma, não conseguiu a famosa desculpa: "a direção não permitiu !" No entanto, as operárias foram indicadas por ele.

À medida em que fazíamos as entrevistas, em situações tão diversas, íamos sentindo o quanto o material se tornava rico.

Assim, deixamos de lado uma amostra numericamente significativa para nos preocuparmos com uma análise de cunho qualitativo. O contato pessoal, informal, que por vezes se estendia por mais de hora nos permitia crescer com nossa investigação.

Ao mesmo tempo, resolvemos não desperdiçar os resultados obtidos via Departamento Pessoal, que nos retornou oitenta questionários respondidos, que procuramos comparar com os resultados de nosso trabalho pessoal.

Os questionários são constituídos por uma parte de caracterização geral, basicamente sócio-econômica e uma parte mais específica que indaga sobre condições de trabalho, situação de emprego, aspirações, participação junto ao sindicato, etc.

Ao analisarmos os resultados, consideramos as respostas, por vezes, como um todo, basicamente quando se tratava de ca

racterização geral e, por vezes, em separado, quando julgávamos que as situações eram diversas, ou quando se tratava de condições de trabalho, pois as entrevistas via Departamento Pessoal, poderiam estar comprometidas, por motivos já assinalados.

O material foi coletado em 1984, num total de 150 casos, dos quais 70 foram pesquisados via contato pessoal.

Achamos que nossa amostragem revelou-se bastante significativa, abrangendo as mais diversas indústrias e as operárias em variadas situações: em dia de greve, nas portas das fábricas, nas dependências do Sindicato, no interior da própria unidade de produção.

Quando se objetiva conhecer a realidade em si mesma, é necessário considerar-se os elementos que lhe dão especificidade. Nessa busca do concreto é que se inseriu a nossa preocupação.

Desse modo, examinamos a mulher como trabalhadora, procurando encontrar a partir de seu trabalho e seu dia-a-dia, as determinações de sua situação.

A operária têxtil, nos propiciou uma análise das relações de trabalho, bem como, a compreensão de suas determinantes históricas.

2. A Operária Têxtil Paulistana

Partimos do referencial fundamental de que não existem fenômenos isolados, pois cada fenômeno é parte de uma totalidade e deverá ser entendido a partir do todo que o determina.

Procuraremos, através de nossa pesquisa empírica, da análise de uma situação concreta de trabalho, determinada pelas relações capitalistas de produção, entender o trabalho da mulher.

Um fenômeno social é um fato histórico na medida em que é examinado como momento de um determinado todo; desempenha, portanto, uma dupla função que o torna efetivamente um fato histórico: por um lado, definir a si mesmo e, por outro lado, definir o todo. Há uma recíproca conexão e mediação da parte com o todo, pois qualquer fenômeno isolado seria uma abstração se separado da totalidade; do mesmo modo que se não fossem os momentos diferenciados e determinados, o todo seria abstrato e vazio, criando-se, pois, a si mesmo na interação das partes.

Todo fato só é compreensível no contexto onde se desenvolve, no todo. O trabalho da mulher, para nós não se apresenta como um fenômeno isolado. Se assim o tomássemos, estaríamos tentando apreender apenas sua aparência, mas ao buscarmos sua essência, nos deparamos com o sistema político, econômico, social, ideológico, o próprio modo de produção que os determina.

Conhecer a essência dos fenômenos é conhecer algo que se esconde por detrás dos mesmos e que deles não depende.

Sabemos que a mulher constitui-se num contingente populacional discriminado nas relações sociais de produção, assim, há que se buscar nas relações de produção a explicação da seleção que hierarquiza segundo uma escala de valores, os membros de uma sociedade historicamente dada. Conforme afirma Saffioti: "As categorias de sexo e raça, enquanto categorias subalternas, operam segundo as necessidades e conveniências do sistema produtivo de bens e serviços, assumindo diferentes feições de acordo com a fase de desenvol

vimento do tipo estrutural da sociedade". (71)

A nossa pesquisa objetiva compreender a realidade da trabalhadora têxtil, buscando, na essência, as suas determinações. Tentar compreender a trabalhadora têxtil, comparando-a com a classe trabalhadora paulista e brasileira, permite avaliar alguns aspectos da lógica do capital, bem como da relação trabalho/capital.

Como elementos de uma força de trabalho global, as operárias têxteis possuem a sua especificidade e, como trabalhadoras, as suas condições de existência são determinadas pelas relações de trabalho que se estabelecem numa dada formação social.

Numa formação econômica capitalista, o trabalhador é visto apenas como elemento necessário à reprodução do capital e, as condições de vida que lhe são permitidas fazem com que ele efetive apenas a reprodução de sua força de trabalho.

Na sociedade de classes, o trabalho é alienado enquanto atividade e gera um valor que não é apropriado por completo pelo indivíduo que o executa, tanto sendo pertencente ao sexo masculino, quanto feminino. No entanto, este se apropria, ainda, de menor parcela do produto de seu trabalho.

Como trabalhadora da capital paulistana, as operárias têxteis, ao mesmo tempo que reproduzem a força de trabalho, participam como tal para a acumulação capitalista no centro hegemônico do capital no país. Quais são as condições permitidas para a sua reprodução?

Não pretendemos, com nossa pesquisa, generalizar a situação da operária têxtil para toda a classe trabalhadora, mas partindo do real, chegarmos à essência que determina a realidade.

Como vimos anteriormente, a mulher entra para o sistema fabril numa conjuntura em que se precisa de seu trabalho e, como sabemos, a mulher e as crianças, sempre foram o contingente de mão-de-obra mais utilizado pela indústria têxtil, tal como ocorreu desde o início da Revolução Industrial, na Inglaterra.

(71) SAFFIOTI, H.I.B. (1979) A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade, Rio de Janeiro, Vozes, p. 173

O modo de produção dominante sempre encontra formas para explorar a força de trabalho e, o sexo, bem como a idade, a cor, a nacionalidade, são caracteres utilizados para tal finalidade.

2.1. Caracterização Geral das Trabalhadoras Têxteis

2.1.1. Idade e Estado Civil

No início do processo de industrialização do nosso país, e da capital paulistana, a mulher constituiu-se em parcela expressiva do operariado têxtil, porém, nas décadas seguintes, foi tendo diminuída a sua participação, como procuramos demonstrar em capítulo precedente. Se, por um lado, naquele momento histórico, a indústria carecia de mão-de-obra, hoje, com as transformações ocorridas no sistema produtivo, o capital conseguiu produzir excedentes de força de trabalho, sendo, as mulheres, parte integrante de tal população relativa, do conhecido exército de reserva.

A existência de um excedente de força de trabalho em relação às necessidades do sistema produtivo, permite que se estabeleçam critérios de preferência por determinadas categorias. As situações de idade e sexo passam a ser determinantes na oportunidades de trabalho e, atuam seletivamente, além dos requisitos inerentes às tarefas.

A exploração da mão-de-obra da mulher e do menor nas fábricas iniciou-se quando foi constatado que tal contingente populacional poderia operar as máquinas que substituíram o trabalho manual com a mesma produtividade do adulto, só que recebendo salários mais baixos. As crianças, em particular, foram obrigadas a jornadas de trabalho excessivas, sob condições desumanas, compro-

metedoras de seu desenvolvimento e integridade física. A situação agravou-se muito durante o século passado, quando mulheres e menores chegavam a trabalhar de doze a 15 horas diárias. Em 1919, a OIT aprovou uma série de medidas com relação ao trabalho do menor, sendo uma delas, o estabelecimento da idade mínima de 14 anos para o mesmo ingressar na força de trabalho.

Já, em 1917, no Brasil, movimentos populares e a imprensa haviam se manifestado em campanhas contra a exploração desencadeada pelas relações capitalistas de produção em relação ao menor e à criança, mas a exploração continua, ainda, a despeito de todas as leis, ditas "protecionistas". (72)

A Constituição Brasileira e a C.L.T. proíbem o trabalho do menor de 12 anos, estabelecendo algumas normas no tocante ao seu engajamento após tal idade e até completar 18 anos. No entanto, o fator que mais contribuiu para a diminuição do menor nas atividades industriais foi a lei que estabeleceu a equiparação salarial (foi extinto o salário do menor^{que} correspondia à 50% do salário mínimo) e a grande oferta de mão-de-obra, que permitiu aos patrões empregarem o contingente de força de trabalho que lhes parecesse mais conveniente.

No caso do menor, os salários correspondentes a 50% do mínimo, por vezes, compensavam alguma desatenção e indisciplina, características relativamente comuns entre os adolescentes, porém, ao se equipararem os salários, tal diferencial deixou de ser fator de lucratividade para o empregador.

— No caso específico da indústria têxtil, ela se constituiu ainda, em um dos ramos que não exige mão-de-obra especializada, sendo o serviço aprendido na própria empresa, pois o fundamental é a produção e, portanto, as pessoas mais jovens são preferidas, conseguindo maior produtividade.

Em nosso país, os dados do Censo Demográfico, revelaram em 1980, que mais da metade da PEA feminina, 56,7%, situava-

(72) MOURA, E.B.R.de (1982) Mulheres e Menores no Trabalho Industrial: os Fatores Sexo e Idade na Dinâmica do Capital. Rio de Janeiro, Vozes.

se nas faixas compreendidas entre 10 e 29 anos e em se tratando do Estado de São Paulo, a percentagem atingia nível superior a 60,3%.

No que se refere às operárias têxteis encontramos um percentual de 72,1% com idade inferior a 30 anos, mas a participação bastante acentuada deu-se na faixa etária compreendida entre 20 e 24 anos, num total de 44,2%.

A literatura que trata do trabalho da mulher, regra geral admite que isto ocorra em função de outra variável, o estado civil, sendo a diminuição pronunciada na faixa entre 25 e 29 anos, o que corresponderia, no período, a um maior índice de casamentos e ao nascimento dos primeiros filhos. Ainda, podemos perceber pela tabela 15, que na faixa acima de 30 anos até 34, ocorreu um certo aumento percentual, o que poderia estar relacionado ao retorno da trabalhadora, assim que as crianças pudessem ser entregues a terceiros.

As funções de família, ainda exercem peso considerável no engajamento da mulher na força de trabalho. Os serviços domésticos e o cuidado com os filhos recaem sobre ela, pela divisão social dos papéis na família. Desde que, seu salário é tido ideologicamente como salário complementar da renda familiar é a ela que cabe abandonar o emprego, quando os afazeres domésticos ou o cuidado com os filhos exijam a sua presença. Assim, quando houver uma liberação de parte desses encargos, ela poderá retornar ao mercado de trabalho.

No entanto, cumpre lembrar que essa espécie de "mobilidade" não se processa de modo muito simples; ao retornar ao mercado de trabalho, ela só poderá fazê-lo, se houver interesse em sua absorção pelo mesmo.

Outro fato muito evidente foi que tanto na PEA feminina do país, do Estado de São Paulo, como também, no caso de nossas operárias têxteis, após a faixa de 40 anos, as percentagens apresentaram quedas bastante acentuadas e, particularmente, no que se refere às tecelãs, menos de 10% situavam-se na faixa de 40 anos de idade.

Procuramos elaborar uma tabela com dados comparati -

vos referentes ao Brasil, Estado de São Paulo e as trabalhadoras têxteis, e os resultados foram:

Tabela 15

Mulheres economicamente ativas com
10 anos e mais Conforme a Idade

Idade	Brasil %	% acum.	S.P. %	% acum.	Pop. entrev. %	% acum.
10 - 14	4,7	4,7	3,9	3,9	-	-
15 - 19	17,8	22,5	20,5	24,4	11,3	11,3
20 - 24	19,2	41,7	20,4	44,8	44,2	55,5
25 - 29	15,0	56,7	15,5	60,3	16,6	72,1
30 - 39	20,2	76,9	20,9	81,2	18,0	90,1
40 - 49	13,5	90,4	11,9	93,1	8,6	98,7
50 - 59	6,9	97,3	5,4	98,5	1,3	100,0
60 - +	2,7	100,0	1,5	100,0	-	100,0
Total	100,0	-	100,0	-	100,0	-

Fonte: F. IBGE - Censo Demográfico - 1980
Pesquisa de Campo - Andrighetti, Y. - 1984

Se nos detivermos nas faixas etárias situadas entre 10 e 19 anos, podemos constatar que as operárias têxteis atingem percentagens bem inferiores à PEA feminina do Brasil e do Estado de São Paulo. Porém é preciso lembrar que os dados do Censo não a apresentam em separado os setores que compõem a estrutura da PEA, sendo que tais menores podem estar exercendo a sua atividade de trabalho no setor rural ou terciário, uma vez que, as indústrias evitam a admissão de menores em seus quadros.

Em se tratando da faixa etária de 20 a 24 anos, nossa pesquisa aponta para uma grande incidência de trabalhadoras têxteis representando mais que o dobro das percentagens paulista e

brasileira. Embora, nestes dois últimos casos, a faixa etária de maior incidência, seja, mesmo a, compreendida entre 20 e 24 anos.

Fig. 4

Interessadas em verificar no dia-a-dia do mercado de trabalho, as ofertas que se apresentavam à mão-de-obra na capital, folheamos jornais, e os classificados encontrados ratificam os dados.

Os anúncios se referem à oferta de ramos muito variados, em primeiro lugar, não encontramos, por uma única vez, um classificado solicitando operária têxtil, por outro lado, vão nos mostrar que, as exigências do mercado são limitativas. As indústrias têxteis completam os seus efetivos apenas com os quadros afixados em suas portas, o que nos sugere que a procura é bem superior à demanda.

Eis os classificados:

C - 20 — Domingo, 13 de setembro de 1987 — FOLHA DE S. PAULO

FOLHA DE S. PAULO

REPRESENTANTES DE VENDAS TELEMARKETING

Estamos admitindo moças de 22 anos para atuarem em vendas de publicidade por telefone (telemarketing), com boa dicção e entonação de voz, caligrafia e escolaridade mínima de 2º grau completo. Oferecemos salário fixo e comissões, restaurante e assistência médica. As interessadas deverão comparecer, das 9 às 12 horas e das 14 às 18 horas, no Departamento de Recrutamento e Seleção, à Al. Barão de Limeira, 458 / 7º andar — Campos Elíseos.

C - 30 — Domingo, 8 de novembro de 1987 — FOLHA DE S. PAULO

VENDEDORES

Precisa-se para agradável atividade externa. Produto inédito e especial para Fim de Ano. Pagamos ótimas comissões e prêmios. Pagamento semanal. Idade entre 18 e 25 anos. Tr. c/ Sr. Moisés nesta 2.ª f. dia 9/11 das 9 às 12 hrs. à s/o R. Javita, 329 — SANTANA (Próx. est. metrô Santana).

CHEFE DE CONTROLE DE QUALIDADE

Experiência mínima de 4 anos na área têxtil em cargo de chefe. Exigimos: 2º grau completo ou curso técnico têxtil, sexo mascul., com bastante liderança e iniciativa. A Empresa oferece: salário compatível com a função e demais benefícios de prazo. Interessados deverão comparecer à R. Itaxi, 125 — Mooca.

GERENTE DE LANCHONETE

Casado acima de 25 anos com experiência. Os interessados deverão encaminhar Curriculum Vitae c. pretensão salarial e foto para a R. Martins Fernandes, n.º 394 - Imirim - SÃO PAULO - CEP: 02462.

RECEPCIONISTA TELEFONISTA

Idade, 18 à 25 anos, boa aparência, c/ experiência anterior. Oferecemos almoço, assistência médica. Salário compatível c/ a função. Apresentar-se à R. Catumbi, 715 - Belenzinho.

É bastante significativo o fato de mais de 90% dos classificados que especificam a idade, procurarem elementos com idade inferior a 30 anos.

Em se tratando de mulheres, tal critério seletivo recai ainda na variável estado civil. Em muitos dos classificados, percebemos que existia solicitação de homens casados e, por vezes, com idade acima de 40 anos, regra geral, para executarem serviços de chefia ou como encarregados. Para ocupações de menor responsabilidade, em geral, a idade, também para os homens recai em faixas menos elevadas.

No caso das mulheres, o estado civil se constitui em efetivo obstáculo para sua admissão como trabalhadora. Em nossas entrevistas pudemos perceber que os empregadores preferem as solteiras, que além de não interromperem suas atividades como ocorreria com a operária casada, em casos de gravidez, cuidado para com os filhos pequenos, por outro lado, oneram menos o empregador, livrando-o dos encargos sociais previstos em lei (obviamente, em sua maior parte não cumprida).

Desse modo procuramos investigar sobre o estado civil das operárias têxteis e encontramos uma percentagem de 65,4 % de solteiras. Conforme os dados do Censo Demográfico, no Estado de São Paulo, do total da PEA feminina, 55% são solteiras e, e no caso da PEA que desenvolve atividade no setor secundário, a percentagem corresponde a 65%. Portanto, média semelhante à por nós encontrada, o que ratifica nossa posição inicial de que as mulheres solteiras são preferidas no mercado de trabalho. Eis, a tabela que demonstra o estado civil de nossas entrevistadas:

Tabela 16

Cidade de São Paulo
Estado Civil das Trabalhadoras Têxteis

Estado Civil	f	%
solteira	98	65,4
casada	34	22,7
desquitada	6	4,0
divorciada	1	0,6
separada	6	4,0
viúva	4	2,7
outros	1	0,6
Total	150	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo - Andrighetti, Y. - 1984

Apenas 22,7% das entrevistadas são casadas e se acrescentarmos a esta percentagem, as já anteriormente casadas — separadas, desquitadas e divorciadas — teremos um total de 34%, o que mesmo assim, corresponde a quase metade do total de operárias solteiras. Pudemos perceber ainda, no decorrer das entrevistas, que, em sua maioria, as operárias casadas trabalham em empresas menores, o que ocorreu também com as entrevistadas com mais de 40 anos. Isto nos leva a crer que, realmente, idade e estado civil representam critérios de seleção relacionados com a produtividade, com a não interrupção do serviço, em função dos encargos domésticos já comentados.

2.2. Mobilidade Espacial

O crescimento econômico que caracterizou o Brasil após o desenvolvimento do capital industrial, provocou o desenvolvimento desigual das diversas regiões brasileiras. Isto não significou que umas cresceram mais do que as outras, o que queremos afirmar é que algumas regiões são mais dinâmicas que as outras, exatamente porque tal crescimento e dinamismo se explica em grande parcela, pela estagnação das demais. Por outra parte, o fluxo de capitais, as políticas econômicas em favor dos setores mais dinâmicos vão acentuar os desequilíbrios, ao mesmo tempo, em que vão acentuando a interdependência.

No modelo de desenvolvimento econômico que predomina em nosso país, as bases para a centralização do processo, por um lado, são representadas pelo Estado, que cada vez mais concentra poder de decisão e desempenha relevante papel na economia e, por outro, pela concentração das decisões econômicas em grandes empresas e monopólios. É o processo de integração monopolística do espaço, não se tratando de uma complementariedade territorial nacional, mas das condições de manutenção das taxas gerais da acumulação monopolista em escala nacional. (73)

Tal fenômeno, no Brasil, tomou proporções consideráveis com o desenvolvimento de São Paulo e a sua posição hegemônica no contexto do país. A partir de meados do século e, basicamente após os anos 60, a integração das economias regionais a nível da economia nacional, centralizada no Centro-Sul (da qual São Paulo tem se constituído na maior expressão), a intensificação das relações capitalistas de produção no campo, a Legislação para o Trabalhador Rural, têm sido fatores de expulsão do habitante do campo para as cidades, para os centros mais dinâmicos do sistema.

As necessidades de acumulação do setor industrial criam necessidades de uma população excedente à disposição do capi -

(73) GOLDENSTEIN, L. e SEABRA, M., op. cit., pp. 39/40

tal, o já citado exército de reserva, o que vai provocar uma redistribuição espacial da população que vai se concentrar nas cidades. Tal superpopulação relativa vai trazer como consequência imediata, o rebaixamento dos salários.

E, regra geral, a migração resulta como uma alternativa para a melhoria das condições de vida e/ou de sobrevivência no local de origem dos indivíduos migrantes.

Tais indivíduos, em grande parte, sem qualificação profissional vão engrossar as fileiras dos trabalhadores com mais baixa remuneração, engrossando o exército de reserva.

Nossas operárias têxteis foram indagadas sobre a sua procedência e os resultados demonstraram que 64% são naturais de outras localidades, conforme a tabela 17.

Tabela 17

Cidade de São Paulo
Local de Origem das Trabalhadoras Têxteis

Localidade	f	%
São Paulo - Capital	54	36,0
Grande São Paulo	3	2,0
Interior de São Paulo	17	11,3
Nordeste	50	33,4
Paraná	12	8,0
Minas Gerais	11	7,3
Outros	3	2,0
Total	150	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo - Andrighetti, Y. - 1984

A predominância do local de origem fora da capital incidu sobre a região Nordeste, com uma percentagem de 33,4%, seguida pelo interior de São Paulo, Paraná e Minas Gerais. As demais localidades tiveram expressão pouco significativa.

O Nordeste brasileiro tem se caracterizado por representar a área de maior migração do país e conforme Moura, em seu trabalho: "O Balanço Migratório no Nordeste, no período de 1950 / 70", tem sido bastante elevada, nestas últimas décadas, a migração do nordeste para várias áreas, mas basicamente para o Centro-Sul. A saída de naturais passou de 5%, em 1940, para 10%, em 1960, e para 12%, em 1970, ... Ademais, intensificou-se a tendência que já se esboçara nos anos cinquenta de a parcela feminina da emigração nordestina crescer mais rapidamente do que a masculina: entre 1960 e 1970, não só o volume absoluto dos emigrantes do sexo feminino foi superior ao dos anos 50, como chegou a equiparar-se ao dos homens que emigraram nos anos sessenta". (74)

Tais dados, no entanto, não correspondem aos da literatura usual que apontam o movimento não direto para São Paulo como o predominante entre os grupos ou indivíduos migrantes, sendo a grande metrópole uma das últimas, ou a última opção de mudança.

Entretanto, estamos investigando uma população feminina, com algumas especificidades e inferimos que as causas residem no grupo familiar. É bastante comum os homens migrarem sozinhos e, aos poucos, virem trazendo esposa e filhos. Portanto, as operárias têxteis, em sua maioria, jovens, migraram provavelmente acompanhando a família (pais ou irmãos mais velhos), ou ainda, a fim de encontrarem parentes e/ou familiares já instalados na capital, fato que ocorreu com mais de 70% de nosso universo, ocasionando desse modo, a recomposição do grupo familiar. Isto vai explicar também as altas taxas obtidas no volume de saída das mulheres da zona

(74) MOURA, H.A. de (1980) "O Balanço Migratório do Nordeste no período 1950/70". In: Migração Interna Textos Seleccionados. Fortaleza: Nanco do Nordeste do Brasil S.A., Tomo II, p. 1036

rural, de nosso país, nas duas últimas décadas em relação aos homens. Boa parte destes já poderiam estar em outra cidade, para depois mandarem buscar esposa e/ou filhos, mas não podemos negligenciar o fato de que o próprio agravamento das condições de sobrevivência regionais que expulsou o homem, também expulsa a mulher.

Indagamos, também, se a procedência de nossas trabalhadoras seria de zona rural ou urbana, sendo que, os dados relativos à origem rural/urbana atingiram a percentagem de 89,2% do total de migrantes. Isto ratifica as teorias de que o campo tem sido o maior fornecedor de mão-de-obra para as cidades.

As mudanças das relações sociais de trabalho nas zonas rurais, provocadas pelo processo de transformação da estrutura de produção agrícola em algumas regiões, basicamente a substituição das lavouras pela agricultura mecanizada de exportação substituindo as antigas formas (parceiro, meeiro, sitiante, colono, pequeno proprietário) por atividades poupadoras de mão-de-obra, vão acarretar uma intensiva saída dos campos.

A migração de trabalhadores rurais está vinculada, principalmente, às oportunidades econômicas em termos de trabalho, renda e ocupação da terra. As oportunidades econômicas por sua vez, dependem das relações sociais de produção materializadas na estrutura econômico-social do campo.

2.3. Trajetória Profissional das Operárias Têxteis

Da observação das respostas, pudemos deprender que poucas entrevistadas iniciaram sua atividade de trabalho no campo, apenas 12% (como já comentamos, elas devem ter migrado muito cedo, acompanhando seus familiares, o que não lhes permitiu que fizessem parte da PEA em seu local de origem).

Procuramos elaborar uma tabela contendo a primeira atividade de trabalho das operárias de nosso universo, bem como, a última até chegar na ocupação atual, e os dados foram:

Tabela 18

Cidade de São Paulo
Atividade de Trabalho das Operárias Têxteis

Atividade		Primeira Atividade		Atividade Anterior	
		F	%	F	%
Zona Rural		18	12,0	10	6,7
Serviços	doméstico	30	20,0	26	17,3
	costura	12	8,0	14	9,3
	comércio	13	8,7	19	12,7
	ativ.liberais	15	10,0	18	12,0
Indústria	têxteis	48	32,0	48	32,0
	outras	15	8,7	15	10,0
Sem Declaração		1	0,6	-	-
Total		150	100,0	150	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo - Andrighetti, Y. - 1984

De um modo geral, percebemos pouca variação entre a primeira atividade de trabalho e a anterior à ocupação atual, registrando-se, uma queda mais acentuada, no setor primário, seguido pelo emprego doméstico.

O emprego doméstico, ao lado de algumas ocupações mais "tradicionais" e hierarquicamente inferiores do terciário, constitui-se na atividade que mais emprega a força de trabalho feminina migrante, devido à falta de especialização, e por outro lado, tal emprego permite o estabelecimento de vínculos e relacionamentos, o que funciona como estágio para a ambientação no urbano. Regra geral, após certo período, elas saem para o trabalho fabril, ou para posições consideradas "melhores" no terciário. No caso de nossas entrevistadas, aproximadamente 50% do universo, iniciou sua atividade de trabalho no referido setor.

Significativo, também foi o fato de 32% do total ter iniciado já na indústria têxtil, o que vem ratificar nossas colocações de que tal ramo não exige mão-de-obra qualificada, experiência profissional, etc.

2.4. A Reprodução da Força de Trabalho

2.4.1. A Escolaridade

Em nosso país, a expansão da escolarização atingiu , nas últimas décadas, grande parcela da população quanto aos graus elementares do ensino e, portanto, a geração atual apresenta maior nível de escolaridade que as anteriores. Entretanto, isto não significa melhores possibilidades de ascensão social para as camadas mais pobres. Ao contrário, a partir das novas exigências da divisão social do trabalho, diríamos que houve um reforço das desigualdades já existentes.

Podemos analisar o referido aumento através dos dados da tabela 19 e figura 5 .

Tabela 19

Brasil
Evolução da População e Matrículas Escolares
1940/80 (em 1.000)

Ano	População Total	População Total	%
1940	41.236,3	2.723,9	6,60
1950	51.944,4	5.642,4	10,86
1960	70.119,1	9.235,1	13,17
1970	93.139,0	18.043,3	19,37
1980	119.002,7	25.995,7	21,84

Fonte: F. IBGE - Censo Demográfico do Brasil - 1980
II PSEC, 1976 - os demais anos In: Rosenberg, F. e
Pinto, R.F. , 1985

Fig. 5

BRASIL
EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO E MATRÍCULAS ESCOLARES
1940/80 (EM MIL)

FONTE: -Censo Demográfico do Brasil, F. IBGE, 1980

-II PSEC, 1976. In ROSEMBERG, F. e PINTO, REGINA P., 1985, p. 19

organização: M. Antonieta T. R. Bastos

desenho: M. Beatriz M. Mauad

Apesar deste avanço, no que se refere ao número de matrículas, a população brasileira ainda apresenta níveis de instrução muito baixos. Desse modo, ao analisarmos os dados relativos à população total, estaremos fazendo generalizações, uma vez que as oportunidades não são as mesmas para as diversas camadas da população. A título de ilustração podemos fazer uma comparação entre os elementos que atingem o segundo grau, conforme o rendimento familiar. Segundo Rosenberg e Pinto, em 1982, a parcela que percebia como rendimento até 2 salários mínimos, representava 3,6% dos matriculados; entre 2 e 5 salários mínimos, 9,7%; de 5 a 10 salários mínimos, 16,9% e mais de 10 salários mínimos, a percentagem se elevava para 21%. (75)

De uma maneira geral, a expansão da escolaridade para a população brasileira como um todo atingiu também as mulheres que vêm aumentando gradativamente sua participação em todos os níveis, e aproximando-se das percentagens masculinas, até mesmo ultrapassando-as, conforme podemos verificar na tabela 20.

Tabela 20

Brasil
Anos de Estudo por Sexo
1976 e 1982

Anos	1976		1982	
	H	M	H	M
até 1	34,4	35,5	28,0	27,6
1 - 3	26,8	25,8	26,3	25,8
4 - 8	30,6	30,7	34,1	34,6
9 ou +	8,1	7,9	11,6	12,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNADs - 1976 e 1982 In: Rosenberg, F. e Pinto, R.P.
1985, p. 51

(75) ROSENBERG, F. e PINTO, R.P. (1985). A Educação da Mulher. São Paulo, Nobel e C.E.C.F.

Se por um lado, os dados refletem relativo incremento no número de matrículas, podemos perceber, no geral da população, um nível bastante baixo, pois mais da metade dos brasileiros, ou seja, 54,3% no caso dos homens e, 53,4% das mulheres, não ultrapassou os três primeiros anos de estudo, em 1982.

Se nos detivermos na análise dos dados das PNADs, constataremos uma forte tendência de as mulheres permanecerem por tempo mais longo na escola. No entanto, tais PNDs pesquisam os anos estudados, e não, o curso concluído, o que torna difícil sabermos quantas pessoas terminam os cursos em seus vários níveis.

Desse modo, procuramos investigar o nível de escolaridade das nossas operárias e preferimos elaborar uma tabela mais detalhada, incluindo os cursos e sua terminalidade ou não.

De um modo geral, 42,7% das trabalhadoras têxteis não ultrapassaram as quatro primeiras séries do primeiro grau (antigo curso primário); apenas 16,7% completaram o primeiro grau, sendo que, 6,7% concluiu o segundo grau e 2,6% cursou um curso técnico - profissionalizante, o que podemos verificar na tabela 21.

Tabela 21

Cidade de São Paulo
Escolaridade

Cursos	F	%
Analfabeto	-	-
Primário Incompleto	22	14,7
Primário Completo	42	28,0
5as. às 8as. Séries Incompletas	39	26,0
5as. às 8as. Séries Completas	25	16,7
2º Grau Incompleto	8	5,3
2º Grau Completo	10	6,7
Técnico Profis. Incompleto	2	1,3
Técnico Profis. Completo	2	1,3
Total	150	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo - Andrighetti, Y. - 1984

É interessante lembrar que se trata de uma população jovem, onde 55,3% do universo possui idade inferior a 24 anos e, a pesar disso, a escola não se apresenta como uma opção possível em suas vidas.

Foi bastante comum no decorrer das entrevistas ouvirmos muitos depoimentos no sentido da falta de tempo para estudar e do cansaço, que não permite a frequência a um curso noturno. Eis o comentário de uma das operárias ao indagarmos sobre o seu grau de escolaridade:

"Ah, moça!... se eu tivesse estudado não teria trabalhando tanto e ganhando tão pouco, teria trabalhando num Banco, que acho tão bonito quando passo por lá!"

Regra geral, a necessidade de aumentar a renda familiar impele os jovens ainda novos para o trabalho. Não conseguindo arcar com tanta responsabilidade, acrescida do cansaço após oito a nove horas em pé, trabalhando nas máquinas, procurando render o máximo possível (em sua maioria, o ganho se dá por produtividade) a operária têxtil se vê na situação de relegar a escola a um plano secundário.

Apesar de o número de matrículas ter crescido nos últimos anos, como pudemos constatar na figura 4, a evasão também é bastante elevada.

Os jovens são excluídos da escola e tal fato prende-se às condições sócio-econômicas de suas famílias. Os excluídos da escola, regra geral, são crianças e jovens que precocemente precisam procurar trabalho. (76)

Por outro lado, cada vez mais o mercado de trabalho exige dos trabalhadores níveis mais altos de escolaridade, experiência e qualificação, fato que podemos verificar nos classificados de jornais da capital, que apontam para essa tendência de seleção via escolaridade:

(76) CAMARGO, C.P.F. de e outros (1975) São Paulo : Crescimento e Pobreza . São Paulo, Edições Loyola.

— Domingo, 13 de setembro de 1987 — FOLHA DE S. PAULO

AUX. ESCRITÓRIO

Moca c/ 2.º grau e ótima datilografia.

AUXILIAR DE ESCRITÓRIO

Mator, datilógrafa com prática, com 2.º grau completo. Tr. à R. Gustavo da Silveira, 912 c/ Simone.

AUXILIAR DEPTO. DE VENDAS

Com experiência em burocracia de vendas e atendimento a clientes. Exige-se 2.º grau completo. Comparecer à Rua João Kapke, n.º 109.

AUX. DE CONTAS A PAGAR

Fem. Sol. 18/25 anos, 2º grau, exp. mínima de 2 anos, salário Cz\$ 16.000,00.

AUX. MARKETING TELEMARKETING

Fem. 18/25 anos, exp. ou curso em Marketing e Propaganda, salário a/c. /

VIGILANTE

A UFSCAR preencherá 2 vagas vigilante, salário Cz\$ 12.516,77. Exige-se 2.º grau completo ou 1.º grau mais experiência na área, RG e taxa de inscrição de Cz\$ 125,00. Inscrições 28 e 29.09. 14 - 16 hs, no setor de recursos humanos. Via Washington Luis, Km 235 - São Carlos - SP, fone (0162) 71-1100 ramal 120.

O mercado de trabalho, na capital paulistana, é bastante seletivo, sendo poucas ocupações que não exigem certo grau de escolaridade. As funções ligadas ao terciário, em sua maioria, exigem o segundo grau, e algum conhecimento complementar, específico ao emprego pleiteado.

No tocante, ao setor secundário, excetuando-se o ramo têxtil, a exigência recai sobre a qualificação profissional. A qualificação para o trabalho, impõe-se como um dado objetivo, determinando as exigências mínimas para a inserção da força de trabalho, no mercado urbano, o qual sofre modificações conforme o estágio de desenvolvimento de uma formação social.

Desse modo, a operária têxtil, consciente de sua situação e da realidade do mercado, submete-se às condições que lhes são impostas no dia-a-dia, das horas vividas no interior da indústria, vendendo a sua força de trabalho em troca de aviltante remuneração. Há que se submeter à dominação do capital.

2.4.2. As Condições Salariais

"A força de trabalho contém, do ponto de vista do valor, um elemento moral e histórico que a distingue das outras mercadorias".

Marx

A força de trabalho representa , enquanto valor , o "quantum" de trabalho social nela realizado. O indivíduo produz sua força vital, reproduzindo-se, e, se auto-conservando, sendo que, suas necessidades materiais (tais como alimentação, vestuário, habitação , e outras), bem como o modo de satisfazê-las são um produto histórico.

A mulher não sendo responsável pela manutenção da família, de acordo com a ideologia dominante, constitui uma força de trabalho de valor inferior ao homem. Sua utilização na produção capitalista possibilita um aumento de mais-valia e vai adquirir especificidades conforme a formação econômica social. (77)

Sabemos que, no Brasil, o trabalhador é extremamente mal remunerado, tanto sendo pertencente ao sexo masculino, quanto feminino, no entanto, a predominância dos salários mais baixos, ocorre na PEA feminina.

(77) À medida que desenvolve os poderes produtivos do trabalho e faz, portanto, tirar mais produtos de menos trabalho, o sistema capitalista também desenvolve os meios de tirar mais trabalho do assalariado, seja prolongando a sua jornada, seja tornando o seu labor mais intenso, ou ainda aumentando, aparentemente, o número de trabalhadores, empregados, substituindo uma força superior e mais cara por diversas forças inferiores e baratas, o homem pela mulher. o adulto pelo adolescente e a criança, 'um yankee' por três chineses". MARX , K. , Le Capital, Livre Premier, Septième Section, Chapitre XXV, III, Gallimard, Paris, 1963, p.1151. In: RODRIGUES, J.M., A Mulher Operária - Um Estudo sobre Tecelãs. São Paulo, Editora Hucitec, 1979, p. 91.

O arrocho salarial, também tem caracterizado as relações de trabalho em nosso país.

A totalidade econômica e política formada pelos setores estatal, nacional e internacional é determinada pelo caráter monopolista comandado pelo imperialismo, que mesmo desenvolvendo entre si antagonismos, todos lutam pela apropriação da maior parcela de mais-valia.

O governo repressor, que se instalou após os anos 64, soube muito bem articular formas para garantir tal situação sendo um de seus principais instrumentos, a política de arrocho salarial.

O Estado passava a favorecer a expansão do capital monopolista em detrimento da camada trabalhadora, fundamentando a ditadura do capital sobre o trabalho.

A política de arrocho salarial adotada, na prática, consolidou-se como uma política de crescente exploração dos assalariados, retirando por completo da classe operária qualquer possibilidade de influenciar ou alterar os níveis salariais. Além da repressão política e da censura (basicamente desde 64 até fins da década de 70), muitos sindicatos foram colocados sob intervenção governamental, eliminando qualquer pressão dos trabalhadores por melhorias salariais.

Conforme Ianni: "A política previdenciária, a política sindical, a lei antigreve e a política salarial fazem parte do mesmo processo de desenvolvimento da acumulação capitalista, principalmente em forma monopolista, sob o comando do imperialismo". (78)

O desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção teve por base o aumento da exploração da classe operária, propiciando maior acúmulo de capital. É nesse sentido, que podemos entender melhor o significado da pauperização que ocorreu em escala acentuada desde 64.

(78) IANNI, O. (1981) A Ditadura do Grande Capital. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira S.A. p. 69.

É certo que antes do Golpe tal pauperização já ocorria, mas de modo menos "selvagem", pois na medida em que a ditadura reprimiu política e economicamente a classe operária, as taxas de expropriação cresceram.

Considerando-se tal situação, a sobrevivência da família trabalhadora é possibilitada pela venda da força de trabalho de vários de seus membros. Desse modo a mulher, assim como outros elementos do grupo familiar passam a integrar de modo crescente, o mercado de trabalho.

No entanto, se por uma parte, a mulher se viu obrigada a assumir um trabalho extra-lar, por outra, seu trabalho, ideologicamente sempre foi tido como complementar, servindo desse modo ao capital para o rebaixamento do nível salarial das classes trabalhadoras, pois é a partir da extensão do exército de reserva que também irá ser estabelecido o valor da mercadoria força de trabalho, que muitas vezes desce abaixo do seu custo de reprodução.

Desse modo, o emprego feminino tem se revelado como excelente fonte para a extração da mais-valia. O trabalhador em em nosso país, como as evidências demonstram, é extremamente mal remunerado, tanto sendo pertencentes ao sexo masculino quanto feminino. No entanto, a predominância dos salários mais baixos ocorre na PEA feminina.

Se analisarmos os dados dos Censos do Brasil, podemos constatar que em 1980, 27,3% dos homens e 41,3% das mulheres recebiam menos de um salário mínimo; e sabemos que o salário mínimo do referido ano representava parcela diminuta para o atendimento das necessidades básicas do trabalhador brasileiro.

Ainda, os dados nos revelam que à medida que aumentam as faixas salariais, a percentagem de mulheres decai consideravelmente, o que podemos constatar na tabela 21, onde procuramos comparar os salários percebidos no Brasil, em São Paulo e no caso das nossas operárias têxteis.

Se nos detivermos no caso brasileiro, 55,5% da PEA masculina recebe até 2 salários mínimos; enquanto que 68,5% da

PEA feminina situa-se nessa faixa. Em se tratando de São Paulo, os dados são mais expressivos, pois até 2 salários mínimos encontram-se 39,9% da PEA masculina e 65,5% da feminina, quase que o dobro, portanto.

Tabela 22

Pessoas com 10 a. e mais por Rendimento Mensal
conforme o Sexo
1980

Salário	Brasil %		São Paulo %		População Entr. % M
	H	M	H	M	
até 1 salário mínimo	27,3	41,3	11,0	27,8	2,0
1 - 2 salários mínimos	28,2	27,2	28,9	37,7	72,7
2 - 3 salários mínimos	12,9	8,5	17,7	12,4	15,3
mais de 3 salários mínimos	24,1	12,8	39,0	18,0	4,7
sem rendimentos	7,5	10,2	3,4	4,1	5,3(a)
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: F. IBGE - Censo Demográfico - 1980

- Censo Industrial - 1980

Pesquisa de Campo - Andrighetti, Y. - 1984

(a) no caso das trabalhadoras têxteis, não significa sem rendimentos, mas sem resposta.

Analisando os rendimentos médios encontrados para as operárias têxteis pesquisadas, percebemos que em comparação com São Paulo e Brasil, aquelas são muito mal remuneradas, pois, 74,7% do total percebe menos de 2 salários mínimos.

Houve até um salário mínimo, percentagem muito pequena em relação à PEA feminina brasileira e paulista, no entanto, tal fato não significa que ela seja uma trabalhadora melhor remunerada,

Fig. 6

pois os dados do Censo, são muito gerais, porque incluem trabalhadores rurais, e outras atividades mesmo sem registro de trabalho. Por outro lado, sabemos que as indústrias não podem pagar salários inferiores ao mínimo estabelecido pela lei, aos seus funcionários.

No caso específico da indústria têxtil, constatamos que as atividades são aprendidas na própria indústria, não se fazendo exigência quanto ao grau de escolaridade, levando-se em conta apenas o período de experiência, a rapidez e a produção, o que vai permitir ao empregador oferecer salários muito baixos.

Indagamos às trabalhadoras, quais os motivos que as teriam levado a entrar para o setor e 50% nos respondeu que havia sido o único serviço que encontraram; 8,7% entrou para a indústria têxtil por esta não exigir um estudo; 4,7% referiu-se ao fato de não precisar ter alguma experiência anterior, 10,7% por indicação de colegas e/ou parentes, 21,2% por motivos diversos, enquanto que apenas 4,7%, por já conhecer a profissão.

As operárias, com baixo nível de escolaridade, sem experiência profissional e/ou qualificação, com o mercado altamente seletivo, passam a aceitar salários mais baixos. Entretanto, o principal fator responsável pela diferença salarial entre os homens e as mulheres e o conseqüente aviltamento de salário destas, pode ser encontrado na ideologia, cuja tendência é não levar em consideração as necessidades materiais, ou culturais ou auto-realização das mulheres.

O modo pelo qual a sociedade e mesmo a mulher, que introjetou os valores patriarcais, encaram o desempenho de ocupações remuneradas por parte do elemento feminino, é que provocam tal situação. O desempenho das funções melhor remuneradas, além de exigir maior escolaridade, melhor qualificação técnica, demanda uma continuidade que, regra geral, está condicionada pelo papel que a atividade ocupacional preenche na vida do indivíduo. Em sua minoria, as atividades femininas não são desempenhadas objetivando uma promoção, uma realização profissional ou pessoal.

Assim, a baixa qualificação técnica e a ausência de

perspectivas de uma carreira profissional, concorrem para manter grande parcela da mão-de-obra feminina, no desempenho de funções mal remuneradas e limitando sobremaneira seu nível de aspirações.

Conforme afirma Saffioti: "A baixa capacidade reinvidicatória da mulher vincula-se, pois, imediatamente, de uma parte, à transitoriedade de sua atividade ocupacional e, de outra, à natureza suplementar atribuída aos rendimentos que obtém através do trabalho; fatores que, no fundo, se identificam, pois constituem meras manifestações de uma consciência social, em cujas representações só excepcionalmente cabe à mulher a função de prover o lar". (79)

A atividade econômica feminina é encarada como atividade complementar, subsidiária, destinada apenas a suprir algumas necessidades familiares. Ideologicamente, cabe ao homem a manutenção familiar e, à mulher, auxiliá-lo, em casos de necessidade.

De uma maneira geral, é dessa forma que a sociedade encara o papel da mulher como trabalhadora, uma ideologia a serviço da exploração econômica.

A principal atividade feminina, seria, pois, o cuidado com as crianças, e o trabalho doméstico, assegurando desse modo, a reprodução da força de trabalho.

No trabalho industrial da mulher e do menor, interesse e necessidade resultam em verdadeira exploração econômica dessa mão-de-obra. Se, as péssimas condições de vida os impulsiona para o trabalho extra-lar, tal fato vai corresponder aos interesses do empresário industrial que vai poder auferir lucros maiores, via extração da mais-valia relativa.

O art. 5º da CLT diz: "A todo trabalhador de igual valor corresponderá salário igual, sem distinção de sexo" e, ao tratar de remuneração, no art. 461, coloca: "Sendo idêntica a função, a todo trabalho de igual valor, prestado ao mesmo empregador, na mesma localidade, corresponderá igual salário, sem distinção de

(79) SAFFIOTI, H.I.B.(1979) A Mulher na Sociedade de Classes:Mito e Realidade. Rio de Janeiro, Vozes, 2a. edição, pp. 250/251.

sexo, nacionalidade ou idade". (80)

Porém, a seguir, ao definir que trabalho "de igual valor" é aquele feito com igual produtividade e perfeição técnica, a lei permite uma ambigüidade, que pode ser interpretada de modo desfavorável à mulher, admitindo-se que ela não atinja produtividade igual à masculina.

Ocorre que tais regulamentos tornam-se ineficientes diante da realidade histórica baseada no mito da inferioridade feminina. À medida que uma profissão vai se tornando feminina, os salários são diminuídos, burlando o tal princípio da igualdade.

Ao mesmo tempo que a ideologia procura fazer crer que o salário da mulher é apenas complementar, diante da marcante e acentuada queda do poder aquisitivo do trabalhador brasileiro, cada vez mais, o salário da mulher se faz necessário e tem peso na renda familiar. Tanto que ao indagarmos sobre o motivo pelo qual as operárias trabalham, 95,2% nos respondeu por necessidade e/ou sobre vivência, o restante, ficou assim distribuído : 0,7% para ser independente e 2,7% porque o trabalho faz a pessoa sentir-se útil e por necessidade.

Os dados do Censo nos revelam que, em média, as mulheres percebem salários mais baixos, mas, regra geral, tal fato ocorre, como já nos referimos anteriormente em função do rebaixamento salarial observado nas funções "ditas" femininas. No entanto, na prática, sabemos que para funções iguais, os salários dos homens, também são mais elevados. Um exemplo disso podemos verificar quando folheamos os classificados, dos quais selecionamos, o seguinte anúncio: classificado:

C - 20 — Domingo, 19 de abril de 1987 — FOLHA DE S. PAULO

<p>SALÁRIO Cz\$ 3.800,00 1/2 PERÍODO 20 VAGAS RAPAZES Boa aparência e boa caligrafia. Tratar à Av. Prestes Maia, 241 — 23.º andar, conj. 2.326.</p>	<p>SALÁRIO Cz\$ 3.000,00 1/2 PERÍODO 20 vagas - moças para serem atendentes, boa aparência e boa caligrafia. Tratar à Av. Prestes Maia, 241 - 23.º andar - CONJ. 2.326.</p>
---	---

O desenvolvimento econômico opera grandes transformações na estrutura da mão-de-obra, quer seja masculina, quer seja feminina, carreando a força de trabalho do setor primário para o secundário e o terciário.

Em nosso país, a urbanização muito rápida acarretou o crescimento das atividades terciárias em larga escala, o que resultou na grande participação da mulher na PEA, mas isto não alterou, ou elevou o fator remuneração. Em todos os setores de atividades, as mulheres continuam ocupando os postos mais mal remunerados chegando a haver uma concentração feminina nas funções inferiores e nas faixas salariais mais baixas, o que poderíamos denominar "segregação ocupacional".

Barroso, baseada em dados de Eva Blay, reafirma tais colocações: (...) "alguns exemplos evidenciam o fato de que a mulher, em geral, ocupa os cargos mais baixos ou a base do que seria uma 'pirâmide de prestígio ocupacional'. Na indústria paulista, por exemplo, nos trabalhos que não exigem qualificação média, a relação é de uma mulher para cada 6 homens, e, finalmente, naqueles que exigem pessoal de nível superior, a proporção é de uma mulher para cada 19 homens". (81)

(81) BARROSO, C. (1982) Sociedade e Estado no Brasil. São Paulo, Brasiliense/UNICEF, pp.23/24.

2.4.3. A Cooperação como Estratégia de Sobrevivência e os Papéis Sociais

O capital sujeita o trabalhador aos seus ditames, explorando a sua força de trabalho até limites máximos e, em contrapartida, obriga-o a sobreviver com salários aviltantes. Diante dessa realidade, a família proletária vê-se compelida a incorporar o maior número possível de seus elementos no mercado de trabalho, para que, desse modo, possa compor a chamada renda familiar.

Assim, a família, transforma-se numa espécie de empreendimento cooperativo, o qual vai possibilitar a reprodução da força de trabalho.

O papel da atividade remunerada feminina, ideologicamente considerada "subsidiária", assume para a classe trabalhadora, importância fundamental, ao lado dos salários dos demais membros familiares.

Conforme dados do DIEESE, um estudo sobre a família operária da Região Metropolitana de São Paulo indica que a deterioração no nível de vida da classe trabalhadora, no decênio 70/80, só não foi maior porque vários membros da família teriam ingressado na força de trabalho, representando um esforço considerável para compensar a perda do poder aquisitivo dos salários individuais. (82)

Os resultados obtidos em nossa pesquisa de campo, nos permitem inferir que tal estratégia de sobrevivência é bastante comum entre as famílias das operárias têxteis.

Independente do tamanho das mesmas, que se apresentou bastante variável (50% entre três e seis elementos por família), pudemos constatar que, percentualmente, a grande maioria de seus membros colaboram com seus rendimentos para a manutenção e sustento da família.

(82) CASTRO, Mary G. (19) "A Questão da Mulher na Reprodução da Força de Trabalho. In: A Mulher Hoje, Encontros com a Civilização Brasileira. vol 26. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, p. 169 .

Os dados apontaram que mais da metade das famílias das operárias têxteis tinham acima de 60% de seus elementos engajados na força de trabalho e apenas, 25,4% do total contava com percentagem inferior à esta média, desenvolvendo atividades lucrativas, o que correspondia exatamente a pessoas idosas, crianças ou deficientes.

Tabela 23

Cidade de São Paulo
Pessoas que desempenham atividades lucrativas
por família

% de pessoas por família	F	%
até 30	7	4,7
31 - 40	9	6,0
41 - 50	22	14,7
51 - 60	13	8,7
61 - 70	19	12,7
71 - 80	21	14,0
81 - 90	1	0,6
91 - 100	20	13,3
sem resposta	38	25,3
Total	150	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo - Andrighetti, Y. - 1984

Obviamente, para uma análise mais rigorosa, seria importante relacionar o número de pessoas por família, sua idade com o rendimento familiar, o que não nos foi possível realizar por insuficiência de dados. No entanto, o que queremos salientar é que o salário percebido por nossas operárias, em sua maioria solteiras, portanto, na condição de filhas e/ou irmãs, representa importante parcela para a reprodução da força de trabalho de todos os membros familiares.

No entanto, a reprodução da força de trabalho não se

restringe apenas ao salário para a aquisição de mercadorias para a sobrevivência do trabalhador e da sua família, mas a toda uma gama de atividades que demandam tempo e trabalho não-social.

Pesquisamos junto às trabalhadoras, como se estabeleciam as relações, no tocante aos afazeres domésticos e, notamos, que os mesmos são regularmente executados pelas mulheres, acarretando, a dupla jornada de trabalho.

A ideologia dominante introjetou na sociedade e portanto, na própria mulher, como sua função, as tarefas do lar, o que, na realidade, vai se transformar numa sobrecarga de trabalho.

Embora grande parte de nossas entrevistadas fossem jovens e solteiras e morassem com os seus familiares, apenas 38% não executavam diariamente as tarefas domésticas, sendo as irmãs mais novas, as avós ou as mães, as responsáveis por tais afazeres, mas que em grande parte também eram trabalhadoras.

O restante, ou seja, 62% acumula o trabalho extral com o trabalho doméstico, sendo que desse total aproximadamente 30% não divide os afazeres domésticos com ninguém, executando-os sozinhas. Por outra parte, é bastante significativo que apenas em quatro famílias, 2,7%, o homem auxiliava no trabalho doméstico, o que reitera o binômio: trabalho doméstico/trabalho feminino.

A ideologia patriarcal, que permeia as relações sociais, introjetou valores que fizeram com que a divisão sexual do trabalho estivesse presente até no espaço doméstico. Aos membros da família cabem papéis: da mulher se espera o cumprimento da função social de reproduzir a força de trabalho, do homem se exige o provimento material da família, ao qual se reserva a função de chefe.

No Código Civil Brasileiro, que data de 1916, o artigo 240 afirma a incapacidade da mulher casada, com o seguinte texto: "Assume, pelo casamento, com os apelidos do marido, a condição de sua companheira, consorte e auxiliar nos encargos da família". O marido era considerado o chefe da sociedade conjugal. No entanto, conforme o artigo 251, a mulher poderia tornar-se chefe da família, somente na ausência do homem, isto é, quando o mesmo

desaparecesse, fosse declarado legalmente incompetente (casos de loucura, insanidade mental), ou quando se encontrasse preso por mais de dois anos.

Já, no artigo 242, a mulher não poderia sem autorização do marido, exercer uma profissão fora do lar, o que foi eliminado somente após 1943, com a ressalva de que o marido poderia impedir a continuidade da esposa no emprego, caso o julgasse suscetível de prejudicar os vínculos familiares. Foi, então, através de uma força legitimada pelo poder que se assegurou a dominação masculina na família e se limitou a participação feminina extra-lar. (83)

O pensamento do Gal. Pedro Cavalcanti, Inspetor do Ensino Militar, em 1941, sintetizava muito bem os papéis que a sociedade esperava da mulher: (...) "se o homem constitui família, sua missão normal, é ele o elemento de trabalho. Como chefe, compete-lhe buscar os meios de dar subsistência e comodidade aos que constituem o seu lar. À mulher pertence, como tarefa imediata, a questão do lar, para que tudo corra bem e sem atribulações. Nem sempre, porém, a mulher pode conseguir ou quer constituir um lar. Exemplos, muitos existem, em que a dureza da sorte ou das desigualdades obrigam a mulher ao trabalho de subsistência". (84)

Nota-se, claramente, o caráter de complementariedade atribuído ao trabalho do mulher e subjaz a afirmação da subordinação feminina.

A evolução do status jurídico da mulher, principalmente no que se refere ao casamento e à família, tem se mostrada bastante lenta, no Brasil.

Somente, em 1962, ocorreu alguma mudança na situação, com o aparecimento do "Estatuto da Mulher Casada", que foi incorporado ao Código Civil (Lei 4121/62), mas que manteve o "instituto da chefia ao marido. Diz o Artigo 233: "O marido é o chefe da so -

(83) PENA, M.V.J. (1981) Mulheres e Trabalhadoras: Presença Feminina na Constituição do Sistema Fabril. Rio de Janeiro, Paz e Terra. pp. 146/148

(84) PENA, M.V.J. , op. cit. , pp.160/161

cidade conjugal, função que exerce com a colaboração da mulher , no interesse comum do casal e dos filhos". (85)

Ao marido competia a representação legal da família , administração dos bens comuns e particulares da mulher (com exceção no regime de casamento com separação total de bens), o direito de fixar o domicílio familiar e prover a manutenção da família, cabendo à mulher, a contribuição para as despesas, caso se fizesse necessário.

Em meados da década de 70, foi elaborado um Projeto do Novo Código Civil, dando maior espaço à mulher e apresentado ao Congresso Nacional, em 1977, tramitando até hoje, tendo recebido um grande número de emendas, mantendo ainda muitos dos aspectos discriminatórios das leis anteriores.

Em 1981, as advogadas Florisa Verucci e Sílvia Pimentel, redigiram um ante-Projeto de lei ao Congresso Nacional, em substituição ao Estatuto de 62 e entregaram ao Presidente do Congresso.

Em março de 1982, a deputada Cristina Tavares apresentou essa proposta à Assembléia dos Deputados em forma de projeto de lei (nº 6023/82), como alteração do Código Civil vigente. O relator acolheu as propostas nele contidas e elaborou uma série de subemendas. O texto da parte do Projeto do Código Civil referente à família, que subiu ao Senado após aprovação pela Assembléia dos Deputados, contém importantes alterações extraídas do Projeto do Novo Estatuto da Mulher, todas no sentido da plena igualdade do casal. No entanto, a tramitação no Senado é lenta e vigora, ainda, a lei de 1962.

Fizemos uma breve incursão pela lei brasileira para ratificar as colocações que os papéis da mulher e do homem são determinados socialmente e institucionalizados, garantindo a sua continuidade.

(85) VERUCCI, F. e MARINO, E. (1985) Os direitos da Mulher. São Paulo, Nobel e C.E.C.F., p. 12

Por outro lado, o poder político institucionaliza o poder econômico. Se, por um lado, o trabalho doméstico e o cuidado com as crianças constituem a principal "missão" feminina, por outro, dele se utiliza o sistema para o rebaixamento do custo com a reprodução da força de trabalho.

Um dos afazeres domésticos mais importantes, é o relativo aos cuidados com as crianças. As trabalhadoras de baixa renda não possuem mecanismos próprios que lhes possam permitir tais cuidados e os órgãos públicos, ou as empresas, não cumprem o seu papel.

Do total de nossas trabalhadoras casadas verificamos que 79% possuem filhos, sendo 46,4% do total na faixa etária de 0 a 9 anos, idade que requer maiores cuidados. As idades, se distribuíam, conforme a tabela 24.

Tabela 24

Cidade de São Paulo.
Idade dos Filhos das Trabalhadoras Têxteis

Idade	F	%
0 - 4 anos	13	23,2
5 - 9 anos	13	23,2
10 - 14 anos	8	14,3
15 - 19 anos	12	21,4
20 e mais	10	17,9
Total	56	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo - Andrighetti, Y. - 1984

Procuramos saber o local onde os filhos permanecem enquanto a mãe trabalha e pudemos perceber claramente, a ausência de equipamentos coletivos (sociais), pois apenas 5,4% delas se utilizam de creches. Além do número insuficiente de creches públicas, na maior parte das vezes, o horário de levá-las ou de

buscá-las não coincide com o horário de trabalho da mãe, ou ainda, localizam-se distantes, demandando tempo e/ou gastos extras para a locomoção. Uma percentagem muito elevada utiliza-se da estratégia familiar para o cuidado com as crianças.

A Lei ordena que as empresas que tenham pelo menos 30 empregadas, com idade superior a 16 anos, deverão manter local apropriado, constituído de bercário, sala para amamentar, cozinha dietética e sanitários. (86)

Tal obrigação poderá ser suprida por meio de creches distritais, mantidas pelas próprias empresas, por unidades ou em comum com outras empresas, ou convênios com SESI, LBA, SESC, conforme decreto de 1967 .

Falta fiscalização por parte dos órgãos públicos , e desinteresse, por parte das empresas, que burlam a lei, sem que tal fato lhes cause algum tipo de problema.

A inserção da mulher no mundo do trabalho, ampliando-lhe o espaço de vida, em grande parcela, tornou-se um fator de sobrecarga porque acrescido às tarefas domésticas, não se traduz em emancipação perante o marido ou o pai, "tradicionalmente" detentores do poder na família.

(86) Artigo 389 do Cap. III da C.L.T.

2.4.4. Saúde e Trabalho

Sabemos que a saúde e os cuidados médicos em nosso país apresentam-se bastante precários e, se expressam de modo bastante desigual de acordo com a posição que os indivíduos ocupam na estrutura social à qual os indivíduos pertencam.

Não procuramos em nossa pesquisa fazer um levantamento das doenças que a operária já adquiriu no decorrer de suas vidas. Limitamo-nos aos problemas de saúde ocorridos nos doze últimos meses e, grande parte deles, aconteceu em decorrência de seu trabalho.

Num primeiro momento, se compararmos os dados obtidos com a saúde, em geral, da população trabalhadora brasileira de baixa renda, podemos achá-los pouco significativos, porém, conforme as operárias nos relataram, só consideravam doença, os males que as afastassem do serviço, o que ocorre apenas em casos extremos. Regra geral, quando a trabalhadora está com algum problema e procura a enfermaria ou o ambulatório médico, tem de retornar minutos depois ao serviço.

A propósito, obtivemos o seguinte depoimento:

"Um dia eu táva ardendo de febre. Fui para o médico, aí ele me deu aquele comprimido que dá para todo o mundo e para todas as dores, e depois de dois dias eu tava com uma infecção danada, daí eles a creditaram. Na semana seguinte eu fui internada."

Soubemos ainda, que nas grandes indústrias, quando a cometidas por doenças mais graves e, conseqüentemente, tendo de se afastar do serviço por um período de tempo mais longo, são demitidas ao retornarem. Por tal motivo, as operárias não interrompem as suas atividades quando enfermas, só o fazendo, em casos extremos, pois, certamente, estariam colocando em risco o seu emprego.

Por outro lado, ficamos sabendo que os médicos das firmas têm uma certa quota de dispensas diárias; assim, quando o número excede, ele pede à funcionária que retorne ao trabalho. A sua função também é determinada pela estrutura, pois, como os de-

mais, é um vendedor de sua força de trabalho. Disseram-nos:

"Na época da conjuntivite, eu tava que nem abria o olho, mas quando eu cheguei na enfermaria, já era a quarta com o mesmo problema, daí o médico não poderia me dispensar, e voltei para a minha máquina".

Os problemas de saúde das trabalhadoras, em sua maioria, acontecem em consequência da própria atividade desenvolvida e da falta de proteção ao trabalhador. Alguns desses problemas estiveram muito presentes nos casos de doenças registrados em nossa pesquisa: problemas de suidez, varizes, doenças pulmonares, alergia e problemas ortopédicos.

Os problemas pulmonares advêm, em grande parcela, do pó que as fibras liberam, segundo queixa corrente. As varizes, em consequência do trabalho executado o tempo todo em pé. Quanto aos problemas ortopédicos, são comuns os acidentes com fraturas de pernas ou braços. A maior incidência recaiu em problemas de perdas auditivas, pois não se utilizam de protetores e o barulho dos teares é literalmente "ensurdecador".

Os depoimentos das trabalhadoras nos dão uma visão bem elucidativa:

"Meu serviço é muito pesado, mas o pior é o barulho. Estou surda de um ouvido, só escuto 20%, por causa do barulho dos teares".

"A gente machuca muito as pernas; sabe, a gente usava sapato de sola alta porque o chão é muito frio e úmido, daí a gente andando depressa, para dar conta da produção, pisa e escorrega nele, quebra a perna, o braço. Agora usamos sapato baixo, daí pegamos fria gem".

"Tá vendo essas marcas? Eu trabalho no tear e, o pente caiu com força e quebrou a minha perna, de outra vez, fui pegar o pente que ia caindo dentro da máquina e machuquei a mão. Quanto a gente se machuca, leva advertência e faz um acordo, para eles não pagarem o seguro contra acidentes. O acordo é: eles dão licença e a gente vai todos os dias a fábrica para bater o cartão de entrada e saída. Se a gente não aceita é despedida".

Uma outra operária, de uma grande indústria, nos confirmou tal situação, contando que, certa vez, quebrou o pé e teve de engessá-lo, mas tomava ônibus duas vezes ao dia para ir bater o cartão de entrada e saída, para não caracterizar ausência e acidente de trabalho. Caso contrário, perderia o salário e poderia ser

demitida.

Do total de trabalhadoras que tiveram algum problema de saúde, nos últimos 12 meses, a percentagem ficou em 24,7%, assim caracterizado, conforme a tabela 25

Tabela 25

Cidade de São Paulo
Problemas de Saúde adquiridos nos últimos 12 meses

Doença	F	%
Perdas Auditivas	8	21,7
Conjuntivite	6	16,2
Anemia	5	13,5
Doenças Pulmonares	5	13,5
Varizes	5	13,5
Infecção Urinária	2	5,4
Gastrite	2	5,4
Fraturas, Traumatismos etc	2	5,4
Alergia	1	2,7
Doenças Cardíacas	1	2,7
Total	37	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo - Andrighetti, Y. - 1984

Num sistema de relações de produção onde o principal objetivo é o lucro e a mão-de-obra é abundante e barata, o interesse é obter o máximo rendimento da força de trabalho, ao mais baixo custo, o que resulta em baixos salários, persistência de condições insalubres, falta de segurança e acidentes de trabalho.

Infelizmente, o ambiente de trabalho, o ritmo de produção exigido, a alimentação inadequada, desconsideram as condições humanas do trabalhador, tornando o seu trabalho, as horas vi

vidas na empresa, um verdadeiro pesadelo.

No que se refere às condições de saúde da trabalhadora, há ainda um fator muito sério quando pensamos no caso específico da fisiologia feminina. Não há a mínima tolerância, quanto aos períodos de gravidez, menstruação, etc.

Quanto à gestação, soubemos que as trabalhadoras entrevistadas, seja qual for a sua tarefa dentro da fábrica, executam-nas até o dia da licença. Se, por exemplo, a sua atividade for em pé movimentando o tear, esta será a sua função até o dia de sua licença. Nos disseram:

"Às vezes, a barriga tá tão grande que é preciso que a funcionária debruce sobre a máquina para conseguir movimentar as peças".

Pela C.L.T., é proibido despedir uma funcionária por motivo de casamento ou gravidez (entretanto, existe a alternativa da dispensa, desde que responda pelos ônus legais). A lei, ainda faculta à mulher mudar de função, caso a que ela exerça seja prejudicial à sua saúde durante a gravidez.

O maior número de reclamações na justiça do trabalho refere-se às demissões durante a gestação, ou ainda, a partir do momento em que sua gravidez é descoberta. Após a lei 6136/74, o ônus com a demissão passou do empregador para a Previdência Social (87), o que veio acentuar ainda mais o problema por retirar os encargos do empregador.

As grandes empresas, ao empregarem mulheres casadas exigem o exame de urina para a comprovação de gravidez, no ato de admissão das funcionárias.

Ainda, pela C.L.T., entre as normas de higiene dos locais de trabalho, a mulher possui privilégios referentes a sanitários, armários privativos, bancos e cadeiras para descanso quando for constatado esgotamento físico.

O cumprimento dessa lei, torna-se bastante relativo, por exemplo, no caso da indústria têxtil não há como sentar duran

(87) VERUCCI, F. e MARINO, E. , op. cit., p.55

te o serviço e se a funcionária parar para um descanso (coisa que não é permitida), a equipe de produção continua o serviço até que ela volte (atualmente as grandes empresas pagam a produção por equipe), fato este, que vai apressar o seu retorno, pois as próprias colegas se encarregam do tempo "desperdiçado", porque o trabalho recai sobre elas.

O mesmo acontece com a utilização dos sanitários, onde a cobrança do tempo demorado é feito pelas colegas, ou pelos chefes, que através das conhecidas "chapinhas"(88) exercem a vigilância de quanto tempo a operária se ausentou da máquina.

Até mesmo, as necessidades fisiológicas da mulher, são controladas pelo capitalismo, na ânsia de manter o volume de produção e aumentá-lo, sempre mais.

(88) Há nas empresas um quadro com diversas chapinhas numeradas, onde são colocadas as chaves dos sanitários. O encarregado ao perceber que um dos números está sem a chave por alguns minutos, procura pela funcionária, muitas vezes, invadindo os próprios banheiros.

2.4.5. Habitação

"Morar e trabalhar são duas dimensões que surgem conectadas ao longo da acumulação capitalista. O capital, o Estado e a força de trabalho compõem uma correlação de forças que se estrutura e se altera ao longo do tempo, numa correspondência à pressão e a hegemonia de certos grupos sociais".(89)

Eva A. Blay

A habitação constituiu-se num dos principais aspectos da reprodução da força de trabalho e está diretamente relacionada à condição social do trabalhador.

De que maneira a classe trabalhadora e, em especial a operária têxtil e sua família, se apropria do espaço urbano?

Não existem fenômenos fora da história e ao procurarmos investigar a "morada" das operárias têxteis, julgamos fundamental analisar a habitação das camadas trabalhadoras, desde o início da acumulação capitalista em nosso país.

Para tanto, valemo-nos do trabalho de Eva Blay: Eu não tenho onde morar, no qual a autora analisa com muita profundidade e clareza, os aspectos: capital, Estado e força de trabalho quanto ao problema habitacional do trabalhador, desde o início do processo de industrialização do país.

De um modo geral, o uso do espaço urbano foi definido pelo capital: a institucionalização da apropriação coube ao Estado, bem como a criação de facilidades para tal, restando ao trabalhador poucas alternativas de opção e, sempre fruto de cada fase, de cada momento histórico de nosso desenvolvimento econômico.

A primeira forma de apropriação do espaço urbano pelas classes trabalhadoras deu-se através das vilas operárias, na últi-

(89) BLAY, E.A. (1985) Eu não tenho onde morar - Vilas Operárias na cidade de São Paulo. São Paulo, Nobel, p. 321.

ma década do século, o que corresponde à gênese da industrialização de São Paulo, época em que seu processo de urbanização assumia novas porções, com a entrada maciça de imigrantes (fundamentalmente, italianos).

Como já procuramos demonstrar no início do nosso trabalho, a cidade vai tendo a sua população em muito aumentada, famílias e mais famílias chegam e precisam morar. Por outro lado, as indústrias necessitavam de mão-de-obra que era escassa de início, mas que à medida que tais famílias iam chegando, iam exercendo pressão no que se refere à oferta de habitações.

O mercado imobiliário passou a constituir-se em atraiente forma de reprodução do capital. No entanto, as empresas descobriram as vantagens de proporcionarem aos empregados tal "benefício", conseguindo, desse modo, reduzir o custo da reprodução da força de trabalho. O proprietário acumulava as funções de locador/empregador, sempre na busca incessante de aumentar os seus lucros e, portanto, ampliar o seu capital.

Através das vilas operárias, o detentor dos meios de produção diminuiria os custos do trabalhador com a reprodução da força de trabalho, podendo de um lado diminuir os salários e, de outro, anular ou sufocar as pressões reivindicatórias exercidas pelo trabalhador para as melhorias de condições de vida.

O trabalhador passava então, a possuir um vínculo muito forte com o proprietário da casa e dos bens de produção, enquanto que este, quando desvinculado de tal relação, adquire maior autonomia em relação ao capitalista, diminuindo desse modo, a sua subordinação.

A "morada" precisa ser entendida como produto das relações sociais de uma determinada formação econômico social e um dos principais aspectos do consumo. Tal consumo é determinado pela produção capitalista da habitação, onde a casa é uma mercadoria que entra como componente da reprodução da força de trabalho.

Blay, considera que, principalmente no que se refere às vilas operárias, o significado dos investimentos, precisa ser pensado conforme a lógica do mercado capitalista, que nesse momen

to histórico consumia consideravelmente os produtos têxteis. Ao capitalista, cuja produção atendia o mercado interno e o internacional, interessava produzir sem interrupções, "sem crises provocadas pela falta de mão-de-obra , principalmente a especializada".(90)

A casa construída pela empresa viria a representar a garantia de uma força de trabalho fixa e submissa que iria garantir ao dono dos meios de produção a continuidade do fluxo produtivo, ajustando desde a extensão da jornada de trabalho até os salários, estes, ao menor preço passível.

As fábricas iam se instalando pelos arredores da cidade, sempre ao longo das ferrovias, carregando consigo os habitantes, cuja apropriação do espaço é definida pela classe social a que pertencem. Ao iniciar o século XX, a cidade tinha a sua população triplicada em relação ao final da década anterior, principalmente pela chegada de imigrantes. Muitas vilas já haviam sido instaladas, sempre num esforço aliado do capital privado e governo em resolver o problema da manutenção da mão-de-obra, necessárias à reprodução do capital.

As vilas operárias viriam resolver, em parte, o problema de doenças e epidemias que proliferavam , em decorrência das péssimas condições de habitação e higiene que os cortiços apresentavam . Estes, habitação por excelência das camadas trabalhadoras proletárias, apresentavam-se insalubres e comprometedoras da reprodução da força de trabalho.

Já se definia , na época, um padrão de ocupação de espaço determinado pela posição que o indivíduo ocupava na estrutura social. O Governo propôs a localização da classe operária, em locais fora do perímetro central, mas apontava para a necessidade de um sistema de transportes que facilitasse os deslocamentos. Criou-se uma Comissão encarregada das questões operárias, que defendia a idéia menos onerosa de o Governo se aliar ao Município e dispendar com a construção de moradias, do que gastar combatendo as doenças.

(91)

(90) BLAY, E.A. , op..cit., p.40

(91) BLAY, E.A. , ídem, p. 74

O poder público iria se preocupar com o problema habitacional, na medida em que, em decorrência das péssimas condições de higiene e habitação, alastravam-se as epidemias, a mortalidade aumentava, principalmente entre os estrangeiros e a reserva da força de trabalho encontrava-se seriamente ameaçada. Desse modo, a Prefeitura se ocupou do problema habitacional, a fim de garantir um exército de reserva, condição para a manutenção de baixos salários.

O principal papel que cabia aos poderes públicos era a concessão de favores e benefícios (isenção de taxas, impostos), bem como, provimento de uma certa infra-estrutura e meios de transporte, impondo que as casas dos operários fossem construídas fora do limite urbano da cidade. (92)

Aos operários couberam determinados espaços urbanos, à burguesia preservaram-se as áreas centrais, salubres, a salvo de inundações dos rios. Não procuraremos entrar em maiores detalhes, pois esboçamos a organização do espaço paulista, em capítulo anterior.

Os industriais passaram a construir as suas vilas operárias, as casas populares, basicamente como instrumento de pressão sobre os trabalhadores. Podiam aumentar os aluguéis, exigir jornadas maiores de trabalho, rebaixar a média dos salários e, tantos outros mecanismos de extração da mais-valia.

Ao iniciar a segunda década do século atual ocorreu uma retomada do crescimento industrial, sendo que em alguns seto-

(92) Compreendia-se por perímetro urbano a área entre a rua da Figueira, esquina com Rangel Pestana, ruas Santa Rosa, Paula Souza, via Tamanduatehy até a linha Inglesa, por estas até as alamedas Antonio Prado, Barão de Limeira, Nothman, rua das Palmeiras, Largo de Santa Cecília, ruas Da. Veridiana, Consolação, Major Quedinho, Major Diogo, Santo Amaro, Praça Dr. João Mendes, Largo Sete de Setembro, ruas da Glória, São Paulo, Glycerio, Hospício, 25 de Março, aterrado do Carmo até o ponto de partida. (Leis e Actos da Câmara Municipal da Capital do Estado de São Paulo de 1900 a 1902 - São Paulo). In: BLAY, E.A., op. cit., p. 86

res surgiu a necessidade de mão-de-obra mais qualificada. Elevaram-se os salários mas, por outro lado, ocorreu a elevação dos aluguéis, que na década anterior também haviam sido pressionados para cima.

Embora, as vilas operárias, tivessem proliferado, o crescimento urbano continuava mais acelerado que a oferta de habitações. Aproveitando da oportunidade, os proprietários aumentavam de modo brusco os aluguéis. Ao operariado, não lhe restava nenhuma outra opção, pois não possuía capital para realizar o "sonho" da casa própria. Como afirma Blay: "O preço do solo era inatingível ao operariado. O material de construção, em grande parte importado, era de alto preço, tornando impraticável à maioria do operariado, a aventura de construir a sua casa própria. Isto, quando ocorria, provavelmente se dava entre artesãos dotados de certa independência econômica à qual se somava, por vezes, o conhecimento da arte de construir". (93)

Tais motivos é que fizeram com que as vilas operárias obtivessem sucesso junto aos empregados, pois diante de tantas dificuldades para garantir um local para habitar, o trabalhador recebia uma casa para alugar na vila operária como oferta do empregador, uma concessão especial. Para o empresário, construir a sua vila operária, trazia economicamente rentável retorno, sujeitando o trabalhador aos interesses do capital, tornando-o menos suscetível a manifestações e reivindicações.

Para o operário, a casa assim alugada, representava um favor especial, aspirado, significando morar próximo ao local de trabalho, ter abrigo, emprego e até um salário garantido. Com isso, ele e sua família se livravam da insegurança econômica, dos cortiços, das moradias compartilhadas com tantas outras famílias. Desse modo, os trabalhadores incentivavam indiretamente, a construção das vilas operárias.

Após a década de 30, com a mudança no padrão de acumulação no país, cada vez mais o solo se tornava mercadoria, os terrenos iam sofrendo especulação, aos industriais não era mais

(93) BLAY, E. A. , op. cit., 129.

vantajoso empatar seu capital, obrigando a classe trabalhadora a procurar outras alternativas para morar.

O espaço urbano vincula-se à uma dinâmica social e econômica que vai determinar a sua forma de expansão e de ocupação e a habitação, sendo instância fundamental da reprodução da força de trabalho, insere-se na dinâmica da reprodução do capital.

Desde finais do século passado até as três primeiras décadas deste, que corresponderam à gênese da acumulação capitalista no Brasil, constatamos que o espaço urbano já se organizava conforme os interesses de uma minoria dominante, estampando na paisagem, as frações de classe. O locus, por excelência, da população trabalhadora, é a chamada periferia. Não importando se, mais perto numa época ou, mais distante em outra, a periferia dos anos 30, na capital paulistana, representa hoje, bairros bastante valorizados de onde a população operária já foi expulsa.

Em consequência da valorização dos bairros ditos mais próximos, os aluguéis foram se tornando proibitivos à massa trabalhadora, que foi se afastando, em busca de aluguéis ou terrenos mais acessíveis ao poder aquisitivo da família trabalhadora.

Não existe uma política de aluguel que proteja o trabalhador, a inflação que caracteriza a economia brasileira e, que na última década atingiu patamares extremamente elevados, faz com que os aluguéis disparem, ao mesmo tempo, que os salários vêm perdendo assustadoramente o seu poder de compra.

Como afirma Lima: (...) "a casa de aluguel é percebida como uma solução duplamente inconveniente. De um lado, seu alto preço conjugado ao baixo valor dos salários, tornando quase impossível o pagamento regular dos aluguéis, é apontado como podendo levar ao despejo, mesmo nos momentos de normalidade e, ocasionando, infalivelmente o despejo nos momentos de crise. De outro, o dinheiro pago pelo aluguel, resultando de um enorme esforço de contenção de outros gastos fundamentais, mas não se convertendo em propriedade e, por esta via em segurança de abrigo, é visto como 'dinheiro jogado fora' por não lhes tirar da dependência de uma

renda constante e suficiente para pagar pela moradia". (94)

Assim, a solução encontrada pelo trabalhador para resolver o seu problema de moradia é, de uma forma ou de outra, possuir a sua casa própria que constitui-se numa das poucas possibilidades de alojamento para sua família, cujos parcos rendimentos individuais são somados para obtê-la, independente de suas condições de habitação e localização.

O solo urbano só pode ser apropriado por indivíduos que apresentam condições de pagar o preço da terra, o que leva a um processo de segregação espacial, no qual cada parcela do espaço será apropriada por determinado estrato de renda. Dadas as condições de remuneração dos trabalhadores, estes só podem morar onde a renda da terra ainda é baixa ou em locais que não se torne preciso pagá-la. São, desse modo, os casos, respectivamente, das habitações de periferia ou das favelas.

Estes representam o locus da reprodução da força de trabalho e as periferias são preferidas, pois tanto as favelas quanto os cortiços não contêm a propriedade do solo.

Existe um traço marcante na mentalidade do trabalhador brasileiro, a "casa própria" que representa a proteção para os dias de desemprego, um abrigo para as famílias em momentos de crise, ou melhor, representa uma certa segurança diante da instabilidade a que está sujeito o trabalhador: é, a já conhecida "ideologia da casa própria".

No período posterior à década de 30, já se deixavam de construir as vilas operárias, passando a habitação popular para a esfera pública e criava-se em 1946, a Fundação da Casa Popular (FCP), com vistas a tentar equacionar o problema da casa própria, pois, após um novo surto industrial do país, a crescente urbanização, as pressões populares, o governo procura assumir tal setor, fundamentalmente, para evitar alguns conflitos urbanos.

(94) LIMA, M.H. Biozzo de (1980) "Em busca da Casa Própria - Auto-construção na Periferia do Rio de Janeiro". In: Valladares, L.do P. (Organizadora). Habitação em Questão. Rio de Janeiro, Zahar Editores, p. 76.

A FCP foi o primeiro órgão de âmbito nacional, volta do exclusivamente para a provisão de residência às camadas de menor poder aquisitivo, sendo substituída pelo BNH que constituiu-se na matriz da política habitacional. Ambos, fruto de políticas populistas que acenavam com a casa própria como meio de legitimação e penetração junto aos trabalhadores urbanos e minimizadores de pressões populares ou de movimentos urbanos.

Após a década de 60 com a acelerada urbanização que ocorreu em nosso país fruto de intensa migração rural, as pressões aumentaram, as cidades receberam fluxos intensos de população em busca de melhores condições, as favelas cresceram, bem como, os movimentos em prol de melhores condições de vida urbana.

O Governo, para fazer face a uma situação que sentia "perigosa", viu-se obrigado a propor um novo plano habitacional, o BNH, criado em 1964.

Bem como o seu antecessor, tal órgão, não logrou resolver o problema da casa própria, e com o decorrer dos anos, passou a atender não exatamente à classe mais carente de recursos. No entanto, com algumas diferenças, se a FCP tinha um caráter mais clientelista, o BNH pautava-se por uma linha de soluções empresariais.

Se, de início o Banco Nacional de Habitação destinava-se aos estratos de baixa renda, aos poucos, foi se distanciando de suas origens e perdendo o caráter social e político que o inspirou.

Como afirmam Azevedo e Andrade: "O conflito entre as metas sociais e as premissas que informariam a mecânica de atuação do BNH era descortinável à época de sua concepção. O governo procurava imprimir às companhias, autarquias e fundações públicas racionalidade econômico-administrativa de tipo empresarial, que lhes permitisse auto-sustentação, sem criar ônus à Fazenda Nacional. Corolário dessa política, foram a adoção da correção monetária, a estratificação do mercado por faixas de renda e as exigências de remuneração do capital investido, que seriam decisivas, provocando o deslocamento dos objetivos sociais, relegados a posi

ção subalterna, no desdobrar do processo." (95)

Aqui caberia uma indagação: Como assegurar o acesso à casa própria às camadas de baixa renda, sujeitas, no caso do BNH, à correção monetária, e, em decorrência da política de desenvolvimento acelerado, optou-se pelo congelamento dos salários?

Não foi vitorioso o objetivo social, pois das unidades financiadas com recursos do SFH (Sistema Financeiro de Habitação), até dezembro de 1980, uma percentagem de 65% destinou-se à população de rendas média e alta, sendo que apenas 35% das unidades financiadas destinou-se às famílias com rendimentos mensais abaixo de 5 mínimos, faixa de abrangência legal das COHABS. (96)

Por exemplo, entre 1970 e 1974, foram financiadas 404.123 casas para o mercado médio, contra 157.748 para o mercado econômico e apenas 76.746 para o mercado popular.(97)

Os trabalhadores, devido ao achatamento de seus salários, chegaram em elevada percentagem, à inadimplência, muitas vezes, até mesmo abandonando os imóveis. Após tal data ocorreu uma certa modificação nos contratos de financiamento e uma atuação mais marcante nas COHABS, sem, contudo aliviar de maneira acentuada a pressão sobre o mercado da casa própria.

Pouco mais de 50% dos domicílios particulares na Grande São Paulo é constituído por casas próprias ou em vias de aquisição. Nestes dados estão incluídas as casas e/ou apartamentos de todas as camadas, desde as moradias construídas com recursos próprios ou adquiridos pelo sistema BNH, assim como as ca

(95) AZEVEDO, S. de e ANDRADE, L. A. G. (1982) Habitação e Poder - Da Fundação da Casa Popular ao BNH. Rio de Janeiro. Zahar Editores, p.64

(96) Para o mercado popular, que, de início, pretendia atingir famílias com renda mensal até 3 salários mínimos, o que depois foi ampliado para 5 salários mínimos, os agentes financeiros são as COHABS, que podem ser estaduais ou municipais. A construção tem sido domínio da iniciativa privada, embora legalmente elas possam ser construídas por administração direta. A comercialização é empreendida diretamente pelos agentes promotores que, em seguida, contratam um financiamento com o BNH.

(97) AZEVEDO, S. de e ANDRADE, L. A. G. ,op. cit. p. 93

sas construídas pelos usuários auxiliados por parentes ou vizinhos, as tão conhecidas habitações de auto-construção.

Tal modalidade de construção está tomando vulto na capital paulistana, sendo, na atualidade, a forma mais utilizada para o trabalhador obter sua casa própria. É um processo lento e desgastante, que prolonga a jornada do trabalhador e de seus familiares, significando concretamente um consumo da força de trabalho e uma não reposição nos fins-de-semana (geralmente são os dias que eles efetivam tal serviço) da energia gasta no trabalho cotidiano.

O processo de construção, por vezes, torna-se muito longo, sendo realizado nos dias de "folga", quando sobra um diazinho, quando o trabalhador sai do emprego e recebe o FGTS, fazendo com que a casa se torne um bem permanentemente inacabado, e construído sem boas condições de habitabilidade (utilização de materiais inadequados, falta de acabamento, área reduzida para morar, inexistência de conforto). Ainda, regra geral, as condições do bairro são desfavoráveis, com ausência de infra-estrutura, difícil acesso, etc. Tais aspectos conjugados fornecem a real dimensão da precariedade da habitação na periferia, espaço de concentração dos trabalhadores.

Infelizmente, por uma falha em nossas entrevistas, deixamos de perguntar de que maneira as operárias têxteis ou suas famílias haviam adquirido suas casas, sendo que encontramos um total de 43,3% residindo em casa própria; 52,7%, sob a forma de contrato de aluguel e 4%, em casa cedida.

No entanto, se a casa própria traz uma certa segurança, muitas vezes, ela se constitui em simples abrigo, cada vez mais distante das áreas centrais e valorizadas e, muitas vezes, sem o mínimo conforto, abrigando num espaço "apertado" toda a família.

Este é o espaço que lhes cabe como trabalhadores urbanos, na luta pela sobrevivência, alicerçada em valores da ideologia da casa própria, ou prensados entre o conforto e a necessidade.

À medida em que a capital metropolitana foi se expandindo, seu espaço foi sendo organizado, delineando-se nesse espaço a configuração das classes sociais. O espaço da moradia foi se contraindo de maneira assustadora que morar acabou se resumindo em ter um ponto de apoio onde se restabelece a mercadoria força de trabalho.

As áreas centrais e os bairros mais bem servidos pelos equipamentos coletivos estão se tornando, ou melhor, já se tornaram impraticáveis para a moradia da classe operária que cada vez mais é empurrada para áreas mais distantes, onde os terrenos apresentam preços mais acessíveis. No decorrer de nossa conversa com as operárias, concluímos que aquelas que possuíam casa própria, só a conseguiram, porque se transferiram para bairros distantes. Eis um depoimento que selecionamos :

"Eu morava de aluguel na Penha, táva ficando muito caro, nós compramos um terreninho em São Miguel Paulista e aí fizemos a nossa casinha".

Os bairros mais distantes para as décadas iniciais do crescimento industrial de São Paulo hoje estão completamente integrados à área central e, portanto muito valorizados, passando a abrigar outras camadas de trabalhadores, de melhor poder aquisitivo, com suas construções modificadas. As pequenas casas baixas ou sobrados, deram lugar aos edifícios, como afirma Souza; (...) "em São Paulo há uma massa vertical, que em certos eixos já atinge um raio de quase 10 quilômetros do centro." (98)

Procuramos então indagar onde as trabalhadoras residiam e verificamos que a maior parte, realmente, não fugia à regra geral do operariado paulistano, residindo em bairros distantes, em relação ao centro, porém, de acesso não muito difícil em relação às unidades fabris onde trabalhavam. Por exemplo, nas indústrias localizadas no Tatuapé, as funcionárias residiam na Vila Esperança, Vila Matilde, São Miguel ; no caso das fábricas da Moóca e Vila Prudente, as trabalhadoras procediam de Vila Alpina ,

(98) SOUZA, A.A.A.de (1985)"Metropolizando: A Cidade Vertical" . São Paulo , Trabalho apresentado no Simpósio : A Metrópole e a Crise . Departamento de Geografia- USP. (mimeo)

Vila Ema e Vila Formosa. Em se tratando de uma indústria situada na zona oeste, as trabalhadoras eram moradoras da Casa Verde, Freguesia do Ó e Pirituba.

Interessante foi notar que tal fato ocorreu em quase todos os casos, pois encontramos apenas um caso de total mudança de direção por parte da funcionária que, morando na Cidade Leonor, exercia sua atividade de trabalho numa indústria do bairro do Caramuru.

Tais dados nos levantaram mais uma variável a respeito da aceitação dos baixos salários: a oportunidade de trabalhar mais próximo de seu domicílio, economizando o tempo e o dinheiro dispendidos com o transporte, permitindo à trabalhadora chegar em casa, mais cedo, ou sair um pouco mais tarde, podendo, desse modo, dedicar-se mais aos afazeres domésticos.

Mas, em termos de comparação com os trabalhadores em geral das grandes metrópoles e no caso específico de São Paulo, isto nos pareceu muito singular, pois a literatura científica, bastante vasta, aponta sempre para o tempo considerável que o trabalhador gasta para chegar ao local de trabalho.

Os dados nos comprovaram que o tempo empregado nos deslocamentos casa/trabalho, em se tratando de nossas entrevistadas, eram inferiores à média dos trabalhadores das grandes cidades.

Indagamos sobre o tempo gasto pela operária para chegar ao serviço e, ao tabularmos os dados, separamos a "Empresa Um" das "Empresas Diversas", pois a primeira possui um serviço de ônibus contratado, do qual se utiliza 65% das operárias, o que vai refletir em gasto menor de tempo, conforme podemos verificar na tabela 26.

Tabela 26

Cidade de São Paulo
Tempo gasto para chegar ao Local de Trabalho

Tempo	Empresas Diversas		Empresa Um		Total	
	f	%	f	%	f	%
até 30'	21	30,0	44	55,0	65	43,3
31' a 60'	35	50,0	30	37,5	65	43,3
61' a 90'	9	12,9	1	1,2	10	6,6
+ de 90'	5	7,1	-	-	5	3,4
s.r.	-	-	5	6,3	5	3,4
Total	70	100,0	80	100,0	150	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo - Andrighetti, Y. - 1984

No caso da "Empresa Um", 55% das operárias gasta até 30 minutos para chegar ao serviço, enquanto que do total, 92,7% , dispense até uma hora para se locomover de casa para o trabalho. Julgamos tal fato estar relacionado com a condução oferecida pela firma, pois no caso das "Empresas Diversas", as percentagens aumentaram à medida que ultrapassavam-se os 30 minutos, mostrando-nos um dispêndio maior de tempo.

No geral, mesmo computando as respostas obtidas nos dois universos, apenas 10% gasta mais de uma hora para chegar ao emprego.

Indagamos sobre o tipo de condução utilizada pela trabalhadora e, algumas percentagens nos surpreenderam: aproximadamente 10% do total não utiliza nenhum tipo de condução, deslocando-se a pé para o serviço, e apenas 16,6%, utilizava-se de mais do que um meio de transporte, é o que nos mostra a tabela 27.

Tabela 27

Cidade de São Paulo
Conduções utilizadas para chegar ao local de Trabalho

Tipo	Total		Empr.	Diversas	Empresa	
	f	%	f	%	f	%
Trem + Cond. Firma	1	0,6	-	-	1	1,2
Trem	2	1,3	2	2,8	-	-
Ônibus	48	32,0	42	60,0	6	7,5
Cond. Firma + Ônibus	10	6,6	-	-	10	12,5
Trem + Ônibus	8	5,4	8	11,4	-	-
Ônibus	6	4,0	6	8,6	-	-
Metrô	-	-	-	-	-	-
Integração	6	4,0	6	8,6	-	-
Cond. Firma	52	34,8	-	-	52	65,0
Cond. Própria	2	1,3	-	-	2	2,5
A pé	14	9,4	6	8,6	8	10,0
Sem resposta	1	0,6	-	-	1	1,3
Total	150	100,0	70	100,0	80	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo - Andrighetti, Y. - 1984

Os dados vêm corroborar a nossa colocação que as operárias moram não muito distantes do local de trabalho, constituindo isto, um fator de peso para a aceitação de salários baixos, certamente não como uma única variável, mas aliada à baixa escolaridade, grande oferta de mão-de-obra no mercado, a falta de qualificação profissional e, principalmente, a sua condição de mulher.

2.5. A Operária perante o Processo de Produção

2.5.1. Condições de Trabalho: relações de dominação e subordinação

A integração da mulher no mercado de trabalho é mediada pela supra-estrutura ideológica que a situa como um ser social inferior ao homem e, como a ideologia é sempre a da classe dominante, o fator sexo sofre elaboração social com vistas a atender às necessidades do sistema de produção.

Conforme as evidências, as mulheres recebem salários mais baixos que os homens, são relegadas a postos menos categorizados na hierarquia profissional, têm menor acesso a cursos e promoções, são despedidas com maior frequência e apresentam maiores taxas de rotatividade. Tudo isto tem relação com uma simbologia criada quanto à participação diferente, específica e subordinada da mulher no conjunto da força de trabalho.

Um fator conjuntural que se faz presente com muita intensidade no setor têxtil é a alta rotatividade da mão-de-obra . Indústria que não requer mão-de-obra especializada, numa conjuntura onde a oferta é muito superior à demanda, os empregadores utilizam-se de mais esse expediente para a manutenção dos baixos salários. Advertências, ameaças de demissões e, as próprias demis-sões constituem-se em armas muito utilizadas no decorrer do ano , sendo que estas últimas intensificam-se por ocasião dos dissídios da categoria.

Obtivemos inúmeros depoimentos em que as trabalhado - ras nos disseram que são demitidas por ocasião dos dissídios, na fábrica "x", ao mesmo tempo , ao mesmo tempo, a fábrica "y" manda um aviso via "capataz" (99), que está admitindo funcionários. Des

(99) Tal termo é utilizado entre os operários têxteis para defi - nir encarregados, chefes, ou pessoas que transmitem as ordens e/ou recados da Direção.

se modo, conseguem através de um "acordo de cavalheiros", manter os salários rebaixados e, têm garantida uma mão-de-obra que já adquiriu certa experiência. Este expediente é bastante utilizado para diminuir os custos, pois os novos funcionários aceitam salários iguais aos que recebiam na empresa anterior antes do aumento da categoria (época das dispensas).

A tabela 28 nos ilustra tal rotatividade, onde procuramos relacionar o tempo de trabalho total das operárias em sua vida profissional e o tempo de trabalho na empresa atual.

Tabela 28

Cidade de São Paulo
Tempo Total de Trabalho e Tempo de Trabalho
na Empresa Atual

Anos totais de trabalho	f	%	tempo de trab. na empresa atual	f	%
0 - 2	21	14,0	0 - 2	82	54,7
3 - 4	15	10,0	3 - 4	36	24,0
5 - 6	33	22,0	5 - 6	14	9,3
7 - 8	18	12,0	7 - 8	5	3,3
9 - 10	17	11,4	9 - 10	6	4,0
11 - 12	15	10,0	11 - 12	1	0,7
13 - 14	6	4,0	13 - 14	3	2,0
15 - 16	8	5,3	15 - 16	1	0,7
17 - 18	3	2,0	17 - 18	2	1,3
19 - 20	6	4,0	19 - 20	-	-
+ de 20	8	5,3	+ de 20	-	-
Total	150	100,0		150	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo - Andrighetti, Y. - 1984

Os dados nos revelam com clareza, a rotatividade se compararmos os anos totais trabalhados pelas operárias com o

tempo de permanência no emprego atual. No entanto, tornam-se ainda mais significativos quando constatamos que 54,7% das trabalhadoras encontram-se na empresa há dois anos ou menos, e 24% há até 4 anos, o que significa que pouco mais de 20% das operárias contam com cinco ou mais anos na mesma firma.

Regra geral, a trabalhadora feminina, comparada ao trabalhador como um todo é a que menos procura a justiça trabalhista por ocasião de demissões (com exceção, nos casos de dispensa durante a gravidez). Tal aceitação passiva advém da subordinação à qual sempre foi acostumada a mulher: subordinação à família, enquanto filha; subordinação à família enquanto esposa; subordinação ao mundo do trabalho.

— É comum ouvir-se dizer que as mulheres, em muitos locais são preferidas enquanto mão-de-obra pela sua docilidade e pouca reivindicação.

As mulheres que executam profissões liberais, com escolaridade mais elevada, com uma certa independência perante a família, já reagem de modo diferente no mundo do trabalho. As mulheres pertencentes às camadas mais simples, ainda têm a submissão como traço marcante nos lares e fora deles, obviamente, com exceções individuais.

Submissas e de certa forma acomodadas, as operárias reclamam dos maus tratos dispensados pelos chefes-homens, mas ainda os preferem a chefes-mulheres.

No dia-a-dia, as perseguições, as "cantadas", o jeito rude de tratar, provocam infintas reclamações por parte das operárias em relação aos encarregados, mas os valores inculcados pela sociedade, fazem com que elas afirmem sua preferência pelos chefes do sexo masculino. Ao perguntarmos sobre a sua preferência, a maior parte, 70,2%, respondeu preferir o homem como chefe.

Eis uma resposta esclarecedora: "Mulher não sabe mandar, moça!"

A seguir, indagamos sobre os encarregados ou chefes e obtivemos um total de 88,7% pertencente ao sexo masculino, o que

torna evidente que os cargos de chefia são reservados aos elementos do sexo masculino.

Foram inúmeras as reclamações quanto às atitudes tomadas pelos tais chefes. Estes efetivam, cotidianamente, o sistema de repressão/opressão que impera nas indústrias e que podemos ilustrar com a xérox da página seguinte, extraída do "INFORMATIVO" nº 21, publicado pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de São Paulo, em setembro de 1984.

LINHA DURA

A COLUNA LINHA DURA, FOI IMPLANTADA NO NOSSO BOLETIM INFORMATIVO PARA QUE VOCÊ QUE É TRABALHADOR - TÊXTIL, DENUNCIE A EXPLORAÇÃO DA EMPRESA.

VICUNHA

A Vicunha precisa de uma lição. Essa fábrica tem tratado os trabalhadores sem o mínimo respeito, há já visto que o sindicato fez várias denúncias sobre o que vem ocorrendo e ainda não foi tomada nenhuma providência.

Aqui vai um recado para a Vicunha:

Os trabalhadores já estão preparados para não aceitar mais os desmandos e abusos desta fábrica. O sindicato não vai perdoar as sacanagens de chefetes mal preparados que abusam da boa vontade dos outros.

Vamos dar uma lição na Vicunha.

A fábrica terá que ceder diante das reivindicações dos trabalhadores.

GUILHERME GIORGI

Na Guilherme Giorgi saiu a antecipação, porém nossa briga não para aí. Nessa fábrica existem muitos chefes mal educados e muitos problemas.

O sindicato está de olho e vai partir prá briga !

Um outro tipo de pressão sobre as operárias e que os chefes fazem cumprir à risca, é o silêncio, ou seja, as funcionárias são impedidas de conversar com as companheiras. Isto ocorre com maior frequência nas grandes empresas, das quais tivemos o seguinte depoimento:

"Moça, a gente não pode mais abrir a boca depois que bate o cartão de entrada, nem em casos de doença da colega que está ao lado. A cada conversa, ganhamos uma advertência, e três advertências... rua!" (100)

Embora fossem frequentes as queixas e reclamações dos chefes, principalmente, por parte das funcionárias mais jovens, elas sempre concluíam com o seguinte: "Não dá para mudar, o chefe sempre tem de ser homem mesmo". Ao perguntarmos à uma sra. de 47 anos, funcionária de uma pequena indústria do bairro do Ipiranga, como era o tratamento dispensado pelo seu superior, eis a resposta:

"Moça, meu chefe é muito bonzinho, ontem, estava fazendo um calor danado e ele me pegou chupando uma laranja; sabe, ele nem me deu bronca. A gente tem liberdade, a gente pode até ir ao banheiro mais de uma vez por dia!" (101)

Conforme coloca Alves: "Sabemos que a ideologia da classe dominante ao legitimar as relações de poder e de exploração opera penetrando nas classes dominadas de forma a que cada indivíduo pertencente a estas classes internalize sua condição inferior. Os Aparelhos Ideológicos do Estado efetuem esta penetração através do processo de socialização. O mesmo ocorre com as categorias de sexo e de raças dominadas, com a diferença capital de que o processo de internalização da opressão se dá em 'todos' os indivíduos desses grupos, seja qual for a classe social a que pertençam". (102)

(100) As advertências dão direito à dispensa por justa causa.

(101) A funcionária não trabalha diretamente ligada à produção executando a tarefa de costureira.

(102) ALVES, B.M. (1980) Ideologia e Feminismo - A Luta da Mulher pelo Voto no Brasil, Rio de Janeiro, Vozes, pp.38/39

A seguir, procuramos saber sobre a jornada de trabalho e o período de descanso e encontramos uma grande variação, conforme a empresa e a função da trabalhadora.

Na "Empresa Um", o período de trabalho é de 9h30' com intervalo de uma hora para almoço e trinta minutos para lanche.

Quanto às demais empresas, regra geral, o intervalo é de trinta minutos para o almoço e não há intervalo para o café, num período de nove horas de trabalho, para compensar os sábados.

Infelizmente, não indagamos à funcionária se ela aumentava a sua jornada de trabalho fazendo hora extra, alternativa bastante utilizada pelo trabalhador para a complementação de seu salário.

Em 1943, pelo artigo 374, a C.L.T. proibia que a mulher fizesse horas extras, sendo que a prorrogação da jornada só era permitida com o pagamento de um adicional de 20% para cada hora suplementar, estabelecido por acordo ou convenção coletiva até duas horas, observando-se o limite de 48 horas semanais e somente com um atestado médico autorizando tal atividade.

Pelo Decreto-Lei 229 de 1967, as duas horas diárias de extensão da jornada foram mantidas, somente foi abolido o pagamento do acréscimo salarial de 20%, quando compensados pela redução em outro dia.

Em se tratando de condições de trabalho ainda, pudemos constatar que, nas grandes empresas até há algum tempo atrás, o ganho por produção era individual. Atualmente, porém, é por equipe (em média, composta por 4 pessoas), pois se torna mais fácil aos responsáveis a vigilância para a garantia de maior produção, uma vez que a própria equipe se encarrega de chamar a atenção da companheira que está trabalhando mais lentamente ou que fica alguns segundos a mais no banheiro. Além do mais, para não cair a produção, o que terá repercussão nos salários (fora as advertências), na ausência de uma funcionária, a equipe cobre o serviço até o seu retorno.

Nessas mesmas empresas, ocorre um outro fator que recebeu muitas queixas por parte das trabalhadoras: ao terminar o

turno , elas se retiram e a produção será anotada por um encarregado do turno seguinte. Desse modo, as operárias não têm acesso ao controle de seu trabalho.

Muito peso exerce também o desconforto material provocado pelos ruídos muito fortes, pelas fibras que se desprendem do algodão e prejudicam a respiração, pelo excessivo número de horas em pé, pela pressão exterior e interior (os chefes ou a equipe representam a pressão exterior e o desejo de receber um salário mais elevado, já que o ganho é por produção, representa a pressão interior).

Geralmente, as queixas maiores procediam de funcionárias de grandes empresas, nas quais, parece que mais do que nas outras, o homem tornou-se um apêndice das máquinas.

O trabalhador tanto do sexo feminino quanto do masculino que só possui a sua força de trabalho para vender ao capitalismo, regra geral, não é considerado senão como uma peça necessária para agilizar a produção e fazer o capital acumular-se e reproduzir-se.

Diante de tantas reclamações procuramos investigar como a operária sentia-se enquanto trabalhadora da indústria têxtil quais suas aspirações e estratégias de sobrevivência, assunto do nosso próximo item.

2.5.2. Aspirações e Estratégias de Sobrevivência

A atividade profissional é apenas uma das muitas dimensões do ser humano e uma pesquisa sobre a participação da mulher no mercado de trabalho para ser completa precisaria investigar suas aspirações, expectativas pessoais, sua posição diante do mundo e a sua integração no ambiente sócio-político em que se insere.

Se examinarmos a riqueza material produzida em São Paulo e confrontarmos com o padrão de vida dos trabalhadores, po-

deremos perceber que há uma exploração cada vez mais acentuada dessa parcela que só trabalha para sobreviver. Em tal contexto, o trabalho da mulher e do menor, são expedientes que se tornaram necessários para garantir a subsistência da família trabalhadora. O equilíbrio do orçamento doméstico é conseguido a duras penas, graças à venda da força de trabalho do maior número de elementos da família, como já comentamos.

Tal necessidade faz com que o indivíduo se entregue ao serviço que aparecer para poder sobreviver, sem se identificar ou sentir satisfação com o trabalho.

A natureza do processo de trabalho vai repercutir no nível de satisfação que o indivíduo vai sentir em relação à sua atividade.

Para cada classe social, o trabalho da mulher adquire um sentido e um significado diferentes. Sentido que vai variar conforme as condições desse trabalho, dentro dos níveis de vida de cada mulher, grupo ou classe.

A operária têxtil não se identifica com o seu trabalho, com a sua situação de operária. As condições à que são submetidas, fazem com que a atividade fabril se constitua num cotidiano exaustivo, no qual a melhoria das condições imediatas passa a ser encarada como aspiração a ser atingida.

Indagamos as operárias quanto à sua satisfação com o tipo de trabalho, e as respostas procedentes dos dois universos pesquisados, aparentemente se mostraram divergentes. Nas "Empresas Diversas", cerca de 70% das entrevistadas afirmou não estar satisfeita com o seu emprego, enquanto que na "Empresa Um", o percentual caiu para 20%. No entanto, não podemos negligenciar o fato de os questionários terem sido passados pelo Departamento Pessoal, situação essa, bastante constrangedora e limitativa para as entrevistadas. Por exemplo, ao perguntarmos, se a funcionária gostaria de mudar de emprego, ela respondeu:

"Não gostaria, porque me sinto muito bem, e nada tenho a dizer desta conceituada empresa."

Tabela 29

Cidade de São Paulo
Satisfação com o Emprego

	Empresas Diversas		Empresa Um	
	f	%	f	%
sim	22	31,4	64	80,0
não	48	68,6	16	20,0
Total	70	100,0	80	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo - Andrighetti, Y. - 1984

Procuramos então, saber quais os motivos da satisfação da operária com o emprego e, da nossa leitura dos motivos apontados, concluímos que, novamente, o fator acomodação encontra-se muito presente, pois 25 trabalhadoras das 64 que responderam afirmativamente, nos deram como motivo, "gostar do serviço", o que nos causou estranheza, conhecedoras que somos das suas condições de trabalho.

Por outro lado, está muito presente, a aceitação pelo conhecimento de suas próprias limitações:

"É o que sei fazer", "é o único que tenho", "este foi o melhor", "não sei fazer outra coisa", etc.

Ainda, a necessidade de receber um salário para sobreviver faz com que a operária sintasse satisfeita com o seu trabalho:

"Estou satisfeita porque aqui eu ganho o pão"(6 casos), "Eles pagam corretamente", "eles pagam bem"(103), "temos convenio, cooperativa", etc.

Perguntamos a seguir, se a funcionária gostaria de mu-

(103) Verificamos o salário da funcionária que afirmou; "eles pagam bem", e ela percebia pouco mais de um salário mínimo, mas concluiu: "meus parentes lá no Nordeste não ganham nem isso".

dar de emprego, e no caso das "Empresas Diversas", 81,4% respondeu afirmativamente, enquanto que, no caso da "Empresa Um", o percentual foi de 33,8%. No entanto, como vimos na tabela anterior, apenas 20% não estava satisfeita com o tipo de emprego. E, bastante significativo, foi o percentual que não respondeu, o que vem ratificar nossa afirmação inicial de que o material coletado via Departamento Pessoal pode estar comprometido.

Tabela 30

Cidade de São Paulo
Possibilidades de Mudança de Emprego

	Empresas Diversas		Empresa Um	
	f	%	f	%
sim	57	81,4	27	33,8
não	13	18,6	46	57,5
s/ resp.	-	-	13	18,6
Total	70	100,0	80	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo - Andrighetti, Y. - 1984

As principais causas apontadas pelas operárias, estavam relacionadas com salários baixos e serviço muito pesado.

Pareceu-nos haver um consenso quanto às condições de trabalho na indústria têxtil, houve constante afirmação de ser o serviço muito pesado e cansativo, mal remunerado, a pressão dos chefes, os maus tratos.

Podemos afirmar que não existe entre as operárias têxteis, uma consciência de categoria profissional. Ficou muito clara a negação da condição operária, ao indagarmos sobre suas as

pirações, que regra geral, estavam relacionadas com ocupações em outros setores, basicamente referentes ao terciário.

"Sonho Impossível"

Numa formação econômico social capitalista, o trabalho da mulher não é valorizado, nem encarado em termos de realização pessoal ou profissional. Por outro lado, devido à divisão social do trabalho, o indivíduo não vai participar de seu produto final, não ocorrendo a identificação homem/trabalho.

No caso específico das operárias têxteis, pudemos constatar que as condições que lhes são impostas, fazem com que elas aspirem exercer profissões definidas como "mais leves", menos cansativas e de maior prestígio social.

Considerando-se os dados referentes às respostas sobre aspirações e expectativas para o futuro, pode-se inferir que, de um modo geral, torna-se difícil para as operárias entrevistadas, uma reflexão objetiva sobre as possíveis metas a atingir.

Tabela 31

Cidade de São Paulo
Aspiração Profissional

Tipo	f	%
Profissões Liberais	16	20,0
Profissões Técnicas	6	7,5
Estudar	5	6,8
Secretária	10	12,5
Lidar com crianças	5	6,2
Modelo/manequim	3	3,7
Costureira	2	2,5
Ganhar mais / Progredir	14	17,5
Metalúrgica	1	1,2
Outras	11	13,8
Total	80	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo - Andrighetti, Y. - 1984

Como pudemos constatar na tabela 31, a maior parte das entrevistadas gostaria de executar alguma profissão liberal, num total de 20%, com especial destaque para medicina e magistério, boa percentagem gostaria de ser secretária (12,5%) e ter uma profissão técnica, principalmente ligada à enfermagem e computação, 7,5%. No geral, 56,2% aspira algo relacionado com o setor terciário.

As aspirações estão colocadas num plano de idealização por parte das operárias. As respostas nos foram dadas como um "sonho impossível". Eis alguns depoimentos:

"Se eu tivesse estudado, hoje seria professora". (22 anos)

"Ser aeromoça sempre foi o meu sonho e ainda é". (27 anos)

"Gostaria de ter estudado para ser médica pediatra, mas as circunstâncias não permitiram". (22 anos)

"Eu gostaria de ser professora, mas como não tive a oportunidade de ter um estudo suficiente para o ensino, tive que parar com o entusiasmo". (25 anos)

"Gostaria de ser secretária, mas não tenho estudo, o bastante para tal". (32 anos)

Afirmei acima que nos pareceu um sonho impossível, pois elas mesmas afirmaram: "agora não dá mais". Por outro lado, a nível de classe social, as oportunidades que lhes são oferecidas estão muito aquém de suas aspirações.

Ao nível das aspirações e expectativas, as trabalhadoras seleccionam atividades que significam de imediato a negação da condição operária e almejam a incorporação em atividades hierarquicamente superiores, menos cansativas, mais compensadoras financeiramente e mais, a negação da própria inserção proletária no mercado de trabalho, pois 53,3% das operárias têxteis parariam de trabalhar, se caso isto fosse possível.

A negação da condição operária deriva, portanto, tanto do desejo de se incorporar em ocupações socialmente mais valorizadas, como da negação representada por abandonar o trabalho.

Em se tratando de operárias, significativo foi notar que apenas um caso, a trabalhadora aspirava continuar como operária,

no entretanto, na indústria metalúrgica.

Então, perguntamos se elas gostariam de parar de trabalhar, e os resultados confirmam as nossas colocações anteriores de que a trabalhadora não se sente gratificada com o trabalho, executando-o apenas como uma estratégia de sobrevivência, pois percentagem superior a 53%, respondeu de modo afirmativo, conforme podemos constatar na tabela 32.

Tabela 32

Cidade de São Paulo
A Funcionária deixaria de trabalhar

	f	%
sim	80	53,3
não	66	44,0
s/ resp.	4	2,7
Total	150	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo - Andrighetti, Y. - 1984

Do total de funcionárias que parariam de trabalhar, foi muito expressivo o percentual obtido com relação ao deixar de trabalhar para cuidar da casa e/ou dos filhos, e os motivos apontados estão sempre relacionados com os afazeres domésticos, com o casamento, com a maternidade. Portanto, no que se refere aos motivos pelos quais a funcionária pararia de trabalhar obtivemos os seguintes resultados: 44,9% para cuidar dos afazeres domésticos, 20% porque o trabalho é cansativo e 10% para estudar.

A mulher assume a ideologia que lhe foi introjetada: mãe e dona-de-casa. Isto fica bem evidente nas afirmações: "quando eu tiver filhos", "se eu fosse casada", "a mulher precisa ficar em casa", "o lugar da mulher é no lar". Por outro lado, a so-

brecarga representada pela dupla jornada de trabalho e a divisão sexual das atividades domésticas, concorrem para tais afirmações.

A análise revela em diferentes níveis, a negação e rejeição da condição operária.

O dividir-se entre o trabalho doméstico e o trabalho na indústria acarreta uma sobrecarga suportada a duras penas pela mulher e, como o seu papel de mãe e esposa é cobrado pela família e pela sociedade, ela não encontra outro recurso senão o de acumular tais funções, o que acarreta um desgaste muito grande; e, se puder optar, na maioria, a opção recai sobre a função que a sociedade determinou: o trabalho no lar.

Ainda há que se considerar o fato marcante de não ter a vida profissional, para a maioria das entrevistadas, as características básicas de continuidade e permanência no tempo, relacionando-se trabalho e estado civil, de modo a ter o primeiro um caráter circunstancial e transitório.

Dentre nosso universo, encontramos apenas 11 casos, o que representa percentualmente, 7,3% que acredita ser o trabalho importante para a vida e/ou para tornar a mulher independente.

O trabalho extra-lar da mulher não é encarado, regra geral, pelas operárias, como libertador, como um fator de realização ou de autonomia, pelo contrário, é mais uma forma de submissão, em casa ao homem e, na fábrica ao capital.

2.6. A Operária Têxtil e a sua Organização de Classe: O Sindicato

Percebemos no item anterior que não há uma identificação da trabalhadora enquanto operária, nem uma consciência de pertencer à classe trabalhadora.

Embora a mulher esteja, na atualidade, participando um pouco mais, procurando organizar-se em movimentos variados, a sua participação na vida sindical é diminuta.

A participação feminina nos Sindicatos no Brasil de um

modo geral é inexpressiva. O passado histórico nos mostra que a marginalização feminina da vida pública, à qual correspondia uma menor eficiência na defesa de seus interesses, tem dado um papel de destaque ao elemento masculino nas lutas reivindicatórias, ou seja, o patriarcalismo ultrapassa os limites da sociedade familiar para o universo público.

— Em fins do século passado, e nas primeiras décadas deste, houve intensa participação feminina nos movimentos grevistas, mas conforme Pena: (...) "O fato é que, exatamente no setor têxtil e nas confecções o nível de combatividade foi mais elevado, ao mesmo tempo em que as reivindicações eram mais imediatas e a luta menos estratégica. Como afirma Boris Fausto, 'a explosividade e o baixo grau organizatório dos têxteis, se interrelacionam. Se a primeira tem origem nas más condições de trabalho, nos salários insignificantes, na solidariedade impulsionada pela concentração industrial, vincula-se, também à inexistência de núcleos sindicais ou à sua capacidade de exercer apenas funções de mobilização e não de controle. Quando se alude ao baixo grau de articulação dos têxteis, relaciona-se com frequência o fato da composição da categoria. Sem dúvida, a presença de mulheres e crianças, era fator desfavorável, ... entretanto, seria necessário esclarecer melhor o significado do trabalho feminino neste aspecto. Como grupo apto a mobilizar-se, nada indica que as mulheres estivessem em plano inferior aos homens'. Há constantes referências à sua destacada presença nas greves e, por vezes, à sua maior propensão a protestar". (104)

— Isto nos leva a crer que as mulheres foram ativas combativas e grevistas, mas de modo desorganizado, através de manifestações espontâneas e não de uma prática planejada. Seu caminho à liderança encontrava o obstáculo colocado pela ideologia patriarcal que lhe assegurava o lar como seu espaço natural e sua revolta vinculava-se mais à exploração nas fábricas que à exploração de toda a classe operária.

Entretanto, desde essa época até os dias de hoje, houve

(104) PENA, M.V.J. , op. cit., p.183

algumas transformações, como por exemplo, não existe mais aquela concentração espacial das unidades têxteis; após a década de 20, as condições de trabalho para as mulheres foram regulamentadas, embora, nem sempre cumpridas, mas houve um certo respeito à jornada de trabalho, férias, licença gestante etc.; esvaziando um pouco o movimento que como já nos referimos, era de caráter mais imediatista.

— As organizações sindicais passam a ser controladas pelo Estado e frequentadas pelos homens, ocorrendo uma divisão, enquanto os homens procuravam lutar contra a exploração de toda uma categoria, as mulheres se dedicavam a lutar contra a carestia.

— Com tal passado, permeado pelos valores introjetados pela sociedade e pelos papéis que cabem a cada sexo dentro da ideologia dominante, torna-se bastante difícil conseguir a participação feminina nos movimentos sindicais, nas diretorias dos Sindicatos, nas assembleias. Por outro lado, a sobrecarga do trabalho extra-lar e trabalho doméstico não lhe permite participar de atividades que demandem mais horas fora de casa, conforme o depoimento de muitas operárias.

Tabela 33

Cidade de São Paulo

A Participação das Operárias Têxteis em seu Sindicato

Sindicalizadas	Empresa f	Um %	Empresas Diversas f	Diversas %
sim	21	26,3	61	87,1
não	59	73,7	9	12,9
Total	80	100,0	70	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo - Andrighetti, Y. - 1984

Na "Empresa Um", das 80 funcionárias pesquisadas, apenas 26,3% são sindicalizadas, enquanto que nas "Empresas Diversas" foi

obtido um total de 87,1%. Essa porcentagem bastante elevada prende-se ao fato de haveremos feito a grande maioria das entrevistas, deste último caso, nas dependências do Sindicato.

No entanto, este fato não é sinônimo de participação ativa junto ao Sindicato, pois grande parcela utiliza-se de suas dependências para tratamento dentário, médico, departamento jurídico e lazer (ginástica, jazz, dança, etc.).

Obviamente a dupla jornada de trabalho dificulta tal tipo de atividade, porém há variáveis importantes decorrentes da ideologia, dentre as quais podemos destacar a passividade, a acomodação, o poder reivindicatório associado à figura masculina e, por outro lado, à falta de consciência da trabalhadora enquanto pertencente a uma determinada categoria de trabalho.

A luta para ela se apresenta como um esforço individual para mudar de profissão, para melhorar de vida e não como uma luta de toda uma categoria profissional, por sua valorização, por melhorias gerais para toda a categoria e para a classe trabalhadora.

O movimento sindical deveria representar a especificidade própria da categoria e unir-se ao movimento geral dos trabalhadores.

Como afirma Eva Blay em seu trabalho, "Mulher, Trabalho e Sindicato": Se a mulher não participa dos sindicatos, é uma aliada a menos que a classe trabalhadora tem na luta por seus direitos". (105)

(105) BLAY, E.A. (1984) "Mulher, Trabalho e Sindicato". In: Mulher, Trabalho e Sindicato. São Paulo, C.E.C.F., p.1.

2.7. A Operária Têxtil frente ao Trabalho

Com base em nosso material empírico, procuramos entender como as operárias têxteis se colocavam frente ao que seria o "lugar da mulher" no trabalho e na sociedade.

O material resultante revelou-se bastante rico, sendo difícil reduzi-lo a simples categorias de análise, mas de um modo muito marcante, as operárias mostraram sentir a discriminação e a exploração exercidas no mundo do trabalho enquanto mulheres. Muitas das entrevistadas deram como causa, a submissão que as caracterizava enquanto membros do núcleo familiar e da fábrica e, do total, uma percentagem superior a 60% colocou a causa no elemento masculino.

Tanto do ponto de vista histórico quanto do ponto de vista conceitual não há como falar na família sem falar no trabalho, ou melhor, na divisão social do trabalho. Desde Engels e Marx, a primeira divisão social do trabalho é a sua divisão sexual que estabelece papéis, funções, deveres e direitos entre os membros da família. (106)

A família é organizada por relações de autoridade, de papéis, distribuídos por sexo e idade, deveres, obrigações e direitos, em que se consolidam as imagens sexuais-sociais, onde a mulher é considerada como um sexo frágil, sensível e dependente, sendo valores seus, a bondade, a docilidade, e por sua natureza, a maternidade; por outro lado, os atributos masculinos, são a responsabilidade, a autoridade, e o provimento da casa.

A família realiza a socialização de seus membros através de tais padrões e, historicamente oprimida, a mulher, em sua maioria, aceita a dominação a que a sociedade a submete desde tempos remotos.

A instância ideológica é a base de percepção do mundo,

(106) CHAUI, M. (1984) Repressão Sexual - Essa nossa (des)conhecida. São Paulo, Brasiliense, 5a.edição, p.124.

um conjunto sistematizado de idéias e significados, que vão influenciar o comportamento de uma dada sociedade, a nível coletivo e individual, permitindo mantê-la em funcionamento. As sociedades, para se perpetuarem, institucionalizam meios para a reprodução dos padrões de comportamento que vão sustentá-la.

Na sociedade de classes, a ideologia é formulada a partir dos interesses da classe dominante com o objetivo de manter as desigualdades sociais, mascarando as contradições e criando no grupo dominado uma falsa consciência, na medida em que o leva a interiorizar a dominação, e a aceitá-la como natural. Desse modo, a ideologia se liga ao modo de produção, concretizando-se em uma formação social específica. No entanto, se tal processo se dá sob o ângulo das relações de classe, a complexidade das sociedades nos levam a incluir na análise, grupos cuja experiência de vida não se explicam apenas através de sua posição nas relações de produção. São categorias que possuem certas características que as distinguem dos demais e que são manipuladas enquanto tal, pela sociedade de classes, como é o caso do sexo feminino.

Se a opressão da mulher sempre existiu, com a sociedade de classes, intensificou-se, assim sendo, o modo de produção capitalista apropriou-se da opressão de sexo para intensificar a exploração da mais-valia feminina, gerando a contradição homem / mulher.

Na medida em que a contradição principal é a de classes, a ideologia legitima as contradições secundárias e as próprias categorias vão passar a introjetar certos valores cuja contradição principal vai lhes parecer a relação de sexo.

Algumas das afirmações coletadas no decorrer de nossas entrevistas, demonstram claramente que as trabalhadoras têxteis sentem a opressão como oriunda do sexo masculino e manifestam um desejo de igualdade aos homens:

"Nós precisamos lutar para ficar igual aos homens".

"Não é só o homem que tem inteligência".

"Meu trabalho é uma ajuda a mais para a família e marido, apesar do preconceito que o homem tem e nos julgam burras".

"A mulher devia participar mais das coisas que o homem faz para se

igualar a ele".

Se por um lado, os próprios indivíduos pertencentes a uma determinada categoria internalizam valores passando a aceitá-los como tal, por outro, o processo de socialização não é tão linear, atingindo a todos de uma mesma maneira, sem que alguns elementos possam despertar para a consciência de seu próprio valor.

A partir do momento em que a mulher passa a inserir - se de modo cada vez mais marcante no sistema produtivo, vai sentindo a opressão enquanto trabalhadora e enquanto mulher, pondo em dúvida o sistema opressor, o que significa uma tomada de consciência contra uma situação criada pela sociedade e materializada na figura masculina. Embora entendamos que, o homem também é explorado e que a luta deva ser dirigida contra todo um sistema que oprime a ambos, sendo que o elemento feminino é quem sofre uma discriminação ainda maior.

A consciência de seu próprio valor é o primeiro passo para a libertação, o que ocorre de maneira muito lenta. Regra geral, a conscientização parece, de início, ocorrer de modo individual, mas para que tenha eco é preciso que haja uma forma organizada de luta.

Percebemos, que muitas das entrevistadas sentem um desejo de mudança:

"Precisamos mostrar a nossa força, a mulher é muito maltratada no serviço".

"As moças tão agindo bem, no meu tempo era diferente".

"A mulher é muito importante para a sociedade, só não vê quem não quer".

"A participação da mulher é fraca, precisa brigar mais pelos seus direitos, pela igualdade de salários, enfim, brigarmos por melhores condições de trabalho".

Tais transformações também puseram em xeque, para algumas, a opressão sentida no trabalho e no lar:

"A mulher é muito importante para a sociedade, porque ela é quem sofre mais as consequências deste país como mãe e trabalhadora".

"É um fracasso ter que cuidar da casa, das crianças e ter que trabalhar".

O status de inferioridade foi "dado" pelas classes dominantes que procuram mantê-lo e aprofundá-lo, através de muitos meios, dentre os quais podemos destacar: a educação familiar, a escola, as religiões, os meios de comunicação de massa.

O trabalho extra-lar, como fator de realização não constitui ainda um valor para a grande maioria das mulheres nem para a sociedade, que lhe atribui papéis sociais sempre subalternos, regulando as suas oportunidades de trabalho, e limitando sua função social.

São as condições materiais de existência que determinam as relações humanas em todos os níveis, bem como o modo de pensar e agir dos homens, do qual é fruto a exploração de determinadas categorias e, em nosso caso, do elemento feminino.

Portanto, a valorização deste envolve, ainda, o aspecto supra-estrutural que sustenta o sistema e, cuja transformação é tarefa lenta e árdua devido à opressão ideológica das classes dominantes que mantêm concepções "tradicionais" discriminatórias e estereotipam a imagem de inferioridade da mulher (107) convenientemente "justificadas" pelas suas características simplesmente biológicas (o mesmo ocorrendo com a discriminação via raça).

(107) "inferioridade" em relação à sociedade e ao homem de sua própria classe social. A classe dominante oprime a classe dominada, e esta, representada pelos homens brancos, oprime outra parcela que seria representada pelas mulheres, negros, velhos e crianças.

Considerações Finais

O espaço é um produto material em relação com outros elementos materiais, entre os quais os homens, que contraem determinadas relações sociais, que dão ao espaço uma forma, uma função, uma significação social. É a expressão concreta de cada conjunto histórico no qual uma sociedade se especifica. (108)

Apesar de todo o dinamismo industrial que caracterizou a economia da capital metropolitana de São Paulo, tornando-a o centro de maior expressão da acumulação do país, devemos assinalar o caráter segregador, via composição das classes sociais, que impera no âmbito do espaço urbano.

Enquanto a associação entre o Estado e as grandes empresas garantem a reprodução acumulada do capital, no espaço metropolitano, a força de trabalho assiste a um processo de aviltamento de seus salários com a conseqüente deterioração dos seus padrões de vida.

A sociedade capitalista organiza-se segundo os interesses do capital, e este tem como fundamento, a sua própria acumulação e reprodução, por um lado, e a sobrevivência e a reprodução da força de trabalho, por outro.

Toda atividade produtiva dos homens implica numa ação sobre o território, conformando uma dada produção espacial, segundo o interesse do capital e não os interesses dos trabalhadores.

A história do capital é uma história seletiva, sendo seu traço mestre, as desigualdades, as contradições entre as classes sociais, estampadas também a nível de espaço, através da hierarquização dos lugares, dotação diferenciada dos equipamentos sociais, etc.

(108) CASTELLS, M. (1976) La Cuestión Urbana . México, Siglo Veintiuno Edit. S.A. , 2a. edição

A superexploração da classe operária surge no dia-a-dia da vida do trabalhador em termos de escassez ou precariedade de recursos para alimentação, vestuário, saúde, educação, transportes e demais elementos que entram na composição das condições sociais de existência da sua classe. (109)

São Paulo — a cidade do capital — passa a ser a cidade dos trabalhadores despossuídos, a cidade da pobreza. A fisionomia metropolitana vai refletir e retratar tais desigualdades na estruturação de seu espaço, que se produz e reproduz de acordo com os interesses dominantes, deixando para a classe trabalhadora a periferia cada vez mais distante.

Se, desde o início da acumulação capitalista no espaço urbano de São Paulo, os bairros e as condições de vida retratavam as desigualdades, no atual momento histórico, o capital monopolista domina a paisagem reservando para si e para sua reprodução, as áreas centrais e mais bem equipadas, provocando o fenômeno de periferização da camada trabalhadora, em função da renda fundiária urbana e da especulação imobiliária.

Nas formações sociais capitalistas, a reprodução da existência humana se dá através do trabalho, sendo que as suas condições de existência dependem das relações sociais de produção, ou seja, do modo como os grupos se relacionam com os meios de produção, tanto pelas condições concretas em que se exerce o trabalho, como pela remuneração que determina seu acesso aos bens e serviços urbanos.

Os trabalhadores assalariados configuram-se como "moradores" do urbano, lutando pela sobrevivência dentro dos limites que lhes são impostos, pelo espaço que lhes cabe enquanto trabalhadores. E, enquanto trabalhadores, buscam estratégias para a sua sobrevivência, sendo uma delas, a incorporação de um número crescente de elementos familiares na força de trabalho. Assim é que a mulher operária teve o seu espaço doméstico ampliado para o espaço da fábrica.

(109) IANNI, O. , op. cit., p.96

A inserção da mulher no mercado de trabalho produtivo deve ser entendida, por um lado pela necessidade familiar, por outro, como uma resposta ao processo de expansão capitalista, que dela se utilizou para compor a mão-de-obra necessária em momentos de expansão e para transformá-la em exército de reserva nos de - mais momentos pressionando os salários para patamares cada vez mais baixos.

Ideologicamente, o espaço da mulher é o espaço do lar, sendo a sua participação na produção geral, dada via reprodução de trabalhadores. No entanto, sua participação tem aumentado na PEA brasileira, contribuindo com seu trabalho para a reprodução do capital.

A forma como ela se apropria do espaço urbano é determinada conforme a posição que ela na estrutura social, conforme a sua posição de classe.

No entanto, a realidade sócio-econômica não é estável, visto que as condições objetivas da vida social são transformadas no processo histórico de vida humana.

O homem é que faz a história, transforma a sociedade, embora, muitas vezes, sinta-se alheio a esse processo, julgando que as transformações vêm de fora e não dele próprio, no seio das relações sociais historicamente determinadas.

É preciso que se chegue a uma prática que envolva a dimensão concreta das pessoas transformando o meio social e ampliando o espaço urbano, resgatando desse modo, um meio mais humanizado para viver, não apenas no que se refere à sua propriedade individual, mas ao acesso às condições básicas da estrutura urbana e equipamentos sociais.

O homem é sujeito da história e é preciso chegar a uma prática que envolva a dimensão concreta das pessoas agindo no meio social, transformando o urbano.

É preciso que se tome consciência de que o espaço urbano é uma realidade a ser conquistada e se as mulheres têm problemas específicos, existem problemas comuns, sendo fundamental ,

que homens e mulheres se unam para conseguir uma sociedade mais justa.

Especificamente, no caso da mulher, a sua participação no mundo do trabalho pode parecer uma emancipação, uma libertação, no entanto, tal participação lhe tem assegurado através da ideologia, uma forma ainda maior de exploração.

A expressão "o trabalho liberta" só pode ter uma conotação de ironia para o trabalho exaustivo da operária que o acumula com o trabalho doméstico.

O que define a liberdade, é o "ser para si" e o que define a dominação, é o "ser para o outro". (Hegel)

A mulher tem de assumir a luta, com tudo que o termo implica de escolha e decisão, de iniciativa e ação, apesar de todo o peso de uma carga milenar que carrega e que, por vezes, cria tensões internas e externas. É uma busca pensada de caminhos e soluções.

Ser livre é uma dimensão do sujeito que só se afirma e se define como tal pela emergência da consciência, sendo esta uma atividade de reflexão, ação e transformação.

A mulher precisa adquirir consciência de si e assumir sua posição de sujeito de sua própria história.

"A mulher é um ser social e histórico e, como tal, está envolvida na rede de relações sociais e situada em um determinado espaço/tempo histórico.

Seu cotidiano mesmo é condicionado histórica e socialmente, em função do momento e da região em que vive, da própria classe ou posição social. (...) "E histórica é também sua consciência, e só com ela, com o conhecimento de seus condicionamentos no espaço e no tempo torna-se alguém capaz de criticá-los e, assim, transcendê-los. É enquanto histórica que a consciência descobrirá para si os obstáculos com que tem de se defrontar, as atividades concretas que se lhe abrem, as opções possíveis à sua ação, norteados todos pelo sentido que lhes quer imprimir. Porque todo projeto humano válido tem que se alimentar da tensão dialéti

ca entre uma 'realidade que informa' uma permanente análise crítica e uma ação de retorno que busca formar' essa mesma realidade no sentido escolhido pela consciência". (110)

É só na prática e pela prática que se forma uma consciência capaz de reflexão e ação realmente transformadoras. Sendo pois, a mulher um ser histórico, limitada pelas condições que lhe são determinadas pela estrutura social em que ela se insere, a luta deverá ser específica e integrada.

Se toda relação se insere no plano da prática, ter consciência de como estão formadas tais relações, de quais são as necessidades existentes, em si própria, em seu grupo familiar, de trabalho, em sua classe social, se faz fundamental para desse modo ampliar o seu próprio espaço e visão até atingir uma percepção exata das condições da própria ação, buscando aberturas existentes ou possíveis, capazes de dar à sua ação, um caráter realmente transformador.

(110) KÜHNER, M.H. (1977) O Desafio atual da Mulher. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves Editora S.A. pp.26/27 .

Referências Bibliográficas

- ALBUQUERQUE, R.H.P.L.de (1982) Capital Comercial, Indústria Têxtil e Produção Agrícola. São Paulo/Brasília, Editora Hucitec e CNPq .
- ALVES, Branca Moreira (1980) Ideologia & Feminismo: A Luta da Mulher pelo Voto no Brasil. Rio de Janeiro , Vozes.
- AZEVEDO, Aroldo de (1958) "São Paulo, Cidade Trimilionária " In: A Cidade de São Paulo. Vol.I, São Paulo , Companhia Editora Nacional.
- AZEVEDO, Sergio de e ANDRADE, L.A.Gama de (1982) Habitação e Poder: da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional de Habitação. Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- BANDEIRA, Moniz (1975) Cartéis e Desnacionalização (A Experiência Brasileira: 1964-1974). Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2a.edição.
- BARBOSA, M.do Carmo Bicudo (1985) "Algumas Anotações sobre a Gestão do Estado no Processo de Urbanização de São Paulo". Trabalho apresentado no Simpósio : A Metrópole e a Crise. São Paulo, FFLCH-USP . (mimeo)
- BARROSO, Carmem (1982) Mulher, Sociedade e Estado no Brasil. São Paulo. Edição Conjunta UNICEF e Brasiliense
- BELLUZZO, L.Gonzaga e COUTINHO, Renata (Organizadores) (1982) Desenvolvimento Capitalista no Brasil : Ensaio sobre a Crise. São Paulo, Editora Brasiliense.
- BERLINCK, Manoel (1977) Marginalidade Social e Relações de Classes em São Paulo. Rio de Janeiro, Vozes , 2a. edição.
- BLAY, Eva A. (1978) Trabalho Domesticado: A Mulher na Indústria Paulista. São Paulo, Editora Ática.
- (Organizadora) (1978) A Luta pelo Espaço. Rio de Janeiro, Vozes.

- _____ (1981) Mulher, Escola e Profissão: Um Estudo do Ginásio Industrial Feminino na Cidade de São Paulo. Coleção de Textos N.º 1. São Paulo, CERU e FFLCH/USP.
- _____ (1984) "Mulher, Trabalho e Sindicato". In: Mulher, Trabalho e Sindicato. São Paulo, Conselho Estadual da Condição Feminina- Secretaria de Governo do Estado de São Paulo.
- _____ (1985) Eu não Tenho onde Morar: Vilas Operárias na Cidade de São Paulo. São Paulo, Nobel.
- BONDUKI, R.R. e GEORGE, Nabil (1979) Periferias: Ocupação do Espaço e Reprodução da Força de Trabalho. Cadernos de Estudo e Pesquisa 2, São Paulo, FAU/USP.
- BORIS, Fausto (Organizador) (1977) História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III - O Brasil Republicano. Vol. I. São Paulo, Difel.
- CAMARGO, C.P.F. de e Outros (1976) São Paulo: Crescimento e Pobreza. São Paulo, Edições Loyola.
- CAMPANÁRIO, Milton e KOWARICK, Lúcio (s/d) "São Paulo - Metrópole do Subdesenvolvimento Industrializado: Conseqüências do Crescimento e da Crise Econômica". São Paulo, CEDEU. (mimeo)
- CANO, Wilson (1977) Raízes da Concentração Industrial em São Paulo. Rio de Janeiro, Difel
- CARLOS, A.F. e ROSSINI, R.E. (1982) "Estruturação do Espaço (Formas em nível Regional: População)". São Paulo, FFLCH/USP. (mimeo)
- CASTELLS, Manuel (1976) La Cuestión Urbana. México, Siglo Veintiuno Editora S.A., 2a. edição
- _____ (1979) A Teoria Marxista das Crises Econômicas e as Transformações do Capitalismo. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- CASTRO, A. Barros de (1977) 7 Ensaio sobre a Economia Brasileira. Rio de Janeiro, Editora Forense Universitária, 2a. edição, Vol. II.
- CHAUÍ, Marilena (1984) Repressão Sexual - Essa nossa (Des) conhecida. São Paulo, Brasiliense, 5a. edição.

- COSTA, L. Borges (1984) Participação da Mulher no Mercado de São Paulo, IPE/USP
- DEAN, Warren (1977) A Industrialização de São Paulo. São Paulo/Rio de Janeiro, Difel, 3a. edição
- ENGELS, F. (1975) A Situação da Classe Trabalhadora em Inglaterra. Porto, Edições Afrontamento.
- F. IBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censos Demográficos de 1970 e 1980, Censos Industriais de 1975 e 1980 e Anuários Estatísticos do Brasil de 1972 a 1983. Rio de Janeiro, IBGE
- FERNANDES, Florestan (1973) Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina. Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- FURTADO, Celso (1971) Formação Econômica do Brasil. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 11a. edição.
- GOLDENSTEIN, Léa e SEABRA, Manoel (1982) "Divisão Territorial do Trabalho e Nova Regionalização". In: Revista do Departamento de Geografia n.º 1. São Paulo, FFLCH-USP.
- GUIA DO ESTADO DE SÃO PAULO - A Região da Capital Paulista. São Paulo, Publicação do Diretório Regional do CNG/Estado de São Paulo, IBGE, 1962.
- HARVEY, David (1980) A Justiça Social e a Cidade. São Paulo, Hucitec.
- JACOBI, Pedro (1982) "Exclusão Urbana e Lutas pelo Direito à Moradia". In: Espaço e Debates n.º 7. São Paulo, outubro/dezembro.
- KOSIK, Karel (1976) Dialética do Concreto. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- KOWARICK, Lúcio (1979) A Espoliação Urbana. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- KUHNER, M. Helena (1977) O Desafio Atual da Mulher. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves Editora S.A.
- LANGENBUCH, R. Juergen (1971) A Estruturação da Grande São Paulo - Estudo de Geografia Urbana. Rio de Janeiro, F. IBGE.

- LEFEBVRE, Henri (1969) O Direito à Cidade. São Paulo, Documentos.
- LENIN, V.I. (1980) Sobre a Emancipação da Mulher. São Paulo, Editora Alfa-Omega .
- LESSA, Carlos e outros (1982) Desenvolvimento Capitalista no Brasil - Ensaio sobre a Crise. Vol.I. São Paulo , Brasiliense.
- LOPES, J.R.Brandão (1978) Desenvolvimento e Mudança Social . São Paulo
- LUZ, Nícia Vilella (1978) A Luta pela Industrialização do Brasil. São Paulo, Editora Alfa-Omega.
- MADEIRA, F.R. e SINGER, Paul .(1975) Estrutura de Emprego e Trabalho Feminino no Brasil: 1920-1970. Cadernos CEBRAP, 13. São Paulo, CEBRAP/Brasiliense .
- MARTINS, J.de Souza (1974) Conde Matarazzo - O Empresário e a Empresa. São Paulo, Hucitec, 2a. edição.
- J.de Souza, (1979) O Cativo da Terra. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas,
- MARX, Karl (1967) O Capital. Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- MATOS, O.Nogueira (1958) "São Paulo no Século XIX". In: A Cidade de São Paulo. Vol.II , São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- MELLO, M. Cardoso de (1982) O Capitalismo Tardio. São Paulo, Brasiliense.
- MEYER, R.M. Prosperi (1978) "Segregação Espacial" . Cap.6. In: "In: A Luta pelo Espaço. Rio de Janeiro, Vozes.
- MOREIRA, Ruy (1987) O Discurso do Averso (Para a Crítica da Geografia que se Ensina. Rio de Janeiro, Dois Pontos Editora Ltda.
- MOURA, E.B.B.de (1982) Mulheres e Menores no Trabalho Industrial: Os Fatores Sexo e Idade na Dinâmica do Capital. Rio de Janeiro, Vozes.
- MOURA, Hélio A.de (1980) "O Balanço Migratório do Nordeste no Período 1950/70". In: Migração Interna - Textos Seleccionados. Fortaleza, Banco do Nordeste do Brasil S.A., Tomo 2 .

- OLIVEIRA, Francisco de (1976) "A Produção dos Homens: Notas sobre a Reprodução da População sob o Capital". In: Estudos CEBRAP, nº16. São Paulo, CEBRAP/Editora Brasileira de Ciências Ltda.
- Francisco de (1978) Elegia para uma Re(li)gião. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2a. edição
- OLIVEIRA, M.C.F.A.de (1976) Família e Reprodução. São Paulo, FAU/USP
- OLIVEN, R.George (1982) Urbanização e Mudança Social no Brasil. Rio de Janeiro, Vozes.
- PENA, M.V.Juno (1981) Mulheres e Trabalhadoras: Presença Feminina na Constituição do Sistema Fabril. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- PEREIRA, Luiz (1978) Classe Operária: Situação e Reprodução. São Paulo, Duas Cidades. Coleção História e Sociedade.
- PEREIRA, L.C.Bresser (1980) Desenvolvimento e Crise no Brasil. São Paulo, Brasiliense., 10a. edição.
- PEREIRA, V.M.Candido (1979) O Coração da Fábrica: Estudo de Caso entre Operários Têxteis. Rio de Janeiro, Editora Campus Ltda.
- PETRONE, Pasquale (1958) "São Paulo no Século XX". In: A Cidade de São Paulo. Vol.II, São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- PRADO Jr., Caio (1965) Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo, Brasiliense.
- Caio (1966) Evolução Política do Brasil e Outros Estudos. São Paulo, Brasiliense, 5a. edição.
- Caio (1970) História Econômica do Brasil. São Paulo, Brasiliense, 2a. edição
- QUAINI, Massimo (1979) Marxismo e Geografia. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- RODRIGUES, J.Martins (1979) A Mulher Operária: Um estudo sobre Tecelãs. São Paulo, Hucitec.

- RODRIGUES, J. Antonio (1978) "Façonismo: Um Sistema de Trabalho da Indústria Têxtil - O exemplo de Americana". In: Geografia das Indústrias, nº 6. São Paulo, USP/IG.
- RODRIGUES, L.M. (1974) Trabalhadores, Sindicatos e Industrialização. São Paulo, Brasiliense.
- ROSEMBERG, F. e PINTO, H.P. (1985) A Educação da Mulher. São Paulo, Nobel e C.E.C.F.
- SARFIOTI, H.I.B. (1979) A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade. Rio de Janeiro, Vozes.
- _____. H.I.B. (1981) Do Artesanal ao Industrial: A Explo -
ração da Mulher. São Paulo, Hucitec.
- _____. H.I.B. (1984) A Mulher Brasileira: Opressão e Explo -
ração. Rio de Janeiro, Achiamé.
- SANTOS, Milton (1979) O Espaço Dividido: Os Dois Circuitos da
Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos. Rio de
Janeiro, Livraria Francisco Alves Editora S.A.
- _____. Milton (1979) Espaço e Sociedade. Rio de Janeiro, Vo -
zes.
- _____. Milton (1981) Manual de Geografia Urbana. São Paulo ,
Hucitec.
- SARAIVA, A. Barros (1926) "As Recentes Criações Urbanas em São
Paulo - Arquitetura no Brasil". In: A Cidade de São
Paulo. vol.V, São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- SCHWARTZMAN, Simon (1975) São Paulo e o Estado Nacional. São
Paulo, Difel.
- SILVA, Sergio (1981) Expansão Cafeeira e Origens da Indústria
no Brasil. São Paulo, Editora Alfa-Omega, 5a.edição.
- SIMONSEN, Roberto C. (1973) Evolução Industrial do Brasil e
Outros Estudos. São Paulo, Companhia Editora Nacio -
nal.
- SINGER, Paul (1974) Desenvolvimento Econômico e Evolução Urba -
na. São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- _____. (1975) O Milagre Brasileiro: Causas e Conseqüências
Cadernos CEBRAP, nº6. São Paulo, Brasiliense.

- _____(1979) Economia Política do Trabalho. São Paulo , Hucitec.
- SOUZA, M. A. A. de (1985) "Metropolizando: A Cidade Vertical" . Trabalho apresentado no Simpósio: A Metrópole e a Crise. São Paulo, FFLCH/USP
- SOUZA, P. Renato (1980) Salários e Pobreza. São Paulo , Hucitec/FUNCAMP.
- SPREAFICO, Luigi (1970) A Transferência da Tecnologia na Indústria Têxtil e do Vestuário. São Paulo. (mimeo)
- STEIN, Stalen (1979) Origens e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil - 1850/1950 . Rio de Janeiro, Editora Campus.
- SZMRECSÁNY, T.; LEVY, M. S. F. e SANTOS, J. L. F. (1980) Dinâmica da População: Teoria, Métodos e Técnicas de Análise. São Paulo, T. A. Queiróz Editor.
- THIOLLENT, Michel (1982) Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária. São Paulo, Editora Polis, 3a. edição
- WILHEIM, Jorge (1965) São Paulo, Metrópole 65. São Paulo . Difel.
- Vários Autores (1982) Desenvolvimento Capitalista no Brasil: Ensaio sobre a Crise. São Paulo, Brasiliense.
- VERUCCI, F. e MARINO, E. (1985) Os Direitos da Mulher. São Paulo, Nobel e C. E. C. F.
- VILLAÇA, M. J. (1967) A Força de Trabalho no Brasil. São Paulo, Pioneira e EDUSP

Revistas

Revista V. I. T. (Vestuário/Indústria/Tecnologia) Eco Editora Ltda. São Paulo, Ano II, nº16 , Julho.

A digitalização deste documento foi possível graças ao investimento do Programa de Pós-graduação em Geografia Humana (PPGH-FFLCH-USP) e realizada com recursos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Essa ação integra as atividades de comemoração dos 50 anos do PPGH no ano de 2021. Para mais informações sobre o PPGH e sua história, visite a página do programa: <http://ppgh.fflch.usp.br/>.